

AS CIRCUNSTÂNCIAS DO AMBIENTE:

Uma Educação Uma Mentalidade Um Futuro

SEPARATA

A Água Como Um Bem

COMMINIDADE ELECCETA

INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL



A Tradição da Liberdade

João Carlos Espada

3 400\$00

Obra de referência fundamental, pela inteligência e a imparcialidade do pensamento político e filosófico do autor, a clareza dos argumentos e a oportunidade da análise apresentados, sempre atentos aos novos problemas com que a filosofía e a sociología política actualmente se defrontam. Opondo o radicalismo libertário e a «deriva nillista» ao pensamento liberal clássico, bumanista e social, com que se identifica, João Carlos Espada proporciona, nesta colectânea de artigos versando temas da maior actualidade, e no dizer do seu prefaciador, uma «docência aberta à sociedade civil portuguesa» a que é imprescindível aceder.

Organizações, Mudança e Capacidade de Gestão

Ricardo Fabricio Rodrigues

1 900800

Gerir os processos de mudança tornou-se numa expressão de utilização recorrente nos meios organizacionais. As técnicas, os modelos e as ideias da Gestão oferecem propostas nesse sentido — gerir a mudança. Benchmarking, downsizing, empowerment, excelência, just-in-time, lean production, outsourcing, reengenbaria e total quality management são conceitos em voga, mas que não conseguem disfarçar a efemeridade que a eles se encontra associada, bem como uma racionalidade instrumental afecta à acção da Gestão. Nesta obra, o Autor apresenta um discurso centrado na valorização do potencial bumano, na qualidade de vida no trabalho e na utilidade social e ecológica da produção, propondo uma abordagem antropocentrica como a essencia de uma nova estratégia global para gerir a mudança.



Patrocinado por HUMANAR Consulting

Títulos disponíteis	Autor:	Prepa (com.ite)	Qtd.
Instalações Industriais	Filipe Juanico	4.950\$00	
Garantia da Qualidade nos Cuidados de Saúde	Diana Sale	1 500300	107
A Tradição da Liberdade	João Carlos Espada	3.400500	
Como vicer com o Euro	Isabel Ucha e Paulo de Almeida Sande	2 300\$00	
Regime Jurídico-Penal dos Cheques sem Provisão	Germano Marques da Silva	3 000\$00	700
Constituição da República Portuguesa	Jorge Miranda e Jorge Pereira da Silva	1 650800	
Responsabilidade da Administração em Matéria de Ambiente	Vasco Pereira da Silva	850\$00	
Organizações, Mudança e Capacidade de Gestão	Ricardo Fabricio Rodrigues	1.900\$00	

Autorizo déhito no meu cartão		Nome:			
Visa Master/Eurocard		Morada:			
**DDDD 0000 0000		Codigo postal: Loca	olidado		
Valor da transacção 500 Validade do cartão: / Data de encomenda: /		Número de contribuinte:	Telefone		
Assinatura:		Profissão:	E-matt:		
Junto cheque n.*		Encomendas para:			
Sobre o Banco		Principia, Publicações Univers	itárias e Científicas, Ida.		
no valor du	escudos, à ordem de:	Avenida Marques Leal, 21-2."	Access to the second se		
Principia, Publicicações Universitárias e Científicas, Láa.		2765 S. JOAO DO ESTORIL - Port Telefone: (351-1) 467 87 10			
Peco que me seja enviado à cubranço (acrescem as despenes de	cohumest e de torter)	e-mail: principia@principia.pt			

UMÁRI

EDITORIAL

DESTAQUE

Ambiente e sustentabilidade Os paradigmas do futuro Viriato Socomenho-Marques

Tome nota 8

FORMAÇÃO

As circunstâncias do ambiente 11 Uma aposta na educação ambiental Francisca Monezes Ferreira

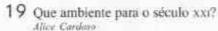
> HISTÓRIA E CULTURA A EXPO '98 e o renascer 14

da zona oriental de Lisboa

Albano Pereira



JORGE BARROS



- Microempresas e desenvolvimento Rui Mouro
- 34 As questões ambientais não são só ecológicas... Alice Cardono
- 39 Silêncio! Vem aí o ruido... Carlos Barbosa de Oliveira
- 42 Criar uma empresa Oportunidades de negócio na área do ambiente J. M. Marques Apolitairio
- 5 Disse sobre gestão

ASPIRINAS DA ALMA

Aprender a Serra da Estrela Albuquerque Tavares

EUROFLASH 48

SOCIEDADE

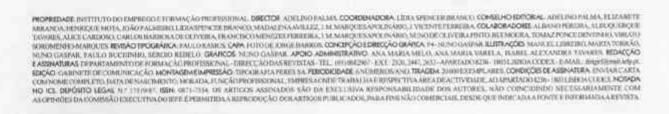
O futuro do ambiente 50 Tomaz Ponce Destinho

Sabia que... 54

BREVES 57

LIVROS A LER 60

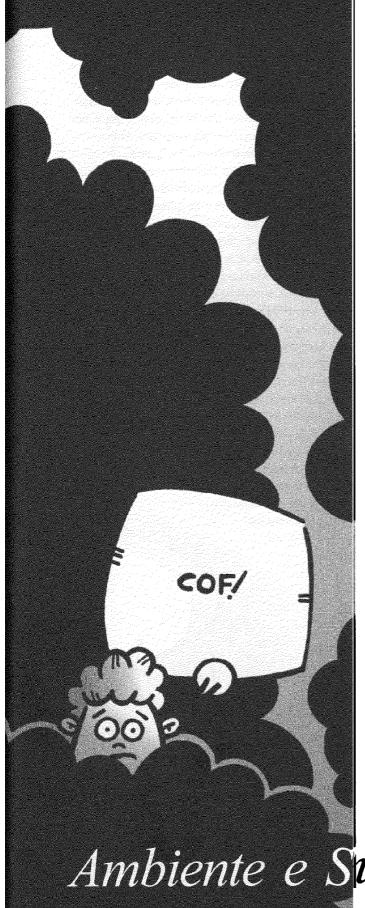
CLASSIFICADOS 62 OPINIÃO DO LEITOR 63





orque a história não tem sido contada por ecologistas parece que as questões do ambiente só agora se colocam, quando afinal toda a evolução humana foi marcada pela acção de controlo e exploração da natureza pelo homem. Só que, durante muitos séculos, o desenvolvimento e a preservação da natureza não eram vistos como açções compatíveis e, portanto, a ideia de uma legislação ambiental reguladora das actividades humanas não parecia necessária. Hoje, porém, todos reconhecem que não existe outra opção a longo prazo que não seja integrar conservação e desenvolvimento, aquela para limitar as nossas atitudes à capacidade da Terra e este para permitir que as pessoas possam ter uma vida saudável e plena em todos os lugares. Não admira, por isso, que a legislação tenha passado a constituir, sobretudo nas três últimas décadas, o principal instrumento regulador da relação homem-natureza, ao ponto de se poder afirmar que nenhuma outra área terá beneficiado tanto de proteçção jurídica como o ambiente. E claro que isto tem a ver com a mobilização crescente de toda a sociedade em torno destes problemas e que tem sido em grande parte contagiada pela indignação veiculada pelos movimentos ambientalistas que, por sua vez, deixaram de ser vistos como defensores de um pensamento exclusivamente romântico. No entanto, e apesar dos progressos registados ao nivel da redução da pressão que os padrões de produção e consumo da sociedade actual exercem sobre a utilização dos recursos naturais, nunca foram tão numerosas e frequentes as denúncias a respeito da violação das leis relativas à preservação do ambiente. Isto significa, afinal, que os progressos verificados não são suficientes para melhorar a qualidade geral do ambiente e muito menos para chegar a um desenvolvimento sustentado. Este continuará a ser um conceito vazio se não se receber o apoio e compreensão de todos - políticos, educadores, empresários, consumidores, etc. É que não basta apenas integrar a dimensão ambiental nas diferentes políticas sectoriais, nem definir em lei os princípios que devem regular a relação do homem com a natureza; é imprescindível assegurar em paralelo um compromisso amplo e profundo com uma nova ética e traduzir nas práticas quotidianas os referidos princípios. Foi por estarmos conscientes desta realidade que entendemos que a Dirigir, apesar de já lhe ter dedicado anteriormente muitas das suas páginas, deveria voltar

a dar, neste número, destaque a este mesmo tema.



O século XXI será o século

do ambiente. Da luta decisiva ainda

com desenlace incerto, de que

dependerá o futuro sustentável

da história humana e do planeta

enquanto ecossistema global.

Neste artigo são analisados

alguns dos aspectos cruciais

do que poderá ser designado

como uma verdadeira metamorfose

de paradigma civilizacional.

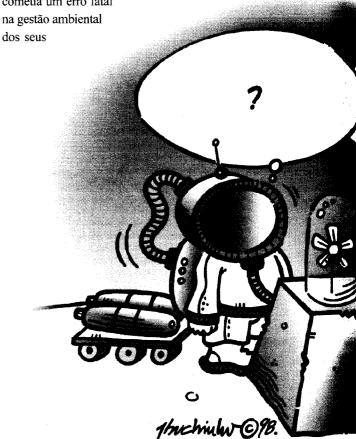
Ambiente e Sustentabilidade

O mundo em que vivemos é aquele que é permitido pela combinação de todos os nossos modos de representação, desde os instrumentos científicos disponíveis até às nossas convições e preconceitos. Esta é uma tese que vale tanto para os indivíduos singulares como para as comunidades. Tanto os primeiros como as segundas elaboram o mundo a partir dos paradigmas culturais que lhe são acessíveis.

A CRISE INVISÍVEL?

Esta espécie de perspectivismo a que a nossa condição humana nos condena — desenvolvida no pensamento contemporâneo por pensadores que se estendem de Nietzsche a Thomas S. Kuhn reveste-se de uma importância decisiva quando procuramos compreender os motivos explicativos para o facto de a crise ambiental e social global, apesar dos progressos gigantescos à escala mundial da chamada "consciência ambiental", não se ter transformado ainda na força motriz consensual, mobilizando governos, empresas e opiniões públicas. Ensaiando uma hipótese explicativa, direi que a visibilidade dessa crise fundamental se encontra obnubilada por um conjunto de factores que distorcem a nossa representação da realidade, impedindo-nos, assim, de estabelecer, como indivíduos e cidadãos, uma adequada hierarquia das nossas prioridades. Assim, se é incontestável dispormos hoje de um manancial de dados sobre o curso aceleradamente crítico da crise ambiental, a verdade é que existe uma diferença qualitativa entre dispor de dados e possuir informação. Os dados ambientais recebidos chegam-nos frequentemente de modo fragmentar, "entorpecidos" num caudal quase infinito de outros elementos, com sinais contraditórios. Essa miríade de indicações sobre a gravidade do que ocorre com os ecossistemas planetários não corresponde, muitas vezes, ao grau de sedimentação crítica e de localização específica que é necessário desenvolver para falarmos propriamente da existência de uma informação rigorosa. Por outro lado, no domínio da percepção subjectiva da crise ambiental, sobretudo para as populações dos países mais desenvolvidos, ocorre um fenómeno complexo que poderemos designar como a contradição entre os dados da consciência e os dados da experiência. As notícias que nos vão

chegando, por via racional, sobre a aceleração da crise ambiental, não são confirmadas imediatamente (às vezes parece até serem desmentidas) pelos factos da nossa vivência. Sabemos, por exemplo, que nunca como hoje tantas espécies piscícolas estiveram ameaçadas, mas não sentimos isso quando nos abastecemos num estabelecimento comercial abundantemente repleto de possibilidades gastronómicas, provenientes de quase todo o mundo. Esse contraste entre conhecimento e percepção não constitui nenhum mistério. Com efeito, o processo de globalização explica com alguma facilidade as razões pelas quais é possível, num prazo temporal mais ou menos limitado, estabelecer o convívio, sem uma imediata rota de colisão, entre duas tendências antagónicas no longo prazo: a da depleção e a da abundância mercantil de recursos. Ao contrário do que acontecia no passado, em que o campo de acção das comunidades humanas estava geograficamente limitado, nos nossos dias o processo de globalização unificou o planeta ao ponto de ser possível externalizar e diferir no tempo e no espaço, a uma escala inédita na história humana, os efeitos negativos da destruição de recursos. Se, no passado, uma comunidade pastoril ou agrícola cometia um erro fatal



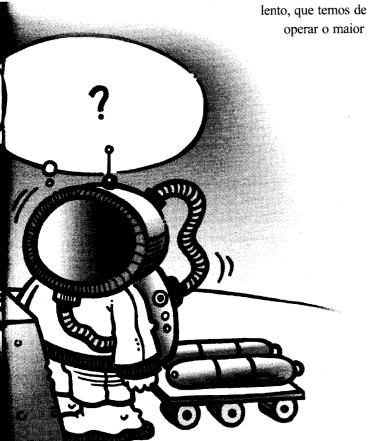
recursos, isso significava que nos meses ou no ano seguinte o preço seria pago com fome e sofrimento. Hoje, a mundialização permite desenvolver uma estratégia de "terra queimada", que ao aumentar exponencialmente o campo explorável de recursos acaba por afastar para o futuro, para a geração seguinte, o preço, certamente terrível, que a destruição dos ecossistemas inevitavelmente acarretará.

A Mudança em Direcção a Uma Economia Ecológica

A passagem da crise ambiental para um grau de plena visibilidade, que possibilite a realização de mudanças globais capazes de conduzirem a comunidade mundial ao difícil caminho da construção de um efectivo modelo de desenvolvimento sustentável, implica uma lenta e profunda mudança de paradigma cultural que só se poderá medir na duração de gerações e não em simples anos.

Esse facto não nos deve induzir a uma atitude de passiva expectativa. Muito pelo contrário. É por sabermos que as mudanças filosóficas e éticas, que são a base em que se consolidará a viragem do paradigma de relações entre a humanidade e o sistema natural,

constitui um processo muito



número de mudanças que possam contribuir desde já para inverter a actual tendência em que a marcha dos factores de degradação ambiental suplanta os indicadores da sua eventual conservação e recuperação. As três mudanças fundamentais que é possível entrever desde já situam-se nos seguintes planos:

- Mudança económica.
- Mudança política.
- Mudança no estilo de liderança.

A viragem económica é uma das áreas particularmente sensíveis e transversais. No fundo, o que está em causa é uma revisão radical da teoria e do cálculos económicos. A sustentabilidade económica não poderá ser atingida contra a sustentabilidade ambiental, mas sim em sintonia com esta.

Depois de anos de surdez e autismo, começa a irromper no próprio terreno das políticas públicas e das teorias do desenvolvimento a necessidade de dar uma voz e um peso específicos e vitais à componente ambiental do desenvolvimento. Os trabalhos pioneiros de John Stuart Mill, de Cecil Pigou, de Kenneth Boulding e de Herman Daly estão hoje a frutificar na mudança dos utensílios conceptuais da análise e do planeamento económicos. Instituições internacionais como o Banco Mundial e a OCDE, que durante tantos anos foram insensíveis à ruinosa delapidação de recursos em que as práticas do crescimento se baseavam, publicam hoje relatórios em que se procura avaliar o "capital natural" dos países e regiões do mundo, combatendo dessa feita a míope externalização dos custos ambientais em que a análise económica "clássica" incorria assiduamente. Todos os anos instituições pertencentes ao sistema das Nações Unidas como o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), ou organizações não governamentais como o Worldwatch Institute, o WWF, ou, ainda, sociedades científicas como a International ISEE (International Society for Ecological Economics) editam publicações, relatórios, informação estatística relevante e enquadrada onde se dão conta dos custos ambientais reais para as gerações futuras do actual curso insustentável de crescimento da riqueza mundial, ao mesmo tempo que se ensaiam métodos e soluções alternativas.

Por Uma Política Com Horizonte Estratégico

Nos últimos trinta anos os problemas ambientais têm contribuído para alterar a nível mundial a organização das políticas públicas. O ambiente tornou-se crescentemente numa das políticas fulcrais na reorganização do aparelho de Estado, obrigando

a administração política a um redimensionamento articulado, horizontal e com alcance estratégico das políticas públicas no seu conjunto.

São cinco as zonas críticas em que o eventual êxito da mudança política se jogará nos diversos níveis da administração pública:

- Informação: A administração tem de se apetrechar com os meios científicos e técnicos adequados para ser capaz de produzir uma imagem permanentemente actualizada do estado do ambiente, nas suas diversas frentes. Sem uma base de dados ambiental permanentemente actualizada não será possível um adequado apoio em informação rigorosa das decisões políticas.
- Planificação: A administração ambiental precisa de planos que sejam produzidos para serem testados no confronto com a realidade. Planos nas áreas do desenvolvimento sustentável, de modo a introduzir a fiscalidade verde como meio de concretizar os princípios consagrados do poluidor-pagador e do utilizador--pagador; na área dos resíduos de todos os tipos; nas esferas da educação

ambiental e da conservação da Natureza; nos domínios da segurança no trabalho, agricultura e dos padrões de consumo; no âmbito da conservação, eficiência e substituição energéticas; no domínio do urbanismo, transportes e infra-estruturas; no horizonte fundamental da política hídrica, envolvendo as águas interiores, mas também a orla costeira e os oceanos. Para dar coerência e cimentar todos esses planos, a tendência internacional tem conduzido

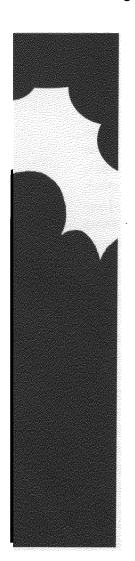
- à elaboração de Planos Nacionais do Ambiente, assim como, a uma escala inferior, de diversos modelos de Agendas XXI, na sequência da doutrina herdada do Conferência do Rio, em 1992.
- Coordenação: A política de ambiente não é da exclusiva competência dos ministérios do Ambiente. Ela deve ser pensada e executada como política do conjunto dos governos e baseada em largos consensos político-sociais. Todos os segmentos da administração pública, nomeadamente as autarquias, devem estabelecer objectivos ambientais e formas de coordenação para o seu cumprimento.
- Participação: A política de ambiente visa atingir a sustentabilidade, isto é, contrariar a presente rota de colisão entre a nossa civilização tecnocientífica e os ecossistemas naturais de que dependemos. A sociedade civil tem que ter, quer através de cada cidadão, quer por via dos diversos tipos de associativismo, uma palavra a dizer tanto na formulação como na implementação das políticas sectoriais e globais do ambiente.
- Responsabilização: É preciso que os agentes políticos e económicos sejam responsabilizados pelos seus actos. As políticas têm de ser monitorizadas e avaliadas. Só assim será possível verificar qual o grau de fiabilidade da informação usada, qual o êxito dos planos e da sua implementação, e quais os resultados permitidos por modalidades crescentemente complexas de coordenação e participação.

POR UMA GESTÃO/LIDERANÇA Ambientalmente Responsável

A viragem em direcção a uma sociedade sustentável implica não apenas uma visão de conjunto ao nível do topo do Estado ou da administração empresarial, mas também a capacidade de "pensar globalmente e agir localmente" em todos os níveis da liderança e da gestão pública ou privada.

Para uma mudança bem sucedida no estilo de liderança julgo que poderemos identificar quatro factores fundamentais:

 O factor da complexidade. Decidir implica sempre escolher caminhos a partir da escassez de informações relevantes. O gestor tem de saber



distinguir informação incompleta, que é o estado natural das coisas, de informação insuficiente, que é a base frágil de muitas decisões erradas. Ora, a estrutura gnosiológica da análise ambiental, sobretudo na esfera do risco, está dominada por um modelo de complexidade muito semelhante. O gestor capaz de integrar a componente ambiental no processo de decisão estará muito mais capacitado para tomar decisões acertadas e de longo alcance.

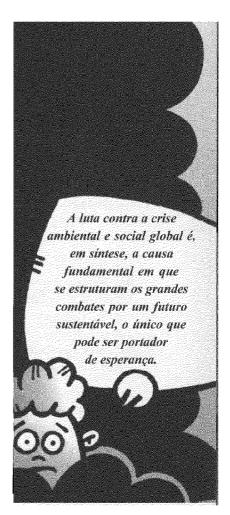
- O factor da economia de recursos. Gerir uma empresa sob rigorosos critérios ambientais, que podem e devem ultrapassar os limites sempre transitórios da legislação vigente, é hoje uma exigência da mais imediata racionalidade económica. O triângulo ambiental que consiste em produzir uma mesma unidade de PIB (Produto Interno Bruto) utilizando menos energia, menos matéria-prima e produzindo menos resíduos coincide com o objectivo permanente da gestão que é o da optimização dos recursos disponíveis.
- O factor da garantia estratégica de mercados. As penosas discussões em torno do comércio internacional revelaram para todos os analistas atentos que, progressivamente, os critérios da qualidade ambiental dos produtos e dos processos de produção se imporão na selecção e restrição legal, política e psicológica à circulação dos produtos no mercado mundial. Um gestor que tente, irresponsavelmente, prolongar práticas incorrectas de externalização dos custos ambientais para jogar na vantagem aparente dos preços a curto prazo ameaça ver as portas, pelo menos de muitos dos países da OCDE, encerradas aos seus produtos, pondo em perigo a sua empresa e os respectivos postos de trabalho.
- O factor do exemplo multiplicativo. Uma das características centrais da política pública de ambiente é a existência de uma pluralidade de outros sujeitos, para além do Estado, como condição para o êxito dos seus objectivos. As empresas, públicas ou privadas, e os seus gestores também são sujeitos da política de ambiente, sobretudo em países como Portugal onde o Estado se revela tão inoperante quanto burocrático. Os gestores têm, como cidadãos e como profissionais, uma dupla responsabilidade ambiental. Perante os trabalhadores que dele dependem, o gestor tem de ser um exemplo vivo

de conduta cívica e ambiental irrepreensível.

Perante a comunidade em que a empresa está inserida, deve o gestor fazer da empresa um factor de desenvolvimento e solidariedade comunitárias, em vez de um elemento de instabilidade, descontentamentos e má vizinhança.

Desta forma, uma conduta ambientalmente responsável e inovadora por parte dos gestores trará sempre frutos

positivos, tanto na componente normativo-ética, como na perspectiva realista da aquisição de vantagens competitivas. O estudo do comportamento dos mercados não pode ignorar as dimensões do capital social e cultural, o que passa pela compreensão de que tanto os trabalhadores como os consumidores são, igualmente, pessoas e cidadãos vivendo num mundo em que a ameaça de colapso ambiental constitui, em crescendo, um critério decisivo, também nas opções económicas individuais.



VIRIATO SOROMENHO-MARQUES

Prof. Associado do Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Membro do Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



Defesa do Ambiente no

DIRECTIVAS/NORMAS

São muitas as directivas e as normas que, no espaço europeu, têm vindo a ser elaboradas e aplicadas na defesa do ambiente. Têm carácter vinculativo para os Estados membros destinatários, mas, no interior dos países, a forma e os meios para se alcançarem resultados depende das instâncias nacionais. Daí a reticência com que são encaradas e a lentidão com que são cumpridas.

Damos como exemplos:

- Directivas várias sobre os padrões de qualidade das águas potáveis, balneares e conquícolas.
- Directiva "Qualidade das águas balneares" (1975). (Definiu valores mínimos obrigatórios quanto à presença de poluentes nas águas balneares e estabeleceu os valores-guia para a qualidade das águas dos rios ou das costas.)
 - Obs.: A Fundação para a Educação Ambiental na Europa coloca todos os anos a "bandeira azul" em praias europeias. Todavia, as águas interiores, bem mais sujeitas à poluição, de forma alguma estão em conformidade com as exigências comunitárias.
- Directiva AIA (Avaliação do Impacto Ambiental), 1988, incidindo sobre o ambiente segundo uma óptica global.
- Directiva sobre o tratamento das águas residuais urbanas.
- Directiva sobre a poluição das águas pelo escoamento de nitratos de origem agrícola (1991).
- Directiva sobre a "Conservação das aves selvagens" (1979) e Directivas sobre a "Preservação dos habitats naturais, da fauna e da flora selvagem" (1992).

(Definiram zonas especiais de preservação na Europa, visando o restabelecimento, defesa e vigilância de *habitats* naturais em situação de constante degradação da flora e da fauna selvagens, e proibiram a captura e abate de espécies animais.)

- Obs.: Não obstante estas directivas, a implementação de estruturas urbanas nestas áreas protegidas continua a pôr em risco o já de si frágil equilíbrio ecológico nelas ainda sobrevivente.
- Directiva PCIP sobre a "Prevenção e controlo integrados da poluição", incidindo sobre as emissões poluidoras provenientes da indústria.
- Directiva "Seveso sobre os riscos graves de actividades industriais". (Definiu a organização de socorros e quais as medidas a tomar em caso de acidente industrial grave.)
 - Obs.: Esta Directiva abrange a armazenagem de produtos químicos perigosos e, na sua nova versão, prevê que as empresas avaliem o seu sistema de segurança. Todavia, não se aplica à CECA (Comunidade do Ferro e do Aço) nem às instalações nucleares.
- Directiva sobre a "Reciclagem e reutilização de resíduos de embalagens".
- Directivas sobre a importação-exportação de resíduos perigosos.
- Directiva "A utilização da gasolina sem chumbo" (1985). (Fixou o teor máximo autorizado de chumbo para os veículos automóveis.)
 - Obs.: A opinião pública e os incentivos fiscais que compensavam o maior custo da gasolina sem chumbo estão na origem do sucesso desta Directiva.

NOTA

Espaço Europeu

- Directivas sobre a limitação de emissões de poluentes específicos (ex.: gases dos tubos de escape, resíduos derivados da agricultura e das indústrias, ruído).
- Directivas sobre as taxas máximas de emissões sonoras dos veículos automóveis, aviões, helicópteros e comboios, dos electrodomésticos e dos equipamentos de estaleiros.
- Directivas sobre projectos danosos para o ambiente (ex.: aeroportos).
- Normas que fixam padrões de qualidade das águas potáveis.
 - Obs.: As descargas, para o meio ambiente, de nitratos utilizados como adubo, continuam a verificar-se, obrigando a Comissão a instaurar processos contra os Estados membros infractores.
 - Normas sobre a biodegrabilidade dos detergentes e sobre a embalagem e rotulagem de pesticidas, tintas e solventes.
 - Normas de garantia de descargas mínimas de poluentes no meio ambiente, como resultado da eliminação/incineração de resíduos.
 - Normas sobre as emissões dos incineradores de resíduos sólidos.

CONVENÇÕES E PROTOCOLOS

Convenção de Bona (1976) sobre a protecção do Reno, interditando os derramamentos, no mar, de dióxidos de titânio (provocam as "lamas vermelhas") e de hidrocarbonetos, e visando reduzir a poluição (em quantidade e qualidade)

- das vias navegáveis internacionais (Reno, Atlântico Norte, Mar do Norte, Mediterrâneo).
- Convenção de Washington (1973) sobre
 Comércio Internacional das Espécies
 da Fauna e Flora Selvagens, Ameaçadas
 de Extinção (CITES).
- Convenção Internacional sobre os
 Movimentos Transfronteiriços de Resíduos
 Perigosos (1989, Basileia).
- Convenção sobre a Biodiversidade (1992), para preservação dos habitats naturais.
- Convenção de Lomé, contra a desertificação, a favor da protecção das espécies, e em defesa das florestas húmidas.
- Protocolo sobre a Gestão Sustentável dos Recursos Florestais.
- Protocolo de Montreal (1988), sobre a depauperação da camada de ozono.

CONFERÊNCIAS E CIMEIRAS / COMISSÕES / RESOLUÇÕES

- Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento, com a Declaração do Rio, Agenda 21 (Rio de Janeiro, 1992).
- Conferência dos Estados membros signatários do Protocolo de Montreal (1992), incidindo sobre as substâncias que fragilizam a camada de ozono (ex.: os CFC).
 - Obs.: O fenómeno do efeito de estufa, em avanço, obriga a que se multipliquem os esforços no sentido de os países menos desenvolvidos reduzirem o consumo deste tipo de substâncias. Desde 1992 tem-se procurado estimular um consumo energético mais racional, e promover combustíveis menos

poluentes. Todavia, este género de iniciativas continua a ser dificultosamente aplicado, pelo que países há que já têm fixado isoladamente os seus próprios objectivos, no sentido de contribuírem pelos seus próprios meios para a travagem do aquecimento do planeta.

- Conferências Ministeriais do Ambiente para a Europa (1993-1995).
- Conferência de Aalborg (1994) e Carta de Aalborg, visando o desenvolvimento sustentável das cidades mediante cooperação em rede.
- Conferência "Cidades Sustentáveis" (Lisboa, 1996), visando um balanço da campanha "Cidades Sustentáveis".
- Conferência Intergovernamental (1997), reforçando o equacionamento entre os requisitos ambientais e os imperativos económicos.
- Conferência das Partes à Convenção sobre as Alterações Climáticas, fixando as prioridades da acção internacional em matéria de ambiente.
- Comissão do Desenvolvimento Sustentável, de apoio às decisões da Conferência sobre as Alterações Climáticas.
- Resolução para reforço das medidas de combate à poluição atmosférica (sobretudo depois do fenómeno das chuvas ácidas, em finais da década de 80).
 - Obs.: A acidificação do ar deve-se sobretudo aos gases de combustão, à produção agrícola e animal e à circulação automóvel. Daí que a Comunidade tenha desenvolvido o conceito de "veículos limpos", movidos a gasolina sem chumbo, e com catalisador (que permite a redução do teor de poluentes nos gases de escape).
- Resolução de colaboração com as indústrias petrolífera e automóvel, para redução das emissões de gases de escape e para garantia da qualidade nos combustíveis.
 - Obs.: Implicando uma reorganização dos equipamentos e processos de fabrico, este tipo de medidas permitirá reduzir as emissões de óxidos de azoto, colocando a UE à cabeça dos países industrializados, no que se refere à redução da poluição automóvel.

LEGISLAÇÃO FUNDAMENTAL

1986 — Adopção do Acto Único Europeu:
integração do ambiente nas políticas
comunitárias, consagração dos princípios
de acção em matérias de ambiente, dotação
de legislação específica para os assuntos
ambientais, decisões tomadas por maioria
e não por unanimidade

1992 — Adopção do Tratado de Maastricht:
reforço do ambiente como política comum,
introdução do objectivo de desenvolvimento
sustentável, introdução do princípio
de precaução, integração das exigências
ambientais nas políticas comunitárias.

INSTRUMENTOS DE ESTÍMULO ECOLÓGICO

- Rótulo ecológico para os produtos "amigos do ambiente".
- Reciclagem de matérias-primas.
- Sistema EMAS, específico para as empresas que pretendam trabalhar segundo processos de preservação do ambiente.
- "Contabilidade Verde", incluindo os custos de utilização dos recursos naturais nos preços dos bens e serviços.
- Responsabilização do produtor de resíduos.
- Divulgação de métodos e meios de tratamento dos resíduos (prevenção, recuperação, redução).

ALGUNS CONTACTOS EM PORTUGAL

- Centro Europeu Jean Monnet Tel.: 01-357 80 31
- Centro de Informação Jacques Delors Tel.: 01-362 59 35
- CML Direcção Municipal Ambiente e Espaços Verdes Tel.: 01-395 51 81

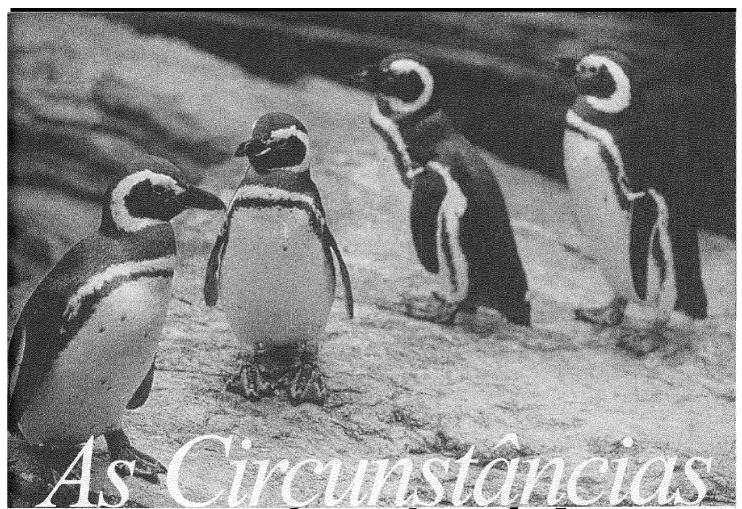
• Deco

Tel.: 01-357 39 08

- Instituto de Conservação da Natureza Tel.: 01-397 40 44
- Liga para a Protecção da Natureza
 Tel.: 01-778 00 97

• Quercus

Tel.: 01-778 84 74



do Ambiente

UMA APOSTA NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Nos últimos anos, Portugal tem vindo a promover acções de mudança e de modernização em vários sectores, com resultados que se têm vindo a reflectir principalmente na promoção de novas

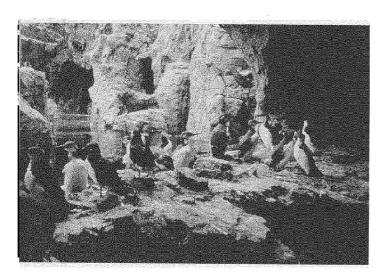
tendências e de novas maneiras de estar na vida. Muitas destas acções, como é exemplo a EXPO '98, passaram e continuarão a passar pelas circunstâncias do ambiente, ou seja, a necessidade prioritária de se criarem estruturas urbanas e recursos humanos que traduzam uma maneira de pensar onde a sensatez, o bom-senso e o equilibrio sejam os principais catalisadores do progresso que se pretende implantar. Só assim poderemos um dia dizer que Portugal, e os Portugueses, são deveras um país e um povo moderno, no significado pleno da palavra.

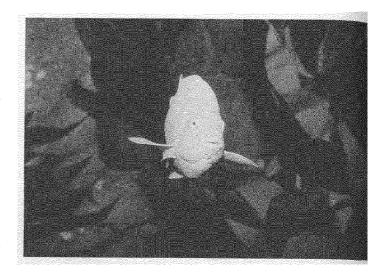
FRANCISCA MENEZES FERREIRA

Coordenadora do Sector de Educação do Departamento de Biologia — Oceanário de Lisboa, SA

O Oceanário de Lisboa é exemplo de uma empresa que foi concebida com o intuito específico de mostrar aos seus visitantes a importância de melhor conhecer os oceanos para melhor os saber proteger. Tal tarefa passa prioritariamente pela transmissão de informação que estimule a divulgação e a popularização das ciências marinhas, a promoção da conservação da Natureza e a integração da ciência útil no tecido cultural da sociedade portuguesa. Como tal, o Oceanário tem, como a maioria das empresas, o objectivo de vender um produto a um consumidor. Se a intenção das sociedades modernas é promover uma melhor consciência sobre algo que intersecta constantemente o nosso quotidiano, ou seja, o tipo de "coisas" que consumimos e o impacte que esses produtos têm directa ou indirectamente nas nossas vidas, que poderá haver de melhor que mostrar o prazer e o bem-estar que o consumo de informação e de conhecimentos relacionados com a Natureza e a sua conservação nos podem trazer? Porque não ter como objectivo comercial a educação ambiental?

Ouve-se ainda erradamente que a educação não vende, que os Portugueses não estão interessados na educação, que a educação não é uma boa aposta comercial... Investir na educação não é, nem nunca será, um desafio destinado ao fracasso para as empresas, as instituições, os governos e os cidadãos que a promovem. Pelo contrário! Um país de cidadãos informados, conscientes e activistas é um país rico, vivo e dinâmico. É um país onde os seus cidadãos, as suas empresas, as suas instituições e o seu governo passam a ter um objectivo comum: promover e preservar a qualidade de vida, um meio físico e social equilibrado e saudável, o res-





peito por si próprios, pelos outros e pelo ambiente. Estes são, de facto, os "produtos" que devem ser "vendidos" como verdadeiros utensílios a serem utilizados no nosso quotidiano. E estes objectivos só podem ser implantados com muita criatividade e imaginação, e, até, com aquela pitada q.b. de "avangardismo" e de irreverência que muitos de nós, os adultos, temos tendência a esquecer. Em suma, construir sem destruir, e saber ver para além do imediato, são bens que só podem ser adquiridos através da educação.

UM CASTELO NO FUNDO DO MAR

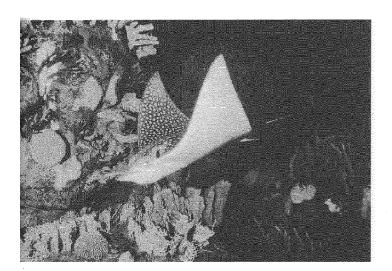
Quando me perguntam quais são as "fórmulas" ou as "técnicas" que devem ser utilizadas na formação profissional e na gestão de equipas, fico sem resposta. No caso do Oceanário de Lisboa, foi, a meu ver, o trabalho de equipa, os objectivos comuns, a solidariedade e muito amor pelo projecto que puseram o Oceanário a funcionar. São as equipas com estas características que podem garantir o sucesso presente e futuro da empresa. Penso que as "fórmulas" e as "técnicas" de formação profissional e de gestão de equipas, muito utilizadas por exemplo nos Estados Unidos, são quase sempre levadas por diante a ferro e fogo, descurando habitualmente os conceitos de flexibilidade e espaço da componente individual.

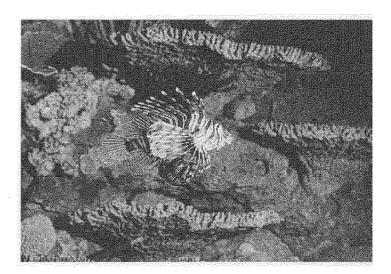
Infelizmente, ou não, acontece que, em Portugal, estas mesmas técnicas rígidas e utópicas de formação e gestão de equipas estão a começar a ser utilizadas nas empresas. É óbvio que as equipas devem ser geridas

por profissionais que tenham a sensatez de estimular e implantar a responsabilidade, a competência e o profissionalismo, a todos os níveis. E que a formação profissional, a possibilidade de a equipa técnica fazer estágios noutras empresas, participar em conferências e congressos, entre muitas outras acções, é vital para o crescimento e o sucesso da empresa. Mecanizar a paixão e "aquele toque pessoal" que todos temos, é desumanizar a equipa, ir contra os objectivos da empresa e, acima de tudo, trabalhar contra o progresso.

Ocorre-me uma experiência que tive com o primeiro grupo de crianças a quem dei uma visita guiada ao Oceanário. Dois rapazitos, dos seus 6 anos, andavam de mãos dadas a meu lado, com os olhos abertos de surpresa e de fascínio, a bombardear-me com perguntas, aquelas perguntas que só as crianças sabem fazer e que nos fazem ver a imaginação, a criatividade e a simplicidade que deixámos para trás. E eu, lá fui tentando acompanhá-los, tentando satisfazer o mais possível a curiosidade destes dois meninos, vendo-me a mim própria a ver o Oceanário através dos olhos deles. Foi então que eles me deixaram completamente boquiaberta! Estávamos no piso subaquático da visita e eu, "debaixo de água", a tentar explicar "coisas interessantes" sobre os peixes que por lá nadam. Foi ali que os dois meninos me agarraram, me fizeram dar meia volta, e, de caras para uma das grandes janelas de acrílico do tanque principal do Atlântico Norte, gritaram, quase em simultâneo: "Olha!... É um castelo no fundo do mar!!!"

Que nenhum de nós, que temos por objectivo profissional promover a educação e a qualidade de vida, nunca se esqueça que as sociedades devem ser construídas para os jovens, e é com eles que mais temos a apren-





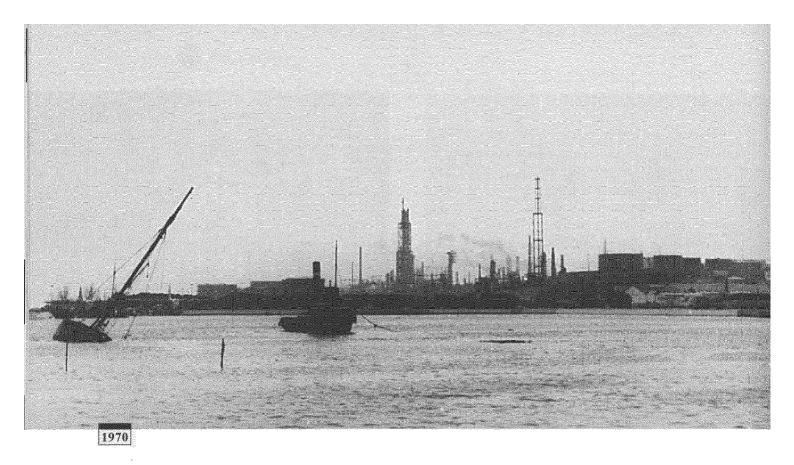
der. São eles, de facto, que nos voltam a ensinar quais são as tais "fórmulas", as tais "técnicas" que devemos utilizar na formação profissional e na gestão das equipas, e também no nosso equilíbrio pessoal.

RENOVAR O LEMA DOS TRÊS MOSQUETEIROS: "UM POR TODOS... TODOS POR UM"

Comecei este artigo por dizer que Portugal é actualmente um País que está a promover acções de mudança que visam uma melhor qualidade de vida. É verdade, sim senhor! Mas vamos com calma, porque temos ainda muito que fazer. Principalmente no que diz respeito àquela "tendênciazinha" que as pessoas têm para porem os seus interesses pessoais à frente dos objectivos colectivos. A solidariedade, tal como a Natureza, é uma palavra em risco de extinção!

Quando cada um puxa para o seu lado, principalmente quando se trata de indivíduos em cargos de chefia, não há equipa que resista... os objectivos deixam de ser concretizáveis. Face a esta situação, uma tendência das sociedades medievais onde o lema "Dividir para Conquistar" era, de facto, utilizado, mas, como o desenrolar da História nos tem mostrado, para além de pouco eficaz é uma "filosofia" destrutiva e perigosa, só nos resta verdadeiramente seguir o exemplo daqueles "pequenos grandes Homens" que, contra tudo e todos, se souberam unir, sem nunca se deixarem derrotar, e proclamar...

Chegou a hora de acordar!



A EXPO'98 e o Renascer da

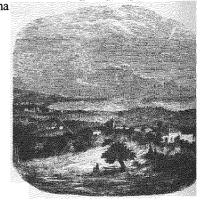
A realização das grandes Exposições Mundiais, eventos que normalmente implicam significativas intervenções urbanísticas, constituem boas oportunidades para a requalificação e reabilitação dos locais onde se realizam. Passou-se assim, embora no âmbito mais restrito de uma Exposição Nacional, com a Exposição do Mundo Português, em 1940. Ainda que, com soluções discutíveis, efectivou-se um vasto projecto de renovação urbana de uma zona ribeirinha a ocidente da capital, entre S. Amaro e Pedrouços. Foi também este um dos objectivos centrais do Projecto da EXPO '98, que se traduziu na proposta de criação de uma nova centralidade por transformação de uma zona muito degradada da cidade — a Zona Oriental — num espaço de excelência urbana. É um pouco da história do caminho percorrido nos últimos dois séculos por essa zona esquecida da cidade o objectivo deste artigo. O caminho da zona oriental rumo ao século xxi.

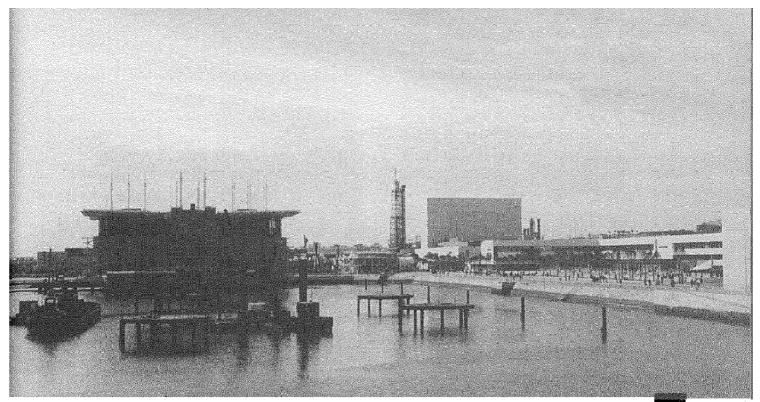
Um Subhabio Romântico no Século XIX

"Um renque de arbustos cerrados parecia fechar a Quinta daquele lado como uma sebe. Depois a colina descia, com outras quintarolas, casas que se não viam, e uma chaminé da fábrica; e lá no fundo o rio rebrilhava, vidrado de azul, mudo e cheio de Sol, até às montanhas de

além-Tejo, azuladas também na faixação do céu de Verão."

Esta romântica descrição da paisagem na zona oriental da cidade, por altura dos Olivais, feita por Eça de Queiróz na sua obra *Os Maias*, caracteriza bem esse





1998

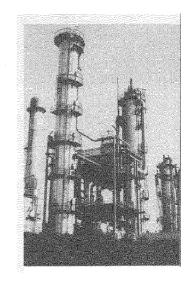
Zona Oriental de Lisboa

subúrbio citadino: situação paisagística excepcional, magníficas vistas sobre o rio, um solo vocacionado para actividades agrícolas e para o lazer da burguesia lisboeta, onde, no entanto, já despontavam sinais de alguma industrialização ainda incipiente. Camilo, no seu Romance de Um Homem Rico, regista magnificamente no mesmo estilo romântico essa paisagem que permaneceu inalterável até meados do século xix: "... subimos uma ladeira de olivedos que no topo se espalmava em ervecida chã, assombrada de grandes árvores... Daquela eminência iam os olhos a muito longe buscar a suave melancolia que levanta o espírito. Enlevavam as lezírias com as suas manadas de gado, os grupos alvejantes de casas, as granjas dispersas na esplanada, os pomares de laranja, os olivedos, e o rumorejo confuso e indistinto das árvores, dos regatos, do brando ramalhar das árvores, e da toada de vozes distantes nas veigas, que se espraiavam ao sopé e em redor do nosso outeirinho".

A Explosão Industrial

Com a construção da linha de caminho de ferro de Lisboa ao Carregado, em 1856, desencadeia-se em toda a zona oriental ribeirinha um rápido processo de instalação de indústrias e consequente

fixação de massas de trabalhadores vindos da província com as suas famílias, albergados em más condições nos pátios, vilas e bairros que surgiam junto aos velhos e decadentes palácios e conventos. Estava assim posto em causa o carácter rural da economia nessa zona, durante muito tempo baseada numa produção agrícola para abastecimento da capital.

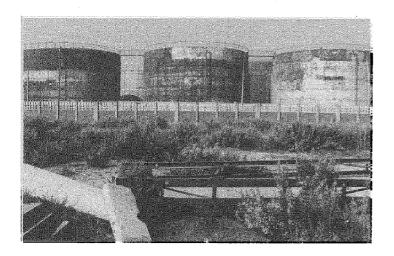


Chegava ao fim o período "romântico" das amenas quintas senhoriais.

Em 1875 já existiam 43 empresas industriais na zona oriental. A partir daí o processo de industrialização foi gradual e constante.

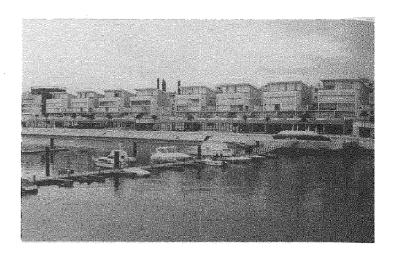
Na década de 40, com o primeiro Plano de Urbanização de Lisboa, da autoria de Etienne de Groer, essa parte da cidade é transformada radicalmente, com a rotura da velha malha urbana por uma extensa rede de novas vias, e pela criação de áreas para fixação de indústrias ao longo do rio e com um prolongamento para o interior da cidade pelo eixo da Av. Marechal Gomes da Costa. É nestas áreas que se instalam novas unidades fabris ligadas aos petróleo, material de guerra, terminais portuários, matadouro e estação de tratamento de lixos.

Longe das românticas descrições do século xix, a imponente torre da refinaria da Sacor, com a sua chama permanente envolta em fumos e cheiros desagradáveis, é bem a imagem dessa fase.



O IDechinio

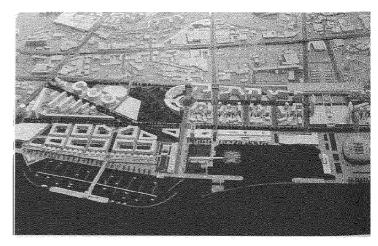
Nos finais dos anos 80, em consequência da perda de importância das actividades portuárias e do declínio de muitas das unidades fabris, encontramo-nos perante uma das zonas mais degradadas e desqualificadas da cidade: velhas refinarias desactualizadas e poluentes, barrações



e antigas instalações fabris em ruínas, lixeiras, parques de sucata automóvel, depósitos militares obsoletos e terminais de contendores sem fim. Esta zona oriental da cidade era um típico caso de segregação urbana não só em termos físicos como sociais.

IEXIPO 98: A Oportumidade de Mudança

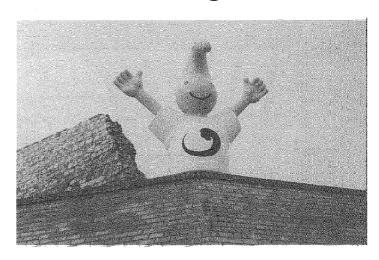
Em 1989, Portugal decide avançar com a candidatura de Lisboa à EXPO '98. Após um período de estudos, em Fevereiro de 92 é anunciada a escolha da localização do evento: a esquecida e degradada zona envolvente à doca dos Olivais. Desde logo foi definido que a Exposição Internacional seria o motor de uma intervenção regeneradora numa área mais vasta do que a zona da exposição propriamente dita.



A Zona de Intervenção do Parque EXPO ocuparia uma área de 330 hectares numa frente de rio de cinco quilómetros. O recinto da Exposição ocuparia 60 hectares.

O plano de urbanização proposto apostava na criação de "uma parcela de cidade" numa equilibrada relação com o rio criando uma "nova centralidade". Era valorizada a multifuncionalidade, usufruto dos espaços públicos, a escala humana do projecto, com a resolução dos problemas tradicionais das grandes cidades: estacionamentos, circulação de peões, qualidade no mobiliário urbano e espaços verdes. O novo espaço urbano a construir, seria ancorado em edifícios e infra-estruturas construídos com a EXPO '98, mas que permaneceriam para além dela, tais como: Oceanário, a nova FIL, o teatro Camões; o pavilhão Multiusos, a Estação do Oriente e o Parque Urbano, entre outros.

Terminada a EXPO, inicia-se agora a fase mais importante deste ambicioso projecto, denominado EXPO URBE, e que tem a ver com a concretização dos projectos previstos nos 330 hectares da já referida área de intervenção. Este processo terminará em 2010 com a conclusão de todas as urbanizações. Prevê-se que nessa data 25 000 pessoas habitarão na zona e mais 18 000 trabalharão nos diversos serviços a instalar nessa nova malha urbana.



Portugal parece ter aprendido com os erros de Sevilha, estando assim afastada à partida a possibilidade desta área se transformar novamente num espaço desqualificado e perdido para a cidade.

Pelo contrário, a crer nos objectivos do projecto, disporemos no dealbar do século XXI, graças à EXPO '98, de uma nova parcela de cidade com elevados padrões de qualidade, para todos os que optarem (ou puderem) aí residir ou trabalhar.

ALBANO PEREIRA Engenheiro Civil

0

Também aproveitando a EXPO 198, embora AMBELIS, em Outubro de 96, este projecto fora da área de intervenção, desenvolveu-se desenvolveu e apoiou intervenções de reabilitação de edificios, infra-estruturas e moum projecto denominado "Caminho do biliario urbano no referido eixo. Em pa-Oriente" com o objectivo ralelo, foi desenvolvido nessa zona da de recuperar o percurso cidade um diversificado programa cultural. que vai de Santa Apolónia Embora ainda seja cedo para fazer um baa Marvila. Criado na base de três de lanço global e conclusivo da intervenção, são visíveis algumas melhorias ao longo instituições, a EXPO '98, a Câmara Municipal de Lisboa e a do percurso.

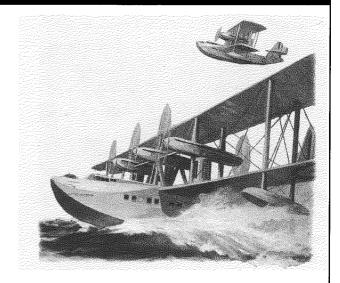
A DOCA DOS HIDROAVIÕES

saltlântico, que como um pequeno navio, hipermoderno, de alumínio, se balançava nas águas do Tejo. Revistam-nos a bagagem e ficam com as máquinas fotográficas. Já dentro do hidroplano proíbem-nos de entreabrir as cortinas. Em breve, o aparelho — que chegara a Lisboa com passageiros da América — corre pela água e sinto que nos elevamos. Os motores trovejam tanto, que não nos ouvimos... ... Quando entreabro um pouco a cortina, vejo que Lisboa ficou para trás de nós, lá em baixo, como alguma jóia perdida na escuridão. Nela, as luzes tremelicam. Os *fauteils* do aparelho são largos e todos se preparam para dormir. Só as crianças brincam."

"No dia seguinte, embarcámos num hidroplano tran-

Esta descrição do diplomata jugoslavo Tsrnhanski feita no seu livro *Embaixadas*, refere-se à sua passagem por Lisboa em 1941, como refugiado a caminho de Inglaterra. O local de partida do hidroavião era a doca dos Olivais, mais ou menos onde hoje se localiza o Oceanário.





Lisboa, nessa data, ainda não dispunha de um aeroporto, constituindo a zona ribeirinha nos Olivais um óptimo plano de água para as operações de amaragem e descolagem dos grandes hidroaviões. Um jornal anunciava em 1938:

"Em Cabo Ruivo, ...estão procedendo aos trabalhos para construção de uma base para os hidroaviões da Pan-American Airways, destinado às futuras carreiras entre a América e a Europa, com escala por Lisboa. Esses trabalhos constam de edifícios para a Alfândega, ponte de amaragem e desembarque de passageiros bem como depósitos subterrâneos de gasolina."

Um ano depois já os *clippers* da Pan Am utilizavam semanalmente o pequeno hidroaeroporto nas suas carreias regulares. Em 1942, em plena Guerra Mundial, o movimento era significativo para a época: amararam no Tejo 170 hidroaviões que transportaram 4659 passageiros.

Nesse ano o Governo decide tomar a seu cargo as instalações da Pan Am e construir no local um hidroaeroporto internacional.

Em 1945, com os trabalhos concluídos, começava já a entrar em declínio este tipo de transporte, substituído pelos aviões tradicionais.



Este artigo pretende ser uma reflexão sobre os grandes desafios ambientais que se colocam, neste final de século e milénio, à Humanidade. Felizmente para a sobrevivência de todos nós, multiplicam-se os esforços de defesa e de preservação do Planeta Terra. Serão suficientes? Estaremos ainda a tempo?...

ALICE CARDOSO

Assessora na Secretaria-Geral do MTS

O

s recursos do Planeta Terra não são infinitamente renováveis. À margem desta constatação que ninguém mais refuta, continuam a verificar-se pressões sobre o ambiente, traduzidas em constan-

tes sinais inequívocos de degradação de *habitats* milenares. Destroem-se florestas, ameaçando de extinção múltiplas espécies de fauna e flora. Perante níveis progressivos de consumo de energia e de matérias-primas é cada vez maior a poluição das águas e dos ares. Persiste a velha questão do armazenamento e/ou reciclagem dos resíduos. A camada de ozono estratosférica e protectora da Terra continua a ser gradualmente eliminada. Multiplicam-se as doenças derivadas do nosso quotidiano urbano e industrializado.

Porquê?

Porque o Homem é, antes de tudo o mais, consumista; é também, e por isso mesmo, o mais activo de todos os depredadores, quando se esquece de que é preciso ter sempre em conta os impactes das suas acções sobre si próprio e sobre o seu meio envolvente.

Ambiente e Desenvolvimento Económico: Duas Realidades a Conciliar no Espaço da União Europeia

Os problemas ambientais não têm fronteiras. Esta noção, assumida nos dias de hoje, não tinha sido ainda consciencializada até aos anos 50, não obstante os focos de polnição, já então visíveis por toda a parte. Felizmente que desde o início dos anos 70 vem sendo reconhecida a nivel mundial a fundamentabilidade de uma política comum do ambiente, com a adopção de medidas e normas em matéria de protecção do ambiente. É neste contexto que se afirma, pelo seu esforço e empenho, o posicionamento inequívoco da União Europeia no combate à poluição e na preservação da Natureza. Propomo-nos, pois, divulgar aqui a actuação da UE no que respeita às grandes problemáticas ambientais, obrigando-nos a reflectir simultaneamente sobre questões que a todos nós preocupam, enquanto habitantes deste nosso comum PLANETA AZUL.

De facto, no espaço europeu, países houve que, a partir dos anos 50, confrontados com sinais inequívocos de uma poluição crescente dentro dos seus territórios, decidiram tomar medidas a nível nacional. Porém, algumas dessas medidas revelaram-se de imediato incompatíveis com a livre circulação de mercadorias. Era, pois, necessário que se pensasse numa política internacional de defesa e preservação do ambiente, que igualmente fosse compatível com os interesses económicos.

Progressivamente encarada como um problema transfronteiriço, a poluição e seus impactes passou, nos anos 70, a integrar o rol de preocupações presentes nas cimeiras europeias.

Após a 1.ª Conferência das Nações Unidas sobre o ambiente (Junho de 1972), a Comissão Europeia propôs, por ocasião da Cimeira de Paris, a elaboração de um programa de acção política no domínio do ambiente, tendo como base jurídica o art.º 2.º do Tratado CEE, cujo preâmbulo já previa uma melhoria constante das condições de vida e de trabalho.

Mais: estipulando o proposto programa que passaria a constituir missão da Comunidade promover "um desenvolvimento harmonioso das actividades económicas" e "uma expansão económica contínua e equilibrada" nos Estados membros, iniciavam-se deste modo os esforços de conciliação entre o ambiente e a economia, dado que nenhum dos objectivos enunciados poderia vir a ser exequível sem que se tivesse em conta a protecção do ambiente.

Interiorizada esta preocupação, na década de 70 foi integrada, pelo Tratado da União Europeia (art.º 3.º), a política do ambiente no quadro de acção da Comunidade, associando o crescimento sustentável ao respeito pelo ambiente (art.º 2.º). Era assim reconhecida, a nível europeu, a importância de uma política ambiental comum.

Apoiada no direito comunitário do ambiente (mais de 200 directivas e regulamentos), a Comunidade foi criando programas de acção que estabeleciam directrizes e objectivos prioritários, incidindo não só na protecção das águas, na qualidade do ar, na vitalidade da flora, na preservação das espécies animais — mas também na neutralização dos efeitos nocivos dos produtos químicos, na eliminação dos resíduos, no combate à poluição sonora.

Todavia, não obstante os esforços legislativos e os programas de combate à poluição, o empenho com que as questões ambientais eram encaradas continuava a variar de país para país, o que demonstra quão fragilmente fiáveis se revelavam os esforços antipoluição,

quando confrontados com os interesses económicos. Aliás, os numerosos processos de infracção à legislação em vigor eram disso testemunho.

Constatada esta realidade óbvia, havia então que investir mais em acções de prevenção, em lugar de remediar. Foi assim que, já nos anos 80, no terceiro e quarto programas (1983 e 1987-92, respectivamente) de acção política no domínio do ambiente foram consideradas prioritárias as questões da prevenção e da protecção. Viriam, a partir de então, a ser desenvolvidos programas de investigação nas áreas ambientais, como os programas STEP (ciência e tecnologia para a protecção do ambiente) e EPOCH (programa europeu em matéria de climatologia e de riscos naturais).

Em 1987, com a adopção no Acto Único Europeu, a Comunidade passou a ter competência expressa no domínio da política do ambiente (art.º 130.º-R e 130.º-T do Tratado CE), especificando a necessidade de se integrar a protecção do ambiente em todas as acções comunitárias. Viam-se desta forma consagrados princípios já há muito aplicados em diversos países europeus: a prevenção da poluição, a recuperação na fonte, a poluição paga por quem polui. Passava também a ter-se em conta um princípio novo: o da subsidiariedade — ou seja, a legitimidade da intervenção da Comunidade em todos os objectivos ambientais que não pudessem ser prosseguidos pelos Estados membros. Apoiado na Directiva AIA (Avaliação do Impacte Ambiental), o Acto Único Europeu encontrou nela um instrumento de fiscalização e controlo. Tendo entrado em vigor em Julho de 1988, esta Directiva preconizava que os projectos económicos deviam subordinar-se à avaliação do respectivo impacte nos seres humanos, na flora, na fauna e no ambiente. Por outro lado, previa de início o Acto Único Europeu que os processos de decisão relativos a esses projectos económicos fossem tomados por unanimidade; pelo Tratado de Maastricht, que garantiu uma participação reforçada do Parlamento, as deliberações passaram, a partir de então, a ser tomadas por maioria (com excepção das disposições relativas às taxas ambientais e às medidas no sector da energia — adoptadas por unanimidade). O Tratado de Maastricht conferiu também dimensão regional e planetária às questões ambientais; vários artigos incidiam na necessidade de se combinar os objectivos do comércio livre com um elevado nível de protecção do ambiente, para garantir "a utilização prudente e racional dos recursos naturais" e a "protecção da saúde das pessoas". Reconhecia-se simultaneamente que os recursos naturais são a base e os limites do desenvolvimento económico.

Devemos, contudo, referir que, mau grado a assunção das questões ambientais, a abordagem de carácter predominantemente jurídico nem sempre se revelou eficaz ou praticável. De facto, era imprescindível que se investisse na consciencialização dos países e das pessoas para os problemas ambientais, dado que as medidas coercivas podem deter esporadicamente, e sempre com efeitos isolados, os avanços da poluição, mas não alteram de imediato as mentalidades de quem incorre em infracção.

Já nos anos 90, perspectivando-se a realização do mercado interno, a política ambiental ganhou acentuado protagonismo com a incidência na realização de estudos que viriam generalizar o alerta para realidades de facto preocupantes, como, por exemplo, a poluição provocada pelo tráfego rodoviário. Este tipo de estudos, dos quais se pode extrair o eterno conflito entre os requisitos ambientais e os interesses económicos, não deixam, contudo, de reforçar a abordagem que defende que o crescimento económico pode ser compatível com o respeito pelo ambiente, e pretende demonstrar que a protecção do ambiente não tem necessariamente de condicionar a competitividade, podendo antes reforçá-la.

Em 1993, no quinto programa de acção "Rumo a Um Desenvolvimento Sustentável" era privilegiada já uma abordagem europeia global das questões ambientais, dado que a tónica era posta na partilha de responsabilidades dos diferentes intervenientes sociais e económicos, secundada de um controlo e acompanhamento regulares em domínios-chave como a indústria, a energia, os transportes, a agricultura e o turismo. Por outro lado, estipulavam-se acções de prevenção relativas a grandes preocupações internacionais: as alterações chimáticas, a qualidade do ar, o ambiente urbano, as zonas costeiras, a gestão dos resíduos, a gestão dos recursos hídricos e a protecção da natureza. Simultaneamente, previa-se a complementaridade entre instrumentos financeiros e medidas legislativas, para que as iniciativas de combate à poluição pudessem revestir-se de maior eficácia. Finalmente, nos sectores dos transportes e da energia previa-se já acções de prevenção, no sentido de se reduzirem os gases com efeito de estufa. A observação das emissões de CO2 tornava-se assim um comportamento habitual, a par da implementação de uma política comum no domínio energético (os programas ALTE-

NER, a favor das energias renováveis, e SAVE, para o aumento da eficiência energética).

Centrando-nos nesta questão da protecção climática, desde 1970 que a política internacional se norteia, neste domínio, por um longo processo de negociações, que viriam a ter como corolário diversos acordos relativos à redução da produção e do consumo de CFC. Os CFC acabariam por ser totalmente proibidos em meados de 1997, na sequência dos relatórios alarmantes entretanto vindos a lume.

O Livro Verde sobre o ambiente, publicado pela Comissão em 1993, relançou o debate sobre a deterioração do meio ambiente. Neste sentido, têm vindo a ser, entre 1996 e 1999, disponibilizados pelos fundos estruturais ou pelo Fundo de Coesão, muitos milhões de ecus, como incentivos financeiros ao investimento, com o fim de se melhorar o ambiente. No sector privado, desde 1993 que as empresas, quando activas na defesa e protecção do ambiente, podem receber o rótulo de "ecológicas", assim como os produtos que satisfaçam os necessários requisitos nesta matéria.

Como exemplo de acções comunitárias entretanto implementadas, poder-se-á citar o programa ENVIREG (uma iniciativa comunitária para a luta contra a poluição nas regiões litorais economicamente menos desfavorecidas da UE) e a construção de estações de tratamento de resíduos e de água. Por outro lado, para incentivar a circulação de conhecimentos sobre a problemática ambiental foi criada, no seio da Comunidade, a Agência Europeia do Ambiente, um centro de informação e documentação específico sobre as questões ambientais. Continuando a dar expressão à sua preocupação de respeitar o ambiente, a UE tem vindo a estabelecer igualmente, nas suas relações externas com a Europa de Leste e com os países em desenvolvimento, acordos que incluem cláusulas sobre a protecção do ambiente: desde 1993 que a UE da um amplo contributo para o programa de acção em matéria de ambiente nos países da Europa Central e Oriental.

Na sequência dos já habituais contactos internacionais de reflexão e debate sobre os problemas ambientais, realizou-se, em 1995, em Sófia, a 3.ª Conferência paneuropeia dos Ministros do Ambiente.

Dado o seu empenhamento no que concerne às questões ambientais, a União Europeia tem vindo a adquirir um estatuto de primeiro plano nesta matéria, com a adopção de medidas em todos os domínios importantes para a protecção do ambiente. No entanto, é forçoso que se diga que, quanto mais crescente é a sensibilização dos governos e dos sectores públicos para as questões ecológicas, maiores são as reservas expressas pelos sectores económicos. De forma alguma se pode ainda afirmar que um desenvolvimento económico sustentável será concretizado tendo em conta a defesa intrínseca do ambiente. Neste sentido, algumas estratégias são expostas no Livro Branco de 1993 "Crescimento, Competitividade e Emprego", que preconiza a implementação de um sistema de impostos e de taxas, tendo em conta os aspectos ambientais. Mais uma vez, porém, os interesses económicos continuam a prevalecer: a taxa aplicada sobre a energia tem sido um insucesso.

Podendo afirmar que a dimensão ambiental, integrada nas outras políticas da União Europeia, continua a ser uma das suas preocupações fundamentais — o conflito entre os interesses económicos e os ecológicos subsiste, todavia, no seio da União Europeia. Como reforço, a política comum do ambiente parece necessitar de novos estímulos. Talvez esses estímulos possam provir dos mais recentes Estados membros, como é o caso da Áustria, um país que se revela empenhado numa política de transportes ecológica. De todos os modos, as questões ambientais continuam em aberto, não se vislumbrando a curto prazo resolução imediata para muitas delas.

A Implementação da Política Comunitária em Matéria de Ambiente

A dimensão transnacional dos problemas ambientais é uma das razões que justificam a sua abordagem na Europa comunitária. Procurando conciliar o ambiente com o desenvolvimento económico, o quinto programa de acção RUMO A UM DESENVOLVI-MENTO SUSTENTÁVEL(1) (1992-2000) integra políticas, leis e projectos num programa global de reforma,

orientado para um único objectivo: o desenvolvimento sustentável.

Encarados os problemas ambientais como demonstrações de consumo destrutivo, este programa procura, através de acções várias, aplicáveis a todos os níveis e que envolvam os diferentes grupos sociais, complementar as directivas e regulamentos coercivos dos programas anteriores. Simultaneamente, incide sobre algumas questões ambientais prioritárias, através da adopção de grandes princípios, aplicados em domínios-chave, e analisa problemáticas ambientais com as quais a Europa comunitária se confronta actualmente.

Os Fundamentos da Política Comunitária em Matéria de Ambiente

Os domínios de intervenção comunitária

Tendo em vista a prossecução de um objectivo duplo — o desenvolvimento sustentável e a limitação de emissões poluentes e a protecção dos recursos naturais — a União Europeia incide sobre algumas componentes fundamentais de actuação:

- Integração dos aspectos ambientais nos restantes domínios de actividade.
- Cooperação e partilha de responsabilidades entre a UE, os Estados membros, as empresas e o público.
- Alargamento da gama de instrumentos de política ambiental.
- Alteração dos padrões de consumo e produção.
- Aplicação e cumprimento da legislação.
- Cooperação internacional no âmbito da Agenda 21 e do quinto programa de acção em matéria de ambiente.

Nesta conformidade têm vindo a ser desenvolvidas acções de combate contra a poluição, nomeadamente no que se refere a:

Luta Contra a Poluição das Águas

Objectivo: Impedir descargas de substâncias perigosas e fixar normas de qualidade.

Medidas: Directivas definidoras dos padrões de qualidade das águas potáveis, balneares e conquícolas.

Combate Contra a Poluição dos Mares

Objectivo: Controlar e reduzir descargas e derramamentos tóxicos.

Medidas: Convenções internacionais que interditam os derramamentos nos mares.

Luta Contra a Poluição Atmosférica

Objectivo: Conferir mais qualidade ao ar que se respira e neutralizar o efeito de estufa (aquecimento do planeta) pela redução da camada de ozono, provocada pelas emissões de CFC (clorofluorocarbonos).

Medidas: Proibição dos CFC na UE, estabilização (até ao final do século) e redução (até 2010) das emissões de dióxidos de carbono. Redução dos gases de escape (veículos "limpos"). Limitação das emissões poluentes industriais.

Luta Contra o Ruído

Objectivo: Reduzir as emissões sonoras produzidas pelos veículos, electrodomésticos, equipamentos dos estaleiros, aviões subsónicos, helicópteros e comboios.

Medidas: O Livro Verde — preconiza a luta contra o ruído na fonte, a separação entre zonas urbanas e zonas industriais, a criação de áreas de protecção contra o ruído ao longo das auto-estradas.

Luta Contra a Poluição de Origem Química e os Riscos da Biotecnologia

Objectivo: Limitar os riscos ligados ao fabrico e eliminação de substâncias químicas.

Medidas: Normas de biodegrabilidade para os detergentes. Normas de embalagem/rotulagem de pesticidas, tintas e solventes. Vigilância de indústrias de risco. Utilização limitada de microrganismos geneticamente alterados.

Eliminação de Resíduos

Objectivo: Gerir centenas de milhões de toneladas de resíduos produzidos anualmente na UE.

Medidas: Incineração (controlada, para não poluir o ambiente) dos resíduos. Reciclagem de papel velho, de óleos usados e de pilhas e baterias usadas. Vigilância das transferências internacionais de resíduos perigosos. Rotulagem ecológica para os produtos de papel reciclados.

Protecção da Natureza

Objectivo: Preservar, manter e restabelecer a fauna e flora selvagens e os *habitats* naturais.

Medidas: Directivas sobre a conservação de espécies animais e vegetais e sobre a preservação de *habitats* naturais.

Para que todo este esforço seja levado a bom termo, a UE apoia-se em referenciais vários e socorre-se de suportes múltiplos na gestão da sua política de ambiente:

Os Grandes Princípios

Princípio de precaução — Qualquer Estado membro, em caso de suspeita ou de existência real de perigo, pode empreender no seu espaço territorial acções de precaução sem esperar por confirmações científicas.

Princípio da prevenção — A Comunidade privilegia medidas que evitem danos ambientais (menos onerosas que o remedeio de danos irreparáveis).

Princípio da correcção na fonte — Os problemas ecológicos devem ser corrigidos portas adentro dos Estados membros que os gerarem.

Princípio do poluidor-pagador — O poluidor deve suportar os custos decorrentes da prevenção e eliminação da poluição.

Princípio da subsidiariedade — A UE só deve intervir em situações que justifiquem um nível de intervenção comunitário.



Os sectores económicos com forte impacto ambiental

- Indústria
- Energia
- Transportes
- Agricultura
- Turismo

As preocupações prioritárias

- Alterações climáticas (luta contra os efeitos climáticos).
- Qualidade do ar (luta contra a poluição atmosférica).
- Ambiente urbano (luta contra o ruído).
- Zonas costeiras (luta contra a poluição da água).
- Gestão dos resíduos (luta contra os resíduos nucleares e lixos urbanos).
- Gestão dos recursos hídricos (em bacias hidrográficas naturais).
- Protecção da natureza (valorização dos recursos naturais).

Os domínios mais sensíveis, implicando gestão de riscos

- Riscos industriais (controlo dos riscos de acidentes graves).
- Segurança nuclear.
- Protecção contra a radiactividade.
- Protecção civil.
- Emergências ambientais.

As cinco orientações prioritárias

- Reforço da integração do ambiente nas outras políticas da União.
- Alargamento do leque de instrumentos complementares à legislação.
- Controlo da elaboração e aplicação da legislação.
- Implementação de uma acção de sensibilização e de comunicação.
- Reforço do papel da União ao nível internacional.

O que atrás fica explanado permite-nos traçar um quadro agregador quanto à actuação da União Europeia em matéria de ambiente.

As Grandes Apostas da Política da EU em Matéria de Ambiente

 Criação da Agência Europeia do Ambiente, com o objectivo de fornecer maior informação quanto a dados ambientais.

- Avaliação das repercussões de certas actividades no ambiente (ex.: centrais eléctricas, incineradoras de resíduos perigosos, desflorestação de grandes superfícies).
- Desenvolvimento de métodos de gestão administrativos respeitadores do ambiente (ex.: escolha de veículos e equipamentos não poluidores, gestão dos resíduos, poupança de energia, utilização de papel reciclado).
- Criação de instrumentos de estímulo ecológico (ex.: rótulo ecológico).
- Integração da protecção do ambiente nos projectos de ordenamento do território.
- Formação inicial e contínua em protecção do ambiente e em gestão dos recursos naturais.
- Informação e sensibilização do público quanto às questões ambientais.
- Reforço da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico em matéria de ambiente (ex.: programas sobre os "recursos do ser vivo" e do ecossistema, e acções-chave como a "gestão e qualidade da água" e "ambiente e saúde", e desenvolvimento de produtos e processos industriais "limpos").

ALGUMAS REFLEXÕES FINAIS

A civilização actual é uma civilização de consumo que não mede as repercussões destrutivas dos seus comportamentos autistas no meio ambiente. Embora o Planeta Terra seja património de todos nós, são mais os que o rapinam e degradam do que aqueles que o preservam. Sendo a doença do meio ambiente responsabilidade de todos nós, é crucial — e urgente! — a intervenção concertada de todos os intervenientes à escala humana: governos, operadores económicos, produtores de energia, cidadãos.

Na Comunidade Internacional, e especificamente na União Europeia, países há que, felizmente para a sobrevivência de todos nós, vêm desempenhando um papel fundamental em matéria de ambiente. Porém, muito caminho há ainda a percorrer. Urge, fundamentalmente, que a política do ambiente seja menos lenta quando, após o decidir, chega a vez da aplicação. Uma das razões por que continuam a verificar-se morosidades devesea ao facto de que a Comissão Europeia apenas possui poderes de iniciativa e de proposta, cabendo aos Estados membros, reunidos em Conselho de Ministros, adoptar ou não as decisões. Por outro lado, a legislação comunitária está longe de ser correctamente aplicada, sendo prova disso a frequente instalação de processos contra

os Estados membros não cumpridores. De facto, as normas são frequentemente encaradas pelos operadores económicos como fonte de complicações administrativas e de custos acrescidos, e como travão aos seus objectivos expansionistas.

É verdade que, mau grado serem de facto dispendio-

sas as medidas de recuperação do ambiente, as emis-

sões de dióxido de enxofre (danosas para as florestas

e lagos) já foram reduzidas, que os CO2 foram prati-

camente eliminados, que as águas residuais e esgotos são mais tratados, e que aumentam as taxas de reciclagem. Também ninguém questiona que a estratégia de desenvolvimento sustentável é a mais adequada, porque conciliatória entre as exigências ambientais e os interesses económicos. No entanto, há que referir igualmente que o desenvolvimento sustentável não se pode resumir a um mero equilíbrio entre os aspectos ambientais e os económicos, devendo incidir também na preservação dos ecossistemas e das identidades socioeconómicas e culturais — o que implica dos governos uma visão clara de como ocupar e ordenar o território, numa óptica de gestão integrada na qual deverá prevalecer o interesse geral sobre o das minorias. Mais ainda: a estratégia de desenvolvimento sustentável só poderá ser eficaz mediante a colaboração de todos os países, numa colaboração global e sem fronteiras. Para tanto, será sobretudo necessário que a partilha de responsabilidades se efectue à escala planetária: porque a poluição também não tem fronteiras. Embora a União Europeia se esforce por harmonizar as legislações nacionais, na realidade os Estados membros ainda não chegaram a acordo quanto a um quadro comum de execução, nomeadamente quanto ao compromisso assumido na Conferência do Rio sobre as grandes ameaças ao ambiente. Por outro lado, não está de forma alguma estabilizado o equilíbrio entre os requisitos ambientais e os imperativos económicos, nomeadamente nos países em fase de desenvolvimento. Na Europa Central e Oriental e nos Estados Bálticos, por exemplo, porque atravessam nos últimos anos graves perturbações políticas e socioeconómicas, as questões ambientais, há muito assumidas por outros Estados, não são por enquanto equacionáveis com a estabilidade económica e política, prioritárias para estes países.

Os esforços actuais pela preservação dos recursos naturais ainda não bastam para recuperar o Planeta da depauperação ambiental que tem vindo a sofrer sistematicamente. A este respeito, muito há a fazer ainda, até porque os últimos estudos ambientais prevêem que irão aumentar

- as emissões de carbono (+ 25 por cento),
- os automóveis (+ 25 por cento),
- o número de quilómetros percorridos (+ 17 por cento),
- os adubos utilizados (+ 63 por cento),
- os resíduos sólidos urbanos (+ 35 por cento),
- o consumo médio de água (+ 35 por cento),
- · o turismo (+ 60 por cento).

Quanto a isto, há que não esquecer que cada um de nós é responsável individualmente pela saúde do Planeta. Em Portugal, as sucessivas campanhas de sensibilização da população e a integração do ambiente no Sistema de Ensino e Formação têm vindo a contribuir para uma progressiva consciencialização das pessoas, sobretudo das gerações mais novas, para as ameaças ao ambiente. No entanto, é inquestionável que da maior ou menor insistência e perseverança de cada um de nós dependerá a qualidade do nosso legado às gerações vindouras: condições de vida no mínimo equiparáveis àquelas que herdámos dos nossos ancestrais.

TUDO O QUE FIZERMOS CONTARÁ!

NOTA

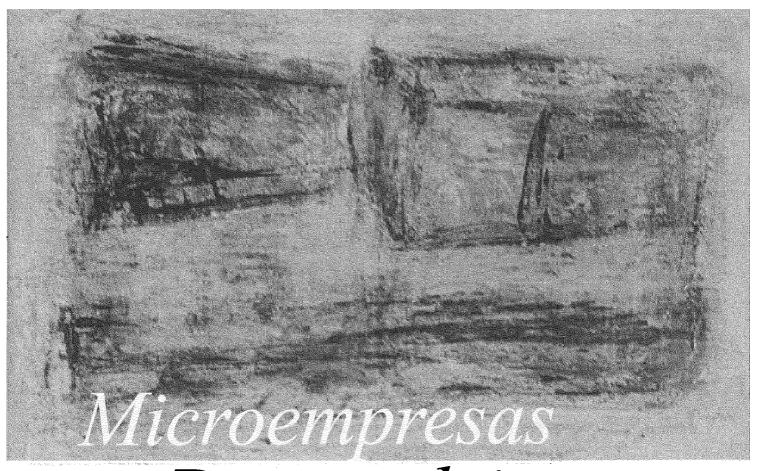
(1) Por desenvolvimento sustentável entende-se "o desenvolvimento que satisfaz as necessidades actuais sem pôr em risco a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades" (Relatório da Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento).

BIBLIOGRAFIA

ELKINGTON, John e HAILES, Julia, Guia do Jovem Consumidor Ecológico, Douglas Hill, 1990.

"Programa de Informação para o Cidadão", Comissão Europeia, DG X, Task Force Acções Prioritárias de Informação, Bruxelas, 1997.

"A União Europeia e o Ambiente", Unidade Publicações, DG Informação, Comunicação, Cultura e Audiovisual, Bruxelas, 1997.



e Desenvolvimento

RUI MOURA

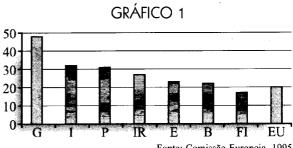
Professor de Sociologia das Organizações e do Trabalho (UAL)

0

s microempresas nascidas nos últimos anos a partir de novas tendências e de políticas de apoio à criação de empresas têm conhecido um desenvolvimento significativo e podem vir a assumir um papel importante no quadro mais vasto da economia e do desenvolvimento social através de uma integração global, regional e local.

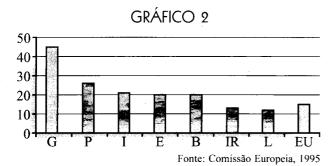
Tal importância é patente no facto de 15 milhões de europeus terem criado a sua própria empresa nos anos 80. E não obstante apenas metade delas ainda continuar em actividade, tais empresas geraram, nessa década, cerca de um terço do total dos novos empregos.

Se observarmos os níveis de emprego por conta própria (homens) na União Europeia, percebe-se, imediatamente, a importância do assunto em Portugal (Gráfico 1).

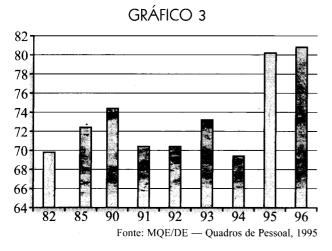


Fonte: Comissão Europeia, 1995

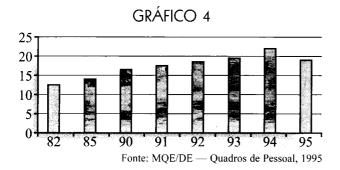
No caso das mulheres, a situação portuguesa ainda é mais significativa (Gráfico 2).



Isto mostra que os países do Sul da Europa, e designadamente Portugal, têm maior tendência para o emprego por conta própria, por virtude de uma maior desregulação da contratualização. E, neste contexto, as microempresas assumem um papel significativo no nosso País. No que se refere à evolução estrutural das microempresas, os dados são relevantes (Gráfico 3).



As microempresas tendem a ganhar peso significativo no tecido empresarial português, particularmente desde 1995. Quanto à **dimensão do emprego nas microempresas**, a situação tem ganho um peso anualmente crescente com uma pequena quebra em 1995 (Gráfico 4).



A junção dos dois quadros mostra uma ligeira tendência de quebra no número médio de empregados nas microempresas (Quadro 1).

QUADRO 1

N.º Pessoas	1992	1993	1994	1995	1996
Microempresa	4	4	3	3	3

Esta dinâmica faz-nos interrogar sobre o papel a desempenhar pelas novas microempresas em Portugal. Elas nascem por necessidade da economia global? Para responderem a novas formas de desenvolvimento local e regional? Trazem no cerne as características da sociedade "pós-industrial"? Possuem um potencial de enquadramento ecológico? São constituídas por jovens proactivos apostados na criatividade? Os promotores frequentaram formação em gestão de microempresas? As microempresas constituem o bálsamo para o desemprego estrutural? São sobretudo as mulheres desempregadas que criam as microempresas como "tábua de salvação" para qualificações obsoletas ou de pouco valor acrescentado? Serão as mulheres que estão a sair da indústria que criam microempresas ou serão os homens da área dos serviços? A recuperação do desemprego nas mulheres e jovens relaciona-se com as microempresas?

Os Niveis de Amállise

Esta nova realidade sugere uma análise a vários níveis: novas tendências sociais e políticas de apoio à criação de microempresas, complementaridade no quadro da macroeconomia empresarial, inserção comunitária e ambiental, desenvolvimento social e profissional. Uma análise deste tipo exige que os promotores e os patrocinadores dessas empresas abordem a sua constituição a partir de aspectos que se relacionam com:

- políticas essenciais para o desenvolvimento e apoio das microempresas e conhecimento das motivações pessoais subjacentes à criação de estruturas empresariais;
- prestação de serviços e produtos adequados às novas realidades, com ou sem articulação

- a outras empresas de maior porte incapazes de responder flexivelmente a novas procuras;
- adequabilidade da nova estrutura empresarial às realidades regionais e locais numa perspectiva de enquadramento ambiental, designadamente nos domínios da produção, do emprego e da integração ecológica;
- introdução de novas formas de organização do trabalho e dos tempos de trabalho, seguindo a tendência de flexibilização de modos e tempos produtivos adequados a novas aspirações sociais;
- desenvolvimento de competências distintivas de alto valor acrescentado.



A lógica relacional de tais níveis desemboca no processo de configuração de **comunidades policêntricas**, segundo as quais é possível que as instituições, os grupos e os indivíduos se orientem para múltiplas acções no âmbito de interesses diversificados, articulando melhor os respectivos papéis produtivos e sociais, num quadro em que a cidadania é accionada cada vez mais frequentemente nas acções microssociais. Tal lógica, relacionada com os níveis de análise anteriormente apresentados, fundamenta-se em quatro eixos essenciais:

- processo de globalização da economia e emergência de novos tecidos empresariais regionais e locais;
- emergência de novas aspirações sociais ligadas à melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento pessoal;
- produção de competências distintivas ligadas à melhoria dos conhecimentos e ao desenvolvimento das capacidades competitivas;
- desenvolvimento de comunidades policêntricas que fazem emergir ecossistemas económicos e sociais adequados.



A criação de empresas e, particularmente, de microempresas, coloca questões relacionadas com as políticas de apoio, as motivações do criador e os tipos de empresas a desenvolver. Nesta perspectiva, importa definir as situações mais comuns que se encontram. No que se refere ao tipo de empresas, pode-se considerar a seguinte topologia de criação:

- criação nuclear: empresas originais, criadas de raiz, em que os criadores se caracterizam pela heterogeneidade, desde o recém-licenciado apostado no seu próprio negócio até ao indivíduo cuja profissão se tornou obsoleta e decidiu reconverter as suas competências formando uma empresa;
- criação periférica: empresas criadas como extensão de empresas que já existem e que geralmente ficam ligadas à "casa-mãe";
- criação substitutiva: trata-se de uma acção empresarial fundada em estratégias de externalização sem criação de riqueza.

Neste artigo, a referência será sempre à *criação nuclear*, por razões que se prendem com o desenvolvimento económico e social no quadro das referidas **comunidades policêntricas**. Os indivíduos da criação nuclear movem-se, geralmente, através de dois tipos de motivação:

- a motivação pela segurança, baseada na assunção de um mínimo de riscos controlados;
- a motivação pelo risco, baseada num projecto pertinente e inovador.

No primeiro caso, estamos perante a "orientação pela tradição", que se traduz pela "natureza defensiva" do projecto. No segundo caso, estamos perante a orientação pela inovação, que se traduz pela "natureza ofensiva" do projecto. No projecto de "natureza defensiva" a empresa tem por objectivos gerais o nível mínimo de rentabilidade, fraca tendência para o desenvolvimento e, consequentemente, uma perspectiva de não aumentar o quadro de pessoal nem apostar em formação para novas competências. No projecto de "natureza ofensiva" a empresa tem por objectivos gerais aumentar os níveis de rentabilidade, posicionar-se numa dinâmica de desenvolvimento e, consequentemente, uma perspectiva de aumento do quadro de pessoal apostando na formação e nas novas competências.

É na base de tais conhecimentos que as políticas de criação de empresas podem evoluir em conformidade com as necessidades macro e micro do desenvolvimento económico e social. Em termos do que foi referido, importa explicitar, desde já, que as políticas de criação de empresas devem incidir sobretudo na transferência de experiências empresariais, visando uma intervenção de formação e difusão de novas culturas empresariais.

Esta referência é fundamental, porque tal como existem diferenças fundamentais entre as políticas de criação de emprego e as políticas activas de trabalho, também existem profundas diferenças entre as políticas de criação de empresas e as políticas de criação de empregos. Se é verdade que a criação de empresas concorre para a criação de empregos e, designadamente, para a qualidade dos empregos, também é verdade que existem diferenças cruciais quanto aos seus objectivos e mecanismos de gestão. E, contudo, os resultados do programa operacional Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional, no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio 1994-1999, divulgados em 1997, mostram tendências de evolução do SIR e do RIME que, na nossa óptica, torna ainda mais pertinente considerarem-se certos critérios de análise atrás mencionados. Vejamos, no caso do RIME, alguns resultados por regiões e por sector de actividade, começando pela criação de emprego e investimento (Quadro 2).

O investimento acompanha de muito perto a criação de emprego, o que pode indiciar que os objectivos atrás enunciados de formação e difusão de novas

QUADRO 2

Regiões	Emprego	Investimento
Norte	34%	33%
Centro	17%	17%
Lisboa e Vale do Tejo	30%	30%
Alentejo	13%	14%
Algarve	6%	6%
Total	100%	100%

culturas empresariais não são objecto central de incentivo às microempresas e concentram-se nas regiões das duas áreas metropolitanas (Lisboa e Porto) com 64 por cento do total do emprego. Por outro lado, observemos os níveis de qualificação dos postos de trabalho criados no caso do SIR (Quadro 3).

QUADRO 3

Regiões	Qualificados	N/ Qualificados		
Norte	39%	61%		
Centro	47%	53%		
Lisboa e Vale do Tejo	53%	47%		
Alentejo	46%	54%		
Algarve	31%	69%		
Total	44%	56%		

Tais resultados não parecem apontar para competências distintivas de alto valor acrescentado, porquanto apenas em Lisboa e Vale do Tejo os postos de trabalho qualificados ultrapassam os 50 por cento, registando o Norte e o Algarve valores muito baixos de qualificação. Por sector de actividade o panorama também não é animador (Quadro 4).

A análise pela óptica da actividade evidencia dois

A análise pela óptica da actividade evidencia dois aspectos importantes: a) apenas no turismo há uma maioria de qualificados; b) nos serviços, área de eleição das novas tendências, regista-se o mais baixo número de qualificações.

Por outro lado, na criação de empresas intervêm factores como o género humano e a situação

QUADRO 4

Actividade	Qualificados	N/ Qualificados
Indústria	44%	56%
Comércio	38%	62%
Serviços	23%	77%
Turismo	85%	15%
Total	44%	56%

QUADRO 5

Região	H/ desemp.	H/ emp.	Н	M/ desemp.	M/ emp.	M
Norte	14.5	3,8	18.3	14.2	1.7	15.9
Centro	6.3	2.2	8.5	7,7	0.3	8.0
L. V. Tejo	9.1	3.7	12.8	14.4	3.0	17,4
Alentejo	42	11	5.3	7.1	0.6	7.7
Algarve	2.0	0.6	2.6	3.1	0.5	3.6
Total	36.0	11.4	47.4	46,5	6.1	52.6

anterior de emprego ou desemprego. Por região, no programa RIME, tais factores são relevantes (Quadro 5).

Em primeiro lugar, verifica-se que as mulheres predominam globalmente na procura de criação da própria empresa, designadamente as mulheres desempregadas, o que se pode relacionar com a taxa de desemprego feminino e com qualificações mais baixas; em segundo lugar, os homens empregados arriscam mais do que as mulheres desempregadas; em terceiro lugar, os homens predominam na região Norte e as mulheres em Lisboa e Vale do Tejo, o que se pode relacionar com culturas empresariais diferentes a norte e a sul. Na óptica da actividade, os resultados anteriores também se distribuem diferentemente (Quadro 6). Os serviços são predominantes (46 por cento) e as actividades terciárias constituem 75 por cento do total; as mulheres destacam-se nos serviços e no turismo e os homens no comércio; a indústria apresenta valores elevados e isso pode indiciar que as saídas de mão-de-obra na indústria são canalizadas

em parte para as microempresas. Em todo o caso, tanto homens como mulheres, empregados ou desempregados, inclinam-se para o sector dos serviços. Tais resultados mostram um interesse crescente nas áretas terciárias, sobretudo por homens e mulheres sem emprego e, eventualmente, sem postura empresarial adequada e a necessitar de apoio significativo.

Por tudo o que foi dito, dois aspectos tornam-se fundamentais:

- apoio à criação planeada de microempresas através de diagnósticos de necessidades nacionais, regionais e locais;
- assistência às microempresas na sua fase de lançamento e no acompanhamento da implementação, tendo em vista assegurar os objectivos de formação e difusão de novas culturas empresariais.

Tais questões são tão cruciais que ainda regressaremos a elas.

QUADRO 6

Actividade	H/ desemp.	H/ emp.	H	M/ desemp.	M/ emp.	M
Artesanato	0,4	0.0	0.4	0.5	0.0	0.5
Indústria	9.0	3.2	12.2	10.3	1.5	11.8
Comércio	5.3	1.8	7.1	75.4	0.2	5.6
Serviços	16,2	4.8	21.0	22.1/	2.8	24.9
Turismo	5.1	1.6	6,7	8.2	1.6	9.8
Total	36.0	11.4	47.4	46.5	6.1	52.6

A Questão do Modelo Empresarial

O processo de globalização da economia merece, desde já, uma ressalva fundamental, porquanto é um fenómeno abrangente e complexo que atravessa toda a modernidade, seja sob que forma for, verificando-se uma intensificação das relações sociais a todos os níveis. Por exemplo, a diversidade global/local coloca problemas gerais e específicos em diversos domínios, que exigem uma preparação para enfrentar o inevitável do qual nos devemos precaver relativamente aos seus factores perversos, de tal modo que seja possível responder com especificidades nacionais. Para o efeito, basta relembrar que, de um ponto de vista sociológico, também são "globalizados" os modos de vida e os padrões de consumo, as percepções e as consciências. O processo de globalização tem conduzido à interdependência global e local dos mercados, actuando tanto em extensividade como intensividade. À medida que o próprio processo exige crescente flexibilidade, o aparecimento de microempresas locais, por via das transformações das macroempresas e de novos segmentos de mercado que carecem de grande capacidade de flexibilização, potencia a emergência de flexibilidades complementares e de múltiplas formas de organização.

É neste quadro que podem emergir novos tecidos empresariais de cariz regional e local adequados também ao conjunto nacional, prestando serviços e produtos adequados às novas realidades, com ou sem articulação a outras empresas de maior porte incapazes de responder flexivelmente a novas procuras.

Tais aspectos interligam-se com o surgimento de novas aspirações sociais, fundadas em novos valores de autonomia pessoal e de identidade, de modos de agir baseados na informalidade, na espontaneidade e num baixo grau de diferenciação horizontal e vertical, num quadro de formas de organização do trabalho em que os indivíduos dominam os conteúdos do trabalho e o modo como produzem as riquezas.

Este eixo interliga com o eixo das competências

distintivas, na medida em que muitas das novas formas de produção apontam para competências distintivas de alto valor acrescentado, designadamente:

- competências para a resolução de problemas;
- competências para apoiar os clientes na compreensão das suas necessidades;
- competências de ligação entre quem resolve problemas e quem os identifica.

A interligação dos eixos atrás mencionados permite moldar o perfil de comunidades policêntricas, por oposição à sociedade dual, caracterizadas pela descentralização e a democraticidade, num quadro de profunda metamorfose empresarial, que passa pela redistribuição dos empregos, dos tempos e dos rendimentos. Donde, as microempresas necessitam de explorar a modificação dos conteúdos e das formas de trabalho, a transformação dos desenhos organizacionais e os modos de gestão(1), a interligação entre as culturas locais e a economia global, na medida em que são domínios fundamentais para uma transição mais equilibrada para a nova sociedade que se avizinha. De resto, num quadro de desenvolvimento regional e enquadramento ecológico adequado, as microempresas podem ser o corolário de objectivos organizacionais de maior equilíbrio socio-ambiental⁽²⁾, quer no que respeita a emprego de qualidade e a formação adequada para o desenvolvimento de melhores relações sociais, quer no que respeita à sua adequada localização e ao respeito pelas regras de enquadramento ecológico harmonioso com melhoria da qualidade de vida. As microempresas potenciam claramente tais possibilidades e, por isso, a gestão e a formação nas microempresas é uma temática fundamental. Todavia, a realidade actual das microempresas não parece indiciar claramente tais caminhos e ainda não é bem conhecida, porquanto às microempresas tradicionais, geridas por populações com um determinado perfil, juntaram-se novas empresas apoiadas por políticas activas de emprego, designadamente para fazer face à mudança de estrutura do mercado de trabalho, e registam novos fenómenos por estudar.

Observações Fûnais

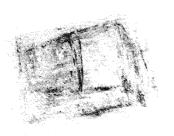
Em função do que foi dito, importa considerar, na criação de microempresas, os aspectos relacionados com os níveis de análise apresentados e com a lógica potencial do processo, devendo existir uma especial atenção à questão da criação e, designadamente, aos perfis e motivações dos novos empresários. Este último aspecto é fundamental porque, como se viu, as microempresas não apresentam, através das estatísticas observadas, traços vincados de novas culturas empresariais. Ora, este artigo defende, precisamente, que a criação de empresas deve possuir objectivos e mecanismos de gestão capazes de desenvolver a formação e difusão de novas culturas empresariais, tanto mais quanto se colocam novos problemas de cariz económico e social.

Donde, os aspectos atrás referidos de apoio à criação planeada de microempresas através de diagnósticos de necessidades nacionais, regionais e locais, bem

como a assistência às microempresas na sua fase de lançamento e no acompanhamento da implementação, constituem pilares fundamentais para dotar os novos responsáveis de formação e visão empresarial adequadas, de novas perspectivas sobre os modelos organizacionais e as competências, de desenvolvimento das empresas num quadro socio-ambiental equilibrado.

Por isso, é necessário o investimento em estudos sobre estas novas realidades resultantes de claras mudanças na sociedade portuguesa, a fim de se dotar os responsáveis nacionais, regionais e locais de novos conhecimentos acerca de realidades que se transformam rapidamente.

Em suma, é muito importante entender as componentes que estruturam as novas microempresas, porquanto do ponto de vista económico e social podem constituir "laboratórios" de desenvolvimento da gestão a praticar no futuro e permitir uma evolução adequada para o desenvolvimento local em articulação com o desenvolvimento global.



NOTAS

- (1) Ver Rui Moura: "Projecto de Empresa no Limiar do Século XXI", revista *Dirigir*, n.º 51; Ver Rui Moura: "Qualificações, Competências e Culturas Organizacionais", revista *Dirigir*, n.º 47.
- (2) Ver Rui Moura: Gestão e Desenvolvimento Sócio-Organizacional, Lisboa, CIDEC, 1991.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CEEETA, Estudo de Avaliação Intercalar, Relatório Final do Programa Operacional Promoção do Potencial do Desenvolvimento Regional (Quadro Comunitário de Apoio 1994-1999), 1997.

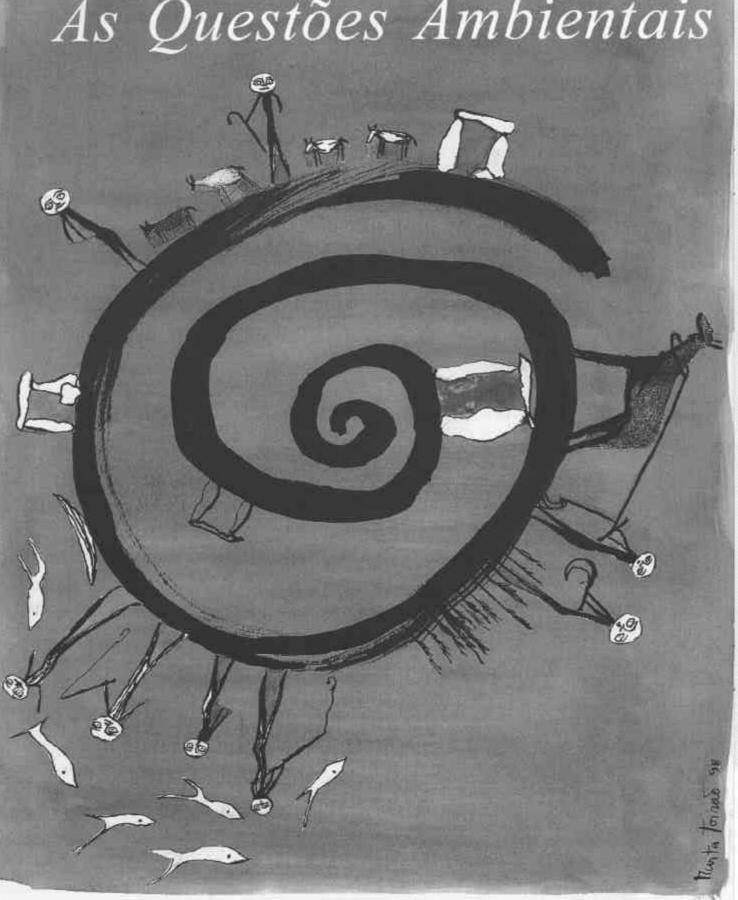
COMISSÃO EUROPEIA, *Emprego na Europa*, 1995. MINISTÉRIO PARA A QUALIFICAÇÃO E O EMPREGO, *Quadros de Pessoal*, Departamento de Estatística, 1996.

MOURA, Rui, Flexibilidade Complementar das Microempresas Locais na Economia Global: aspirações sociais e competências distintivas numa comunidade policêntrica, comunicação apresentada no X Congresso Iberoamericano da FYACID, XXXI Encontro Nacional da APG, IV Conferência Nacional de Formadores, Lisboa, FYACID/APG, 98.06.29.

MOURA, Rui, A Formação por Processo e a Transformação dos Desempenhos Organizacionais: o formador como dinamizador de vontades e competências, comunicação apresentada na 1.ª Conferência de Formação de Formadores, Lisboa, Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA), Lisboa, 97.11.15.

OLIVEIRA, Isabel, Reinserção Profissional e Criação de Empresas — caracterização e análise de medidas e dispositivos, Relatório Final do Programa FACE, 1994.

As Questões Ambientais





Não São Só Ecológicas...

ALICE CARDOSO *Historiadora*

0

os tempos pós-jurássicos também houve preocupações ambientais... Porque não? Vamos acreditar que sim! E, então, os factos terão acontecido, quem sabe?, qualquer coisa como isto... Na Cidade dos Frutos, Quinta das Árvores, Alameda das Sementes, Macieiras 3 a 7, vivia uma numerosa família de humanóides recolectores: o clã Uga-Uga. Eram eles o Grande Chefe Troglo-Uga-Uga, sua Primeira Esposa Uga-Uma, a Segunda Esposa Uga-Bis, a Terceira Esposa Uga-Já-São-Três, e os dezasseis filhos. À época, a vida corria aprazível para todos: estava em moda a rapidíssima tecnologia do estende-o-braço-agarra-o-fruto, os intercâmbios comerciais entre as famílias circunvizinhas baseavam-se na tradicional e eficaz práti-&•©□•& er© #H□1@ M = # (tradução: toma-lá-uma-maçã-dá-cá-uma-laranja-tem-cuidado-se--não-ma-dás), e os transportes pedestres continuavam a ter grande aceitação, pela sua permanente funcionalidade. Também no que se referia às questões da habitação, os progressos eram notórios: alguém descobrira que, para não cair da árvore enquanto dormia, a mais confortável configuração das assoalhadas era realmente a dos ramos em formato T, ao qual mais facilmente se podiam segurar os braços — e, agora, todas as famílias aderiam já aos T1, T2, T3, e por aí fora, consoante as necessidades de cada agregado familiar. Mais ainda: enquanto se esperava pela moda in da piscina, havia-se já generalizado o hábito de se descer das árvores e tomar banho nas poças, açudes e lagos das cercanias. Igualmente nos domínios dos desportos e da saúde o avanço era já assinalável: há muito que os diferendos crónicos entre condóminos tinham generalizado a prática do atletismo — saltos e perseguições em comprimento e em altura, corrida de obstáculos individual e em equipas, e lançamento do murro. Este último des-

porto tinha-se revelado, na realidade, de grande préstimo, como precursor da técnica da anestesia...

Sim... Era, de facto, uma civilização avançada ... Sobretudo no ensino, nos domínios da música e da expressão corporal era garantido às novas gerações um aprendizado saudável e inovador: ensinava-se às crianças como batucar no tronco ao ar livre, proliferavam os órfeões a quatro grunhidos e assistia-se a espectaculares e arrojadas demonstrações de perícia coreográfica de grupos de artistas de trapézio, saltitando de ramo para ramo e de árvore para árvore.

Pois é, com as temperaturas amenas de uma Primavera constante e as árvores de fruto produzindo mais do que uma colheita por ano, a domiciliação em gruta afigurava-se, para já, inoportuna e desnecessária.

Na verdade, os dias discorriam luminosos nesses tempos! A Terra inteira prosperava, numa beatitude grávida de paz: deuses bonacheirões abençoavam todas as criaturas, e a família Uga-Uga e todas as demais famílias moradoras na Cidade dos Frutos bendiziam os seus favores...

AS ESTÓRIAS DA HISTÓRIA

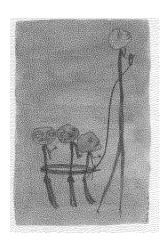
Porém, um dia houve, e sem qualquer aviso prévio, em que as temperaturas deram em mudar: ventos gélidos e cortantes, vindos de paragens desconhecidas, desciam em vagas sucessivas, varrendo as florestas, tornando escorregadios de humidade os troncos das árvores, e transformando em poldras estéreis os ramos até aí pujantes de fertilidade: nas grandes superfícies da Cidade dos Frutos já não havia mais o que comer. Pela primeira vez as até aí despreocupadas famílias humanóides eram confrontadas com os rigores da era glaciar. Em pânico, viam-se forçadas a abandonar para sempre o *habitat* arbóreo que lhes fora mesa e lar, em busca de paradeiros mais resguardados: impunha-se um novo modelo de *habitat* — a Cidade das Cavernas!

Mais... para subsistirem, as famílias viam-se agora obrigadas a lutar pela sua sobrevivência: aprendiam a caçar, a pescar e a aquecer os corpos com as peles dos animais caçados...

E, então, o tempo rolou sobre o tempo... Não tardou que as longas permanências forçadas nas cavernas tornassem exíguas as grutas, onde muito de muita coisa se acotovelava: grupos de famílias humanóides, detritos de carcaças de animais em decomposição, dejectos...

A SEDENTARIZAÇÃO

O Grande Chefe Troglo-Uga-Uga era um homem prudente, dado à reflexão: no seu clã havia liberdade mas ordem. Recusando-se a entrar na guerrilha do superpovoamento da Cidade das Cavernas, reuniu as três esposas e os dezasseis filhos e disse:



Não aguento mais continuar neste impasse... todos protestamos mas não há ninguém que ponha cobro a isto! Atropelarmo-nos todos em busca da melhor gruta e do melhor quinhão de carne não nos leva a lado nenhum... Dantes ficávamo-nos pelas escaramuças sem consequências de maior, mas agora já nos habituámos às carnificinas... e não há maneira de as pessoas passarem a ganhar

hábitos de higiene dentro das grutas. A Cidade das Cavernas transformou-se numa enorme lixeira superpovoada e infestada de marginais!

Disse a Primeira Esposa:

- Único Esposo Troglo e Grande Chefe Uga-Uga! Nós também concordamos contigo. O pior é que ainda não se criaram Corpos de Polícia que patrulhem as cavernas e também ainda não se inventaram os contentores para recolha e reciclagem dos lixos...
- Por isso mesmo! Como ainda é cedo para a nossa civilização aderir a essas práticas, o melhor que temos a fazer é criarmos nós próprios um sistema alternativo a esta ordem de coisas... Vamos deixar a Cidade das Cavernas, que se tornou irrespirável, e vamos viver para o campo! Ao menos lá teremos mais qualidade de vida!

E lá foram. À conta dessa sábia decisão, o Grande Chefe Troglo-Uga-Uga e o seu clã — não o sabiam ainda! — acabavam de criar uma nova forma de estar, a partir de uma actividade inovadora: a sedentarização pela prática da agricultura e da pastorícia.

Chegados ao campo, o Chefe Uga-Uga ordenou à sua família:

— O campo é o lugar ideal onde se podem desenvolver boas rotinas, como por exemplo a da reciclagem dos lixos. Façam favor de lançar diariamente à terra os nossos dejectos e os dos animais: são um excelente fertilizante natural.

Todos concordaram. Disse depois um dos filhos:

- Pai Troglo, aqui no campo não há tantas grutas como na Cidade das Cavernas. Onde é que vamos dormir? Temos que nos proteger da chuva e do frio, e adivinho que deve haver por aqui muitos animais ferozes...
- Também acho retorquiu Uga-Uga. Mas espaço não nos falta, em terra e na água. Por isso sugiro uma solução: construirmos as nossas casas no meio dos rios sempre estarão melhor defendidas.

Exclamou outro filho:

- Óptimo, Uga-Pai! Vamos chamar-lhe a Cidade das Palafitas! Já reparou? As palafitas são casas sobre estacas no meio dos rios: então, em vez de nos preocuparmos em ter piscinas nos telhados, poderemos tê-las no chão! E até poderemos pescar nelas! Isso é o que eu chamo 2 em 1!
- Calma! Calma! exclamou a Esposa Bis. Se vocês se põem para aí a cortar as canas dos bosques para construírem as palafitas, daqui a pouco já não teremos florestas, nem a sombra nem o fresco que as árvores dão... Não se ponham já a depredar o património natural!... Deixem isso lá para o século xx!

O Grande Chefe Uga-Uga reflectiu:

— Tens razão, Esposa Bis! No entanto, precisamos realmente de troncos para as palafitas... Além disso, já se vai tornando necessário construir barcos: facilitam a pesca e permitem as deslocações de uma margem para a outra... Ah! Já sei o que vamos fazer! Cortaremos as árvores, mas plantaremos outras no lugar delas! Assim, nunca deixará de haver oxigénio na atmosfera!



- Já agora alvitrou o terceiro filho proponho que não se cortem as árvores de fruto: dão-nos alimentos.
- Muito bem, Filho-Três! apoiou Uga-Uga A roda dos alimentos deve ser preservada!

A Esposa-Uga-Já-São-Três interveio:

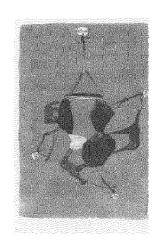
- Cá por mim, acho que devíamos estudar um processo qualquer de cozinharmos os alimentos: afinal, já estamos todos cansados de comer carne crua, que não faz nada bem à saúde! Além disso, os miúdos andam por aí cheios de cólicas, infestados de parasitas intestinais porque nunca mais nos decidimos a pasteurizar o leite! E, se vamos estar à espera dos trovões e de que os raios aticem o mato, nunca mais se inventa o fogo!
- É verdade, Esposa-Já-São-Três! concordou Uga-Uga. — Nesse sentido, já encarreguei alguns dos nossos de esfregarem um pau no outro até se obter a faísca necessária.
- Que bom! opinou a Primeira Esposa poderemos finalmente cozer a argila e fazer recipientes onde se possa guardar os alimentos!
- E cozinhá-los também! acrescentou a Esposa Bis.
- O pior é que cozer a argila vai sujar tudo com os cacos de barro! — contrariou um dos filhos.
- Enterram-se! Ficarão para a posteridade como testemunho da nossa civilização! aconselhou o Grande Chefe Troglo. Entretanto, quero informar-vos de que virão aí outras famílias que, como nós, também decidiram desertar da vida nas cavernas. Como prática de boa vizinhança, considero oportuno que se iniciem os intercâmbios com elas: como ainda não conhecem o fogo nem estão tão avançados como nós no ramo da construção civil, poderemos, por exemplo, construir as suas palafitas e cozinhar os seus alimentos e, em troca, eles pescariam e caçariam para a comunidade...
- Magnífico! retorquiu o filho mais velho. Já vai sendo altura de todos nos arrumarmos em classes, segundo cada ramo de actividade...
- À cautela, quero lembrar-vos acudiu o sétimo filho — de que, não sei porquê, cheira-me que essas famílias não devem ser tão preocupadas como nós quanto à reciclagem dos dejectos e ao enterramento dos detritos sólidos... Que não se ponham para aí a poluir as águas, que logo ficaremos com água imprópria para consumo!
- Aguardemos! rematou o Pai Uga-Uga.

A URBANIZAÇÃO

E assim foi. Chegadas as demais famílias, a recém-fundada Cidade das Palafitas cresceu e organizou-se para que os seus habitantes pudessem coexistir em cooperação e boa harmonia. Cada família estava encarregada de fazer algo: uns pastoreavam, outros eram oleiros, uns terceiros agricultores, outros ainda eram pescadores. Como a roda já fora entretanto inventada, tinham-se aplicado as rodas às carroças puxadas por animais. Agora, os comerciantes não mais faziam o comércio a pé, porque as carroças levavam e traziam alimentos entre as famílias. A nova Cidade aprendia a organizar o trabalho.

Só que, como acontece sempre que há cidades, não demorou muito que, também esta, se assemelhasse à Cidade das Cavernas, que fora sendo abandonada porque nela proliferavam males sanitários e sociais já sobejamente co-

nhecidos de todos. Lixos de toda a espécie eram, em cada momento, lançados directamente das palafitas para os rios e lagos: cacos de argila desaproveitada, toros não utilizados de árvores arrancadas às margens, restos de peles apodrecidas... as águas transparentes, que deveriam ser para beber e tomar banho, mais pareciam agora superfícies escuras de água atravancada de detritos! Sem policiamento, até aí desnecessário, grupos de salteadores sujos e famintos infestavam os lagos e rios,



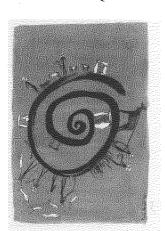
devassavam as plantações, os currais, as olarias. Os transportadores escusavam-se agora a levar e trazer alimentos, com receio de serem atacados. O ensino deixara de ser ao ar livre e confinavam-se as crianças ao reduto seguro das palafitas. As famílias não se deslocavam mais livremente, sob risco de se confrontarem com os cada vez mais numerosos bandos de insurrectos... Um pouco mais e não tardaria que fosse o caos!

Neste estado de coisas, o Grande Chefe Troglo-Uga--Uga reuniu-se em concelho urgente com os Grandes Chefes da Cidade. A ocasião era solene! Além dele, viam-se também ali o Grande Gu-Gu-Pedra-Dura e o Grande Pau-Que-Fala e todos os demais valorosos chefes de clã.

- O Grande Chefe Troglo-Uga-Uga começou:
- Grandes chefes desta cidade! Solicitei esta assembleia porque considero que nos encontramos de

novo no mesmo beco sem saída: estamos à mercê de marginais que condicionam todo o nosso viver! É preciso que, de uma vez por todas, assumamos a defesa da nossa cidade!

- Uga-Uga! exclamou o Chefe Grande Pau-Que-Fala Você está farto de saber a minha opinião: é urgente que se institua a classe dos guerreiros, que ainda não existe na nossa estratificação social. Ficarão a defender a cidade, e você vai ver como tudo entra nos eixos!
- Pois sim! Você fala bem! retorquiu o Grande Gu-Gu-Pedra-Dura Com esse alvitre vamos de novo fomentar a tendência para as chacinas, um bichinho que nunca deixou de existir latente em muitos conterrâneos.
- E então, isso que tem? ripostou o Grande-Pau--Que-Fala — Uma guerra nunca fez mal a ninguém!



E, de preferência, prolongada! Trava-se a explosão demográfica, diminuem as bocas para alimentar, há menos gente a consumir e, se não houver tanta gente a consumir, menos gente haverá a sujar o ambiente. Além disso, com a mão-de-obra gratuita que nos for proporcionada pelos escravos prisioneiros de guerra, não precisaremos mais de nos cansar no cultivo de todos esses terrenos e terrenos de semeadura... Já viram? Tudo só vantagens!

Gu-Gu-Pedra-Dura pareceu reflectir:

— Não deixa de ter a sua lógica... é... não é mal pensado, não senhor! Um projecto a considerar...

Uga-Uga não conseguia acreditar no que os seus ouvidos ouviam. Explodiu:

- Por amor da deusa da fertilidade! Não me falem em guerras! Nós somos seres racionais! Não aumentem ainda mais os problemas ambientais!
- O que é que o Grande Uga-Uga quer dizer com isso? — perguntou um dos chefes presentes.
- Quero dizer várias coisas. Em primeiro lugar, é que cada vez mais nos confrontamos com águas poluídas. Estão tão poluídas que, lá na palafita, por exemplo, quando são as horas das refeições ou dos banhos, já não posso mais ouvir o coro das mulheres a reclamar contra os detritos sem fim que invadiram

- os rios e lagos... Mas não é só isso! Oh! Se as questões ambientais fossem só ecológicas! Se fossem só essas! O pior é que também existem outras: a segurança e a protecção civil, por exemplo!
- Isso é verdade! ponderou outro dos chefes Sempre vivemos juntos... somos gregários por natureza... Por isso se torna tão necessário que haja respeito e ordem em sociedade...

Tornou Uga-Uga:

- Exacto! Nunca haverá bom ambiente se não houver civismo na vida de relação... E por isto tudo é que não percebo como vocês podem ainda admitir a hipótese de uma guerra! Então é que tudo iria ficar de pernas para o ar!
- Mas o problema da marginalidade subsiste! insistiu um dos presentes. Se as guerras não são afinal solução, o que deveremos então fazer para evitar a insegurança?

Todos ficaram calados, reflectindo: as palavras prudentes do sábio Uga-Uga pairavam no ar... Alguém alvitrou:

— Criaremos práticas de patrulhamento das matas e dos bairros de palafitas... e não faltarão programas de reabilitação... Poder-se-á não resolver tudo, mas sempre serão tentativas de melhoria...

Então, nas últimas filas bem lá atrás, alguém falou baixinho, desanimadamente:

- Não sei se valerá a pena tanto esforço... Quem vier depois de nós fará sempre pior: mais poluição, mais marginalidade, mais guerras, mais consumismo... Dias virão em que a Terra se terá gasto a si própria!...
- Eu sei! retorquiu Uga-Uga mas os deuses não nos deram outro planeta para nele vivermos... Se quisermos evitar esses tempos em que nada reste para provar que a Terra existiu entre os planetas, o melhor que temos a fazer é começarmos já a tomar conta dela...!

Todos os corpos nascem, crescem, vivem, envelhecem e morrem.

Nesses tempos recuados, quando estas coisas se passaram, a Terra já existia há milhões de anos. O Homem, esse, aprendia então a dar os primeiros passos...





SILÊNCIO! VEM AÍ O RUÍDO...

CARLOS BARBOSA DE OLIVEIRA Editor da Revista O Consumidor

O,

Tantos e tão variados são os problemas ambientais, que por vezes até nos esquecemos da poluição sonora. Mas o ruído existe e não é assim tão inocente!

Do exagerado consumo de decibéis podem resultar graves problemas de saúde.

É preciso, pois, estarmos atentos para evitar uma overdose.

Basta estar parado numa passadeira, à espera que o semáforo lhe dê autorização para atravessar a rua, e passar por si uma daquelas ruidosas nuvens de fumo que servem para embrulhar alguns veículos pesados, ou motoretas, e logo se apercebe que vive num país de odores e sons onde ouve e cheira o que quer e o que não quer.

A distinção dos odores é mais ou menos fácil. Há os cheiros nauseabundos provocados pelos lixos, ou por certas indústrias, e os perfumes a incenso que se sentem no interior de algumas casas. São odores distintos e recomenda o comportamento civilizacional *standard* que se detestem os primeiros e se apreciem os segundos. Não percebo, porém, porque é que em muitos sítios há mais cheiros nauseabundos do que perfumes agradáveis. Talvez tudo se deva ao desvio padrão, determinado a partir de uma curva de Gauss que o milagre económico distorceu.

Quanto à distinção entre sons é que me parece mais complicada! Para além da subjectividade da destrinça entre sons agradáveis e desagradáveis, há que ter em consideração que a "chinfrineira" em determinadas horas e locais é tal que, à força de hábitos adquiridos, alguns ruídos já foram promovidos a sons. Ouça-se em casa uma canção que apreciamos e nos impressionou favoravelmente e depois experimentemos ouvi-la numa discoteca ou numa barraca de feira especializada na venda de material sonoro pirateado e logo verificamos o que distingue um som agradável de um insuportável ruído.

Para uma melhor destrinça, imaginemos os seguintes cenários:

CENÁRIO 1

Manhã chuvosa de um domingo de Dezembro, que o leitor destinara a retemperar forças, dormindo até um pouco mais tarde. Cerca das 10 horas da manhã é acordado pelo ruído do *Black and Decker* do vizinho do 7°C que decidiu, naquela manhã, mostrar a sua perícia na arte do *bricolage*.

Ainda estremunhado e hesitando se há-de levantar-se para pedir ao vizinho que espere pela tarde para exibir os seus dotes, o seu quarto é invadido pelos estridentes acordes (sons) de uma canção *rock* que suspeita ser proveniente do 6°F. Nem tempo tem para se recompôr da surpresa, porque de imediato o ruído de uma escavadora hidráulica ribomba no ar, anunciando a continuação dos trabalhos de construção de um prédio que, em breve, lhe vai roubar as belas vistas que desfrutava da sala.

Mas será mesmo domingo? — interroga-se...

Confirmada a suspeita de que não o deixam dormir no dia de descanso semanal, acorre-lhe à memória uma canção do Rui Veloso e trauteia para os botões do seu pijama "Parece que o mundo inteiro se uniu p'ra me tramar!..."

Pois é, caro leitor. Estragaram-lhe o domingo, quem sabe se mesmo a semana inteira, mas nada pode fazer contra isso. Resta-lhe aguardar que no dia seguinte não lhe aconteça ainda pior!...

CENÁRIO 2

Segunda-feira chega ao emprego disposto a esquecer o incidente da véspera e entregar-se denodadamente ao trabalho, mas ao fim de um par de horas é surpreendido por uma luta fraticida de ruídos entre uma retro-escavadora e um martelo pneumático, prontos a esventrar a rua mesmo debaixo da janela do seu gabinete. Como se isso não bastasse surge, como árbitro desta contenda, um altifalante de onde uma voz estridente faz esforços sobre-humanos para promover as "rifas" para um sorteio de uma qualquer associação. Incapaz de suportar toda esta algazarra e de se concentar no seu trabalho, dirige-se ao seu chefe e diz que não trabalha mais naquele dia e vai até ao cinema. E faz você muito bem! É que o ruído tem limites e a nossa paciência também!

Talvez alguns leitores interpretem os cenários que acabámos de descrever como meros exercícios de estilo, que pouco ou nada têm a ver com a realidade. A verdade, porém, é que situações como as descritas não são tão raras quanto se possa pensar, nomeadamente para quem habita e trabalha em certas zonas de Lisboa.

No entanto, se é um felizardo que nunca teve problemas como os que acabámos de descrever, propomoslhe um exercício mais simples.

Imagine-se no mês de Agosto, em Lisboa, a temperatura a rondar os 40° centígrados. Talvez já se esteja a imaginar "a banhos" no Algarve, mas o que lhe pedimos é que se ponha no lugar de um cidadão retido no seu gabinete, a trabalhar, suando as estopinhas porque não tem ar condicionado. O mais lógico é que decida abrir a janela na esperança de sentir uma lufada de ar fresco.

Vã tentativa, diga-se desde já, se trabalhar em certas zonas de Lisboa, onde o barulho ensurdecedor do trânsito não permite a nenhum comum mortal a veleidade de trabalhar com a janela aberta. Resignado, espera pela hora de saída para ir até Cascais em busca de uma aragem. Condutor cumpridor, respeitando a limi-

tação imposta na marginal de não circular a mais de 60/70 quilómetros, é subitamente "abalroado" pelo "troar" de uns quantos motoqueiros que o ultrapassam a velocidades bem superiores, deixando atrás de si odores a gases e o zunido de um barulho ensurdecedor.

Mais convencido com o realismo deste cenário?

Prossigamos, então, de preferência sem ruídos. (Eu sei que há ruídos bem piores: o choro de uma criança com fome, o ruído dos *scuds* dos *patriots* e quejandos que matam sem avisar. Mas esses, quem os poderá calar?) Nem sempre o problema do ruído em Portugal tem sido encarado com a importância que lhe é devida (apesar do elevado número de queixas apresentadas às entidades competentes), mas as suas consequências podem ser demasiado graves para que as esqueçamos. Com efeito, o ruído pode provocar tensões e alterações psíquicas importantes que muitas vezes atribuímos ao *stress*, um réu que neste processo seria provavelmente absolvido ou, quando muito, condenado com pena suspensa.

Quisemos saber alguma coisa sobre os decibéis a mais que consumimos um pouco por todo o País, mas não foi tarefa fácil, pois apesar das queixas já referidas, das directivas comunitárias e respectivas transposições e da legislação avulsa existente, são vários os organismos com competência na matéria.

Estamos, no entanto, em condições de poder afirmar que, havendo discotecas em Portugal onde o nível sonoro atinge facilmente os 120 decibéis, não será difícil fazer uma análise comparativa com o que se passa noutros locais. Sabendo também que as exposições prolongadas a ruídos superiores a 85 decibéis podem causar lesões auditivas graves, não será para admirar se os otorrinolaringologistas e psiquiatras tiverem um apreciável aumento de clientela (sobretudo jovens) dentro de pouco tempo. Acrescente-se, ainda, que sendo o nível de 85 decibéis considerado aceitável, não é possível ouvir uma pessoa a 2 ou 3 metros de distância nessas circunstâncias e, como sabemos, em muitas discotecas essa impossibilidade verifica-se a partir dos 20 centímetros.

Mas se a exposição, demorada ou contínua, a sons superiores a 85 decibéis pode provocar anomalias auditivas, também as exposições temporárias e os ruídos impulsivos apresentam variados perigos. É, por exemplo, o que se verifica no caso dos motoqueiros atrás referidos, no ribombar de uns foguetes e situações similares que ocorrem no quotidiano.

Recorrendo uma vez mais a estudos de especialistas, pode afirmar-se que qualquer pessoa que esteja sujeita durante 10 minutos a um ruído de 100 decibéis preci-

sa de hora e meia de silêncio para se recompor totalmente, sendo de 36 horas o repouso necessário quando essa exposição atinge os 90 minutos. Portanto, quando for a uma dessas discotecas, já sabe o que deve fazer no dia seguinte...

E se no seu local de trabalho passar um dia inteiro sujeito a estes ruídos, o melhor será, no dia seguinte, contar tudo ao seu médico e pedir-lhe um atestado.

Também durante o período de sono, o organismo está exposto, implicando a sujeição a ruídos superiores a 50 decibéis, reacções vegetativas (alteração do ritmo respiratório e cardíaco, elevação da tensão arterial e perturbação dos mecanismos do sono) que não podem ser desprezadas. A propósito... sabia que uma motorizada que atravesse Lisboa numa noite calma, com o escape cortado, pode ser responsável pelo despertar de 100 000 pessoas?

Há ainda os ruídos que se podem tornar agradáveis, desde que um certo estado de euforia contrabalance o seu incómodo, o que explica a razão por que o ambiente numa discoteca possa ser agradável, embora quando regressamos a casa sintamos dores de cabeça que atribuimos a um copito a mais ou ao "whisky marado", mas que não é mais do que o efeito de uma *overdose* de decibéis consumidos durante a noite. O ruído não é apenas um desconforto para pessoas caprichosas; interfere e afecta as nossas vidas a diversos níveis, pelo que é legítimo que reajamos quando nos incomoda.

A legislação sobre ruído tem vindo a adaptar-se aos progressos da vida moderna, mas o grande problema é que a fiscalização não se tem revelado muito eficaz, reduzindo o impacte de uma legislação bastante completa sobre o assunto. A Secretaria de Estado do Ambiente é o motor da sua aplicação, mas são várias as entidades responsáveis pela garantia do seu cumprimento (ver caixa). E é aqui que muitas vezes começam os grandes problemas.

Como facilmente verificará, não é fácil saber o local exacto onde se deve dirigir para reclamar contra um ruído e seus criadores.

E se nenhum dos seus esforços resultar, resta-lhe comprar uns tampões, à venda nas farmácias.

	Onde Reclamar
Instituições onde reclamar	Tipo de reclamação
GNR	 Ruído de alarmes Espectáculos, feiras e outras diversões Ruído na rua Motociclos e automóveis
PSP e Governo Civil	 Horários de estabelecimentos comerciais hoteleiros e similares Amplificadores ou aparelhos que projectem sons para a via pública Barulho de vizinhança (entre as 22h e as 8h)
DGAC	— Tráfego aéreo
DGQA (Direcção-Geral da Qualidade do Ambiente)	— Indústria (ares condicionados e outros ruídos) — Indústrias do ramo alimentar
DRARN (Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais)	Estabelecimentos hoteleiros ou similares (restaurantes, discotecas, cafés) Estabelecimentos comerciais e de serviços Indústrias (ares condicionados e outros ruídos)
Câmaras Municipais	- Estabelecimentos hoteleiros ou similares (restaurantes, discotecas, cafés) - Estabelecimentos comerciais e de serviços. Indústrias (ares condicionados e outros ruídos) - Equipamentos de obras
DRI (Direcção Regional da Indústria)	— Fiscaliza as indústrias, ares condicionados e outros ruídos
DGE (Direcção-Geral da Energia)	— Ruído no próprio estabelecimento
IGT (Inspecção Geral de Trabalho)	- Ruído no local de trabalho

CRIAR UMA EMPRESA

Temas Práticos de Gestão





Oportunidades de Negócio na Área do Ambiente

J. M. MARQUES APOLINÁRIO

Economista; Membro do Conselho Editorial da DIRIGIR

0

O ambiente, além de ser

uma área vital para o nosso

desenvolvimento sustentável,

é também um sector económico

em rápido crescimento,

que proporciona novas

e importantes oportunidades

de emprego e de negócio.

A nível internacional, a indústria do ambiente ocupa já um lugar de topo em termos de volume de negócios. Em Portugal, o crescimento neste domínio também tem sido notório. A atenção crescente prestada às questões do ambiente, e os importantes investimentos para melhorar os nossos índices ambientais e de saúde pública, são tendências marcantes da evolução do sector, onde também se destacam:

- a crescente sensibilização dos cidadãos, quer como defensores da qualidade do ambiente, quer como utilizadores exigentes desse mesmo ambiente;
- a aceleração do processo de desenvolvimento do país com a consequente disponibilização de meios de investimento, criando uma necessidade de maior intervenção da área do ambiente;
- o empenhamento da Administração na criação de um quadro normativo claro com o reforço do uso de instrumentos económicos na política de ambiente, bem como na qualificação e reforço da sua própria capacidade de intervenção no sector;
- o princípio (consensual) de que "uma política de ambiente só é possível e eficaz se não se limitar a ser uma tarefa do Estado, mas antes se for assumida por toda a sociedade".

Estão assim reunidas condições que, realmente, configuram uma situação de grande potencial de desenvolvimento, tudo levando a crer que continuem a surgir diversas oportunidades de negócio nesta área.

Seguindo uma recente publicação "oficial", sintetizam-se no quadro junto as áreas em que a problemática ambiental abre possíveis oportunidades de negócios, sem pretender ser exaustivo e tendo presente a realidade portuguesa.

Áreas em que a Problemática Ambiental Abre Possíveis Oportunidades de Negócio Na área dos Na área da Na área da Na área dos actividade industrial construção civil serviços estudos e projectos • Construção de estações • Exploração e desenvol-• Estudos de impacte • Fabricação e montagem vimento de serviços de instalações para trade tratamento de águas ambiental (de obras púque, até agora, têm esblicas de grande entamentos físicos e quíprimárias e residuais. micos de efluentes e de • Construção de aterros tado predominantemenvergadura tais como sanitários e de estações te a cargo de entidades águas (primárias e resibarragens, aeroportos, de transferência e/ou públicas, especialmente duais), para processos auto-estradas, portos, câmaras municipais e separação de resíduos de despoeiramento e/ou túneis e pontes, de urbanizações volumosas de correcção de emissólidos urbanos. empresas públicas. • Operações de drenae complexas e de parsões gasosas. Têm maior e mais ime-• Fabricação de equipagem e de regularização ques industriais e de diato interesse os seguinmentos e material utide cursos de água. serviços, etc.). lizado na limpeza urba-• Parcela de construção • Auditorias ambientais (a na, nomeadamente na civil das centrais de infábricas, a recintos re-• Todo e ciclo de utilizacineração, construção creativos e desportivos, recolha, transporte e ção da água, para uso tratamento de resíduos de chaminés, hangares, a parques industriais, a doméstico e industrial, zonas urbanas, etc.). sólidos urbanos. canais de descarga, etc. desde a captação ao • Instalações industriais Estudos integrados para específicas para recitransporte, armazenacorrecção de situações clagem, quer de produmento, tratamento e disdegradadas complexas, tribuição, à reciclagem e tos intermédios, quer de que são exemplo os tratamento das residuais. casos das bacias hidrode produtos finais. • Todo o ciclo da recolha, • Fabricação e instalação gráficas com grande intransporte e tratamento tensidade de utilização de equipamento de medida e de controlo da pode resíduos sólidos (urda água para usos dobanos e industriais). mésticos e industriais. luição do ar e da água. • Participação na constru-• Investigação de produção de componentes tos e materiais de substituição, menos agresmecânicas e eléctricas das centrais de incinesivos do ambiente, e sua transposição para a acração de resíduos (urbatividade produtiva. nos e industriais) das estações de tratamento de • Investigação aplicada nos variados domínios lixos, das estações de das tecnologias limpas. tratamento de águas residuais e de outros equipamentos similares.

Fonte: Ambiente e Indústria, Qualidade do Ambiente — Da Prevenção ao Desenvolvimento Económico e Social, Cadernos PEDIP N.º 2, Junho de 1995, Ministério da Indústria e Energia.

A simples passagem em revista da lista constante deste quadro, aliás não exaustiva, permite avaliar que há aqui um mundo de oportunidades a aproveitar, constituindo um manancial que não deve (nem pode) ser ignorado pela iniciativa dos empreendedores nacionais. Mas para além disso, atendendo ao carácter multifacetado e pluridisciplinar da maioria dos problemas ambientais, essas oportunidades poderão estender-se a um leque bastante diversificado de outras actividades complementares, o que alarga consideravelmente a lista apresentada.

Certamente, uma boa parte das oportunidades emergentes só poderá ser "agarrada" por empresas a partir de determinada dimensão, algumas delas até não nacionais. Mas um sem-número de outras oportunidades poderão (deverão) perfeitamente ser assumidas por pequenas e microempresas especializadas. Os jovens, particularmente os que têm formação de base em ambiente — mas não só — estão neste caso em condições vantajosas para aproveitar essas oportunidades, desafio porventura mais estimulante do que a normal expectativa de emprego.

Já hoje, aliás, se pode falar de algumas experiências de sucesso em negócios na área do ambiente, protagonizadas por pequenas e microempresas. Em actividades como as que se seguem, facilmente se encontram exemplos disso:

- Consultoria na área do direito do ambiente.
- Prestação de serviços laboratoriais.
- Elaboração de projectos (tanto a nível geral de projectos que devem incluir uma dimensão ambiental, como a nível de projectos específicos de ambiente).
- Consultoria de ambiente, nomeadamente na área das auditorias.
- Consultoria a empresas onde se considere a gestão ambiental como um dos factores na qualidade da produção.
- Prestação de serviços na área da recolha e reaproveitamento ou reciclagem de resíduos.
- Formação e educação ambiental.

No entanto, o volume e a qualidade dessas experiências, ainda que positivo, fica ainda claramente aquém do desejável e sobretudo fica aquém das possibilidades abertas por este novo mercado. Têm a palavra os empreendedores.

DISSE SOBRE GESTÃO

Uma Educação

"... A educação só pode ter uma finalidade premara e Homem para viver em substancia com a sua própria nature a secon o meio acolvente de que depende. É umente que a formação produstantal viente a sua pratica educativa para a mudança de atitude necessária à adopção de códigos de conduta e de sistemas de valores que exprimam uma soma de de constituidos para de constituidos que exprimam uma soma de de constituidos para de constituidos de constit

José de Almeida Fernandes

Uma Mentalidade

"... O Homem é, por natureza, um ser de cultura e um ser de civilização e deve ser também, por civilização e cultura, um ser da Natureza..."

Manuel Antunes

Um Futuro

"... O futuro comum é possível, desde que acreditemos em nos próprios, nas nossas capacidades e no nosso sentido de sobrevivência e racionalidade.

O Homem, afinal, pode ser a medida de todas as coisas!

José de Almeida Fernandes

Educar as pessoas num ambiente é convidá-las a entrar e a sentarem-se. "Esta é a tua casa, senta-te e fica à vontade. Mas antes disso, vem conhecer os quartos, a cozinha, os vários compartimentos. Gostas dos móveis? Agrada-te a decoração? Que tal este mosaico do chão, bonito não é?"

Entrem, pois. Quero mostrar-vos a Serra da Estrela, um dos ambientes bonitos que temos.

Aprender a Serra

ALBUQUERQUE TAVARES Licenciado em Educação Física

0

Educar as pessoas num ambiente é convidá-las a entrar e a sentarem-se. "Esta é a tua casa, senta-te e fica à vontade. Mas antes disso, vem conhecer os quartos, a cozinha, os vários compartimentos. Gostas dos móveis? Agrada-te a decoração? Que tal este mosaico do chão, bonito não é?" Entrem, pois. Quero mostrar-vos a Serra da Estrela, um dos ambientes bonitos que temos. No Inverno o seu encanto é branco. Nesses meses podemos fazer *ski* ou *snowboard*. Alugamos todo o material e descemos pelas pistas da torre, como a dos Covões de Loriga, que tem 780 metros.

As descidas são grandes, e as sensações também. Conhecer a neve é pegar nela, brincar com ela e descer através dela. Fazer ski implica quedas sucessivas devido ao mau entendimento dos altos e baixos, das velocidades a imprimir, do momento ideal das travagens; é a mais bela aprendizagem da neve. "Que fazes?", podíamos perguntar a um esquiador. "Aprendo a neve", responderia um esquiador-poeta. É isso. Temos de aprender a neve. Aprender as florestas, os campos e as montanhas. Temos de aprender o ambiente, aprender a Serra da Estrela. Apender que há outra Serra da Estrela no Verão. Podemos passar pelos mesmos caminhos, agora sem neve, montados numa bicicleta todo o terreno. Podemos ainda fazer caminhadas pelas montanhas, podemos parar junto às fontes e conversar com os velhos serranos que, junto à porta das casas, nos dizem: "Estes caminhos são mais antigos que nós."





da Estrela

Na Serra da Estrela podemos ser esquiadores, caminhantes ou alpinistas. Podemos escalar o Cântaro Magro, nome bonito para um monte, mas podemos ainda conhecer a água, aprender a água da Serra. Não se trata agora de beber. Trata-se de descer pelo rio Zêzere, passear pela ribeira de Cortes. Trata-se de sobrevoar às águas aproveitando a primavera da Serra, porque é ainda outra serra, a da Primavera. Não basta um fim-se-semana para conhecer um sítio, um ambiente. Respeitar um ambiente é conhecê-lo bem e para o conhecer bem é preciso passar com ele tempos diferentes. É preciso acordar com ele e adormecer com ele. É preciso tomar o pequeno almoço com a neve, almoçar com os caminhos secos, jantar com as águas. No entanto, um velho sábio chega-se ao pé de nós e diz-nos: "Antes de recomeçarem a caminhada, comam um pouco deste queijo. Dar-vos-á forças".

Sabemos que ele tem razão.

Comemos o melhor da terra e gostamos do seu sabor; agora a terra sabe como a respeitamos e respeitar-nos-á mais por isso. "É preciso educar os homens", é isso que o ambiente nos diz, e para o fazer propõe-nos alimentos à disposição, montanhas, água, pedras e neve.

"Estou aqui para aprender mais a Serra da Estrela. Estive cá no Inverno e no Verão. Faltava-me conhecer o Outono e a Primavera."
"Entra", diz-me a Serra, "esta é a tua casa, senta-te e fica à vontade. Mas antes disso, vem conhecer os quartos, a cozinha, os vários compartimentos. Gostas dos móveis?
Agrada-te a decoração? Que tal este mosaico do chão, bonito não é?"
É bonito é. O mosaico do teu chão é muito bonito.

COMBATE À POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA

A Comissão Europeia adoptou recentemente uma proposta de alteração da Directiva 88/609/CEE relativa à limitação das emissões para a atmosfera de certos poluentes provenientes de grandes instalações de combustão que visa limitar as emissões de três tipos de poluentes: dióxido de enxofre, óxidos de azoto e poeiras. A nova proposta introduz valores duas vezes mais rigorosos do que os actuais. Estes valores devem ser aplicados a todas as instalações novas que entrem em funcionamento a partir de 1 de Janeiro de 2000.

A AGÊNCIA EUROPEIA E O AMBIENTE

A Agência Europeia do Ambiente coordena a Rede Europeia de Informação e de Observação do Ambiente que engloba seis tópicos centrais que actuam como pontos focais de competência (àguas interiores, conservação da natureza, ambiente marinho e costeiro, cobertura do solo, emissões atmosféricas e qualidade do ar). O objectivo da Agência Europeia do Ambiente (Internet:http://www.eea.dk) é o de, entre outros, fornecer informação objectiva e fiável para ajudar a enquadrar e implementar as políticas nacionais e comunitárias em matéria de ambiente.

Aposta nas Energias Renováveis

Procurando promover o recurso às energias renováveis, o programa comunitário Altener II tem fundamentalmente como objectivo acelerar a utilização destas energias e proteger o ambiente. Este programa enquadra-se, por outro lado, na estratégia da União Europeia de reduzir as emissões de dióxido de carbono para a atmosféra.

MELHORAR A QUALIDADE DO AR

Preocupada com qualidade do ar, a Comissão Europeia pretende impor valores-limite para as emissões de várias matérias poluentes nocivas quer para a saúde humana, quer para o ambiente.

Paralelamente, a Comissão recebeu com agrado uma proposta dos construtores automóveis europeus na qual se comprometem a reduzir as emissões de dióxido de carbono para 140 gramas/km até 2008.

Nova Convenção Internacional Sobre Substâncias Perigosas

A União Europeia, através da comissária com a responsabilidade pela pasta do ambiente, Ritt Bjerregaard, acaba de assinar uma nova convenção internacional que visa melhorar as regras que regulam as trocas de substâncias químicas e de pesticidas perigosos. Esta convenção cobrirá inicialmente vinte e dois pesticidas e cinco produtos químicos industriais, mas outras substâncias perigosas deverão vir a integrar brevemente este novo quadro legislativo.

Correios Preparam Introdução do Euro

Os correios de Portugal vão adoptar o euro como moeda de referência da actividade da empresa e nas relações com os clientes, fornecedores e público em geral a partir de Janeiro do próximo ano. Além da criação do vale euro, que funcionará a par do vale nacional, os clientes poderão, a partir de 1999, pagar o valor das subscrições de certificados de aforro ou amortizá-los em euros, bem como liquidar as cobranças postais de títulos e objectos dos clientes institucionais que adoptarem essa moeda, em todas as estações de correios e postos informatizados.

NUNO DE OLIVEIRA PINTO Docente Universitário, Gestor e Consultor de Empresas

PUBLICIDA DE

A revista DIRIGIR é uma publicação do IEFP, editada bimestralmente.

Tem uma tiragem de 24 000 exemplares, e uma média de 64 páginas a preto e branco, profusamente ilustradas. Cada um dos seis números anuais é acompanhado de uma separata temática.

Contamos com 22 000 assinantes, distribuídos por todo o País e pelo estrangeiro. Os assinantes da DIRIGIR são quadros e chefias intermédias, gestores e dirigentes de empresas, professores e estudantes de Gestão.

De leitura agradável, com um estilo pragmático, trata-se de um projecto de informação/formação que tem tido um acolhimento excelente, podendo-se dizer que se atingiram os objectivos propostos inicialmente.

Estão, pois, criadas as condições para se comercializarem espaços da revista com fins publicitários, sempre com a preocupação de não prejudicar o respectivo conteúdo pedagógico, não devendo a área de publicidade ser superior a 7 por cento do espaço total da revista. Pretendemos inserir publicidade que contribua para fomentar uma imagem de prestígio da revista, tendo em conta as seguintes condicionantes:

- Promoção de imagem de empresas ou instituições de utilidade pública, preferencialmente ligadas à Formação ou à Gestão.
 - Promoção de produtos e/ou serviços ligados à Formação ou à Gestão.
- A revista reserva-se o direito de recusar qualquer publicidade não compatível com estes parâmetros.

PREÇÁRIO

COR (4/4 cores em couché 175 gr. com face plastificada)

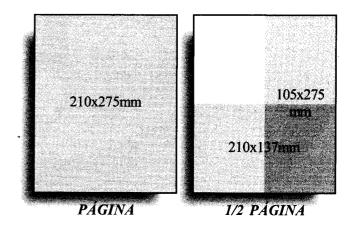
Contracapa	200.000\$00
Verso de capa ou contracapa	170,000\$00

PRETOE BRANCO

Página (210 x 275 mm)	100.000\$00
1/2 página	50.000\$00

- Se o contrato for celebrado por um ano, beneficiará de um desconto de 10 por cento.
- As selecções de cor dos anúncios serão debitadas quando forem efectuadas à nossa responsabilidade.
- Esses preços não incluem IVA.

As apresentações estão feitas! Ficamos à espera que nos contacte.



DIRIGIR 50 SOCIEDADE

O Futuro do



Ambiente

TOMAZ PONCE DENTINHO

Economista; Prof. de Economia, Universidade dos Açores

0

O Corte Com o Senso Comum

O problema do "Futuro do Ambiente" está fortemente ligado ao conceito de desenvolvimento sustentável que advoga que o uso presente dos recursos naturais não deve comprometer a utilização futura desses recursos. Este conceito, pontualmente perceptível e funcional, é todavia baseado numa temporalidade métrica (passado, presente e futuro) das questões ambientais mal fundamentada. Primeiro porque não tem sido possível conhecer, por modelos mathusianos e unidimensionais, as necessidades futuras de utilização de cada recurso ambiental; pelo contrário, grande parte das extrapolações de exaustão de recursos têm sido denunciadas pela própria realidade quer por virtude dos mecanismos do mercado, que fazem crescer o preço e reduzir a procura dos recursos limitantes, quer pela dinâmica da inovação tecnológica que — resultado da interacção do Homem com o ambiente — tende a racionalizar o uso dos recursos ambientais mais escassos. A outra razão da falta de fundamento da definição de desenvolvimento sustentável é que não é possível estabelecer uma troca, e portanto um preço, entre o uso presente e o uso futuro dos recursos ambientais, não só porque se desconhecem as necessidades futuras dos recursos ambientais mas também porque os recursos ambientais são intrinsecamente complementares e não substitutos [H. Wiggering & K. Rennings, (1997) Environmental Geology, V. 32, Issue 1

pp. 36-44]. Mesmo quando não se connecem os elos dessa complementaridade intrínseca do ambiente o próprio tempo se encarrega de a revelar denunciando quer a falácia de trocas fictícias entre recursos ambientais presentes e futuros, quer a política de pagamento pelos países ricos dos recursos ambientais abundantes nos países menos desenvolvidos.

A expressão "Futuro do Ambiente" é ainda marcadamente ideológica e tendencialmente pouco efectiva.

A expressão é ideológica porque, subentendendo um mecanismo de decisão baseado em informações parciais presentes e com efeitos futuros dificilmente monitoráveis, autojustifica-se em pensamentos e acções potencialmente nunca confrontáveis com os seus efeitos. A expressão é também pouco efectiva porque as metas definidas são sempre postecipadas: o bom ou mau ambiente nunca é porque sempre será.

Esta sensação de inoperância da expressão "Futuro do Ambiente" confirma-se quando participamos em encontros que abordam questões ambientais: os documentos escritos são sérios, cuidados e anunciadamente parciais. Todavia, as comunicações orais, feitas para assembleias de estrangeiros e anfitriões locais, são muitas vezes moralistas "... parece impossível que aconteça isto...", absolutas, "... está científicamente comprovado que a causa é esta...", intrusivas, "... os responsáveis políticos e as empresas devem fazer aquilo", e mesmo impositivas "... senão as instâncias internacionais poderão levantar

problemas". No limite, a expressão "Futuro do Ambiente" acaba por defender uma moral em favor dos nossos filhos e netos mas pressupõe esforços para os pais e avós de locais longínquos.

A Proposta de Um Novo Senso

A ideia que pretendo apresentar é que o ambiente não tem passado, presente nem futuro. Tem, muito para além disso, tempo e — em cada sítio e para cada agente — oportunidade. No tempo o ambiente condiciona os valores dos homens. No tempo, os valores influenciam o seu comportamento. No tempo, o comportamento dos homens e das sociedades moldam espaços e funções, redes e fluxos. No tempo, finalmente, estes espaços e redes interagem com o ambiente e, de novo, adaptam valores e atitudes. Se este ciclo conceptual de interacções entre o Homem e o Ambiente fosse unidimensional, deterministico e síncrono, então seria possível aceitar uma temporalidade métrica. Por exemplo, o ambiente de uma sauna no tempo 1 influencia a escala de valores do utente no tempo 2, que altera a regulação do sistema no tempo 3 que por fim modifica o ambiente no tempo 4. No entanto a realidade não é unidimensional, determinística e síncrona. O próprio sistema simples da sauna não é sincrono quando o utente se precipita numa nova regulação antes de se verificarem todos os efeitos da regulação anterior. Não é determinístico quando o bem-estar do utente não depende da sua decisão anterior mas da reacção menos certa da sua fisiologia. Não é unidimensional quando o utente não reage apenas à temperatura mas também à humidade e ao arejamento. É assim que, com um ambiente assincrono, multidimensional e aleatório, a crença de que uma

tendência observada implica inexoravelmente uma

expectaviva deixa de fazer sentido. Por exemplo, o crescimento da Cidade da Praia da Vitória, em parte estimulado pela criação do novo porto

da ilha Terceira, precipitou a destruição progressiva

a biodiversidade potencial de um sítio único na ilha Terceira ficaria destruída. No entanto, embora tal

não estivesse previsto, na pedreira sobreexplorada

de um paúl e fundamentou previsões de que

e abandonada que forneceu a construção do molhe do porto criou-se uma área húmida bastante maior que o antigo paúl natural e potencialmente mais rico em biodiversidade que o anterior.

A questão é ainda que, num ambiente assíncrono, multidimensional e aleatório, o pressuposto de que uma determinada acção de política ambiental resulta necessariamente num efeito conhecido e benéfico deixa de ter fundamento. Num outro caso paradigmático a restrição à prática tradicional do uso do solo na Serra da Malcata, pretensamente para proteger o lince, terá estimulado o efeito contrário ao desejado pois reduziu a àrea de pastagem, estimulou a emigração de coelhos e linces, e possibilitou o aumento de javalis. Sem ter por referência o proprio homem não sabemos em que medida a acção do homem melhora ou piora a qualidade global do ambiente [Ragnar K. Kinzelbach (1997) Natur Wissenschaften. V. 84, Issue 8 pp. 331-339.]

Existe a ideia — benéfica para muitos mas não necessariamente mais efectiva para a qualidade ambiental — de que a solução para estes problemas está em elaborar mais estudos, em desenvolver mais accões e em exercer mais controlo. Tenho sérias dúvidas que assim seja; pelo menos na forma como hoje se entendem e praticam os estudos, as acções e as regulações ambientais. As minhas dúvidas transformam-se em receios porque o potencial de sustentação da ideologia ambientalista é enorme e haverá durante muito tempo recursos financeiros para promover mais estudos, mais acções e mais regulações; e concomitantemente desculpar, quanto mais não seja por desactualização, a parcialidade dos estudos, das acções e das regulações anteriores. É perante este cenário de inoperacionalidade que se torna importante redefinir ou reinterpretar os princípios orientadores da política ambiental. Muito concretamente, retomar a parábola do bom samaritano:

Primeiro, saber o que é importante para identificar as oportunidades de intervenção.
 E o importante tem sempre a ver, como na parábola, com o próximo, ou seja, quem está a sofrer com as alterações ambientais. Para quê interpretar o desejo das gerações futuras se é

possível conversar com gentes que, embora muitas vezes seja minoritária, é a mais sensível às modificações do meio? Alguns agricultores, poucos pescadores, os caçadores locais... O problema é quando esses homens são facilmente comprados e não deixam descendentes no sítio, ou se deixam interpretar e manifestar por uma qualquer ONG desenraizada. Como descrever e avaliar o ambiente, senão em relação ao Homem? [R. R. Warner, 1997. Coral Reefs V. 16, Issue 5 pp. 115-120]. Segundo, é preciso estar disponível para agir em cada oportunidade condicionado aos recursos existentes. O fundamental é que a intervenção seja marginal e não global, de forma a dar espaço e tempo ao doente para recuperar evitando ao mesmo tempo a profissisonalização do bom samaritano. É bom que a construção e interacção com o ambiente seja feita através da actividades humanas e não de forma directa.

Corolários

E é nesta perspectiva que se potenciam os vários instrumentos que o Homem tem à sua disposição para interagir com o ambiente. Não apenas a regulação, mas também o mercado e a cultura. Cultura para perceber a complementaridade entre os homens e os sítios e alertar quando essa sinergia potencial se desequilibra. Cultura ainda para festejar e lembrar, com os gestos rotineiros do quotidiano, essa unidade inalienável entre cada homem e a sua circunstância. Unidade vivificada pela tecnologia e pelo trabalho; pela mesa e pela casa; pelas festas e pela rua, e ainda pela liturgia e pela redenção. O mercado como instrumento moldador de tecnologias e de ecossistemas. Tomemos alguns exemplos: ao vender-se a água de uma nascente protege-se toda a bacia de apanhamento; a transformação e comercialização de produtos agrícolas ordena grandes ecossistemas; a alteração de uma tecnologia como o automóvel determinará alterações profundas de espaços adaptados e de ecossistemas. É bom lembrar que no fim do século xx a tecnologia permitiu aos humanos modificar o seu ambiente de tal forma que numa geração é possível criar alterações ambientais que demorariam vários séculos se fosse através

de processos naturais. [Monique Mainguet & René L'Étolle (1997) Natur Wissenschaften. V. 84, Issue 8 pp. 331-339]. Finalmente, também cabe algum espaço à regulação. Não tanto para impor zonamentos e proibições estimuladores de corrupções e desequilíbrios, mas essencialmente para criar e manter regras de jogo de mercado; respeitar e valorizar formas culturais que potenciem sinergias entre o Homem e o Ambiente; e recolher, tratar e divulgar informação por meio de indicadores adaptados a cada tempo e escala [Berger, A. R. (1997), Environmental Geology, V. 32, Issue 1 pp. 36-44.] [Rochedo E. R. R. & Conti L. F. C. & Paretzke H. G. (1997), Radiation and Environmental Biophysics. V. 36, Issue 3 pp. 183--219]. O segredo da regulação é a sua supletividade e a marginalidade. "Pensar na eternidade, agir na marginalidade" parece um bom lema.

Conclusão

Creio que o Futuro do Ambiente não está em risco pelo comportamento necessariamente marginal de cada homem. O risco vem dos paradigmas que informam os sistemas de decisão públicos.

- Se se acredita que o ambiente é meramente um bem público que deve ser gerido por entidades públicas, então existe uma forte probabilidade dessa gestão ser desastrosa, não porque os gestores públicos são maus ou mal intencionados, mas porque o tempo e a escala do ambiente nada tem a ver com o tempo e a escala da decisão política.
- Todavia, se se assume que o ambiente fornece marginalmente serviços públicos e privados cuja produção e provisão pode ser também marginalmente regulada, então há esperança que, através de tentativas e de erros, se possa aperfeiçoar o sistema regulador. Este deve actuar em consonância com a cultura e o mercado, de forma a garantir a manutenção e mesmo crescimento do fornecimento de serviços públicos e privados pelo ambiente, a todas as escalas e para todos os tempos. O segredo é que não exista ambiente desligado do Homem, que não exista ambiente sem uso.





É cada vez maior o consumo de água doce!

Um aparelho de rega gasta numa hora 910 litros de água! Numa casa de família gastam-se diariamente 10 litros por descarga de autoclismo, 80 litros em cada banho, 30 litros por duche, 100 litros apenas numa máquina de lavar roupa, 50 litros numa só máquina de louça!

Poupe água! Reduza os seus consumos domésticos! Não deixe a torneira a correr enquanto lava os dentes!

Parece não ter fim a poluição da água dos oceanos, rios e lagos!

Muitos dos detergentes domésticos contêm surfactantes, lixívia, branqueadores, conservantes — tudo substâncias poluidoras das águas dos mares, lagos e rios. O seu uso quotidiano, juntamente com o de fertilizantes e pesticidas agrícolas, a produção intensiva de carnes para abate e os escoamentos e descargas terrestres têm vindo a poluir as águas, matando toneladas de peixes e milhares de pessoas por envenenamento!

Não polua a água! Evite detergentes nocivos para a qualidade das águas!

A desertificação continua!

A desflorestação mundial (mais de 2 por cento de redução verificada nos últimos 15 anos) é provocada pela necessidade de combustível, pelo avanço do urbanismo, pela indústria de papel, pela exploração agrícola e pecuária, pela construção civil e o mobiliário de luxo. A redução de espaços florestais destrói flora e fauna milenares, agravando o efeito de estufa. No início deste século, o mundo perdia uma espécie animal por dia: hoje perdemos várias por dia!

Poupe as florestas! Vigie os incêndios florestais (são milhares os hectares de floresta europeia que o fogo consome em cada ano!). Evite comprar mobiliário de madeiras exóticas!

QUE...

Progride o efeito de estufa!

A combustão de combustíveis fósseis, a destruição das florestas e as emissões de gases poluentes, como o dióxido de carbono proveniente dos tubos de escape dos motores, têm vindo a contribuir para o aquecimento do Planeta. Não cessa de aumentar a poluição provocada pelos veículos automóveis: em grandes centros urbanos, a circulação já se efectua em dias alternados da semana, e por matrículas pares e ímpares! Também os aviões poluem e gastam tanto mais combustível quanto a carga que deslocam: se, por exemplo, a bordo de um só voo intercontinental servissem as bebidas em garrafas de plástico leve, poderia haver uma poupança de combustível estimada em mais de 3000 contos! E, como a temperatura não cessa de subir, degelarão os pólos, elevando o nível médio dos oceanos. Desaparecerão ilhas e costas!

Trave o aquecimento global da Terra! Utilize menos o seu automóvel e recorra mais aos transportes públicos!

Aumenta o buraco na camada de ozono!

Situada entre 20 e 50 quilómetros acima da superfície terrestre, a camada invisível de ozono protege a Terra dos raios ultravioleta. Os CFC, emitidos pelos frigoríficos, arcas congeladoras e aparelhos de ar condicionado, e as emissões tóxicas dos tubos de escape dos automóveis contribuem para causar danos irreparáveis no escudo protector de ozono, para além de que, ao atingirem essa camada, levam cerca de 100 anos a decompor-se e a tornar-se inofensivos. Há 30 anos havia em todo o mundo 50 milhões de automóveis, hoje há mais de 400 milhões e muito, muito mais sucata, produzindo cada automóvel quatro vezes o seu peso em dióxido de carbono!

Trave a ameaça dos ultravioleta! Utilize gasolina sem chumbo no seu automóvel e rentabilize-o, dando boleia a outras pessoas! No seu escritório, abra mais vezes as janelas e ligue menos o ar condicionado!

Persiste a ameaça das chuvas ácidas!

No século xix foram detectadas pela primeira vez as chuvas ácidas, provocadas pela queima de combustíveis fósseis. Os ácidos sulfúrico e nítrico que elas contêm matam plantas e peixes, ao ponto de serem já aos milhares os lagos europeus desprovidos de peixe.

Contribua para que haja menos chuvas ácidas! Proteja as florestas dos incêndios!

O consumo de energia não cessa de aumentar!

A circulação rodoviária, a iluminação das casas e ruas, o funcionamento dos equipamentos e máquinas das empresas e organismos, o cultivo em estufas, a produção de alumínio, a fabricação de vidro implicam enormes gastos de energia. Quanto mais energia se gasta mais há necessidade de produzi-la e, à conta disso, esgotam-se as reservas petrolíferas e proliferam as centrais atómicas.

Poupe energia! Apague a luz quando sair de um compartimento. Desligue os aparelhos, equipamentos e máquinas no fim de cada dia de trabalho. Seja a favor da reciclagem: reciclar uma lata poupa a energia necessária para manter acesa uma lâmpada de 100 W! Cada tonelada de vidro velho reutilizado representa uma poupança de 135 litros de petróleo!

Avança o depauperamento de paisagens, terrenos e reservas naturais!

Cada quilómetro de auto-estrada cobre 6,5 hectares de terreno com betão e alcatrão. O fabrico de vidro abre enormes crateras nas paisagens onde existe areia. A produção de alumínio, feita a partir da bauxite extraída nas florestas tropicais, restringe o espaço de árvores milenares. A fabricação de papel destrói diariamente vastas zonas florestais. A construção de novas habitações põe em perigo áreas de flora e fauna seculares.

Os lixos deixados pela mão humana invadem paisagens naturais, contaminando espaços reservados à fauna selvagem.

Contribua para a defesa das paisagens naturais! Recicle vidro, latas, papel, plástico! Não deixe detritos não biodegradáveis na natureza!

Corremos o risco de perecer asfixiados nos lixos que produzimos!

Cada um de nós produz, por ano, quantidades de lixo 10 vezes superiores ao peso do nosso corpo. Anualmente, uma família média deita fora perto de 50 quilos de restos de comida e o papel velho proveniente de seis árvores. Se os jornais dos fins-de-semana fossem empilhados, fariam uma montanha mais alta que o Everest!

Um terço do nosso lixo é constituído por embalagens: já nos início dos anos 90 se estimava a quantidade de lixo produzida por cada família, em cada ano, em mais de 300 latas, cerca de 50 quilos de plásticos, mais de 30 quilos de metais, mais de 80 quilos de vidro. Se as latas de bebida deitadas fora em cada ano fossem colocadas umas por cima das outras, ultrapassariam a Lua! Muitos dos produtos que consumimos são feitos de substâncias ou são embalados em materiais que demoram anos e anos a decompor-se (por exemplo, as pilhas — cuja fabricação requer 50 vezes mais energia do que a energia que elas nos fornecem — contêm mercúrio e cádmio, materiais venenosos que poluem as lixeiras).

O lixo mais perigoso é o nuclear, que continua radioactivo durante milhares de anos, colocando aos países graves problemas sobre a decisão quanto aos locais de armazenamento.

Que fazer então?

- Lixeiras? As consequências são irreversíveis e insustentáveis!
- Aterros sanitários? Ocupam espaços, produzem subprodutos perigosos, duram anos a deteriorar-se!
- Incineração? Faz desaparecer lixos, mas transforma-os em cinzas perigosas, enchendo o ar de dioxinas, causadoras de cancro, mutações genéticas e alterações hormonais!

Qual a alternativa?

- Reciclagem! nos contentores adequados deposite vidros (se não forem reciclados, demoram a decompor-se cerca de 1000 anos!), latas (o alumínio pode ser indefinidamente derretido e reciclado), papéis (produzir papel reciclado requer muito menos energia), embalagens (cartão velho vira novo!), plásticos (não se decompõem, mas podem reciclar-se!), pilhas (podem ser recarregáveis).
- Redução e alteração dos hábitos de consumo! uma só fralda descartável demora mais anos a deteriorar-se do que uma criança a crescer!

UM ALERTA FINAL

Explicam-nos, desde os primeiros bancos de escola, as Forças e as Leis que regem a TERRA, e a História que a conduziu até aos dias de hoje. E, enquanto nos ensinam o que há para aprender acerca da esplêndida vitalidade multimilenar do nosso Planeta, vivemos e consumimos.

É no consumo, que até há bem poucos anos apenas uma minoria clarividente sabia gerir, que reside a grande opção da Humanidade: ou continuarmos com uma postura autista a quantos sucessivos alertas crus o AMBIENTE faz questão de nos advertir, ou definitivamente assumimos as culpas, que são de todos nós. E, aqui, haverá que estabelecer, uma vez mais, qual a agulha, aprendendo a reequacionar os nossos hábitos de consumo.

Nos tempos de hoje, as pessoas valem menos pelo que são, muito mais pelo que têm. Já não nos contentamos em consumir para prover às carências elementares: precisamos sempre de mais, chegando ao ponto de considerarmos o supérfluo como absolutamente necessário. Esta insaciável compulsão colectiva para constantemente se obter para além do que se possui levou a que, nos últimos anos, a civilização de consumo degenerasse para uma civilização de consumismo. Com uma agravante: depredamos, dia após dia, o Planeta onde nos foi dado viver a vida. A TERRA está doente... realmente doente! Se persistirmos em continuar de braços cruzados, tempos virão em que nada restará para provar que este Planeta já circulou — e VIVO! — entre os demais astros do Universo.

BREVES

Economizar ambiente também dá trabalho

Ecoempresas Empregam 1,5 Milhões de Europeus e a Importância do Sector na Economia Cresce 5,5 Por Cento ao Ano

As instituições comunitárias estão a apostar no ambiente para estimularem o mercado do trabalho europeu. Comissão e Parlamento encontram-se em fase de produção legislativa sobre a matéria e Bruxelas tenciona propor políticas activas aos Estados membros, incluindo reforço de subsídios e alterações à fiscalidade. Segundo a OCDE, o sector do ambiente tem condições para crescimento anual acima de 5,5 por cento. A nova estratégia para o mercado de trabalho inclui a "realização de uma Europa sustentável", com mão-de-obra mais qualificada para "utilizar tecnologias compatíveis com o ambiente". Bruxelas conta com a melhor organização de trabalho proporcionada pelas tecnologias de informação; preconiza novos padrões de consumo, com mais reciclagem; e defende o investimento em transportes ferroviários, entre outros aspectos. Mas as ideias mais importantes são nas políticas agrícola, de energia e fiscalidade. Os impostos sobre o trabalho representavam 30 por cento do total há duas décadas. Hoje, somam 42 por cento das receitas. A solução pode ser introduzir impostos verdes. A Comissão adoptou uma proposta de directiva sobre a reestruturação de produtos energéticos que, sem aumentar a carga fiscal, visa eliminar distorções entre combustíveis e entre Estados membros. O impacte da aplicação desta directiva de tipo ambiental no emprego é estimado num intervalo entre 155 mil e 457 mil postos de trabalho. Outro exemplo é o de um estudo que sustenta ser possível criar meio milhão de postos de trabalho com um investimento de 36 mil milhões em energia renovável. Calcula-se que o ambiente, na UE, represente 3,5 milhões de postos de trabalho. Dois

milhões estão envolvidos em áreas como tecnologias, protecção da Natureza, reciclagem ou energia renovável. As ecoempresas empregam 1,5 milhões. Os economistas têm identificado uma série de factores de política ambiental que determinam efeitos líquidos no emprego, entre eles a existência de recursos humanos qualificados e a importância da continuidade das despesas. Mas a maior esperança está nas previsões optimistas sobre a forma como vai evoluir o sector. Em 1994, o mercado mundial de serviços e equipamentos antipoluição estava avaliado em 50 mil milhões de contos. Dentro de dez anos, poderá valer o dobro. Apesar de tudo, o peso do ambiente na economia não está bem quantificado. Basta citar o exemplo dos novos processos de produção, cuja importância é grande para as empresas, mas difícil de medir a nível macroeconómico.

A estratégia da Comissão de apostar em força no ambiente para criar novos empregos está a ser apoiada no Parlamento Europeu, vital para a concepção das futuras directivas. Um recente relatório propõe um programa de acção e um mecanismo de avaliação do emprego verde criado pelos fundos estruturais e de coesão. As medidas defendidas pelos deputados incluem apoios para a agricultura biológica, maiores facilidades fiscais para promover o desenvolvimento sustentável e a criação de um fórum europeu sobre tecnologias do ambiente, entre muitas outras iniciativas. A prioridade irá para a introdução de um imposto sobre dióxido de carbono, o investimento em fontes energéticas renováveis (como a eólica) e a utilização de fundos da política agrícola — que representam metade do orçamento comunitário — para acções que criem postos de trabalho relacionados com ambiente. Estas são as ideias dos legisladores. Até que se conclua

o longo processo de decisão, a UE terá de resolver um

problema prático: os graves problemas ambientais dos países candidatos à adesão. Os custos da adaptação dos futuros membros serão muito elevados.

Número de Empresas Entre 20 Mil e 30 Mil

A maior parte da produção das empresas europeias do sector ambiental (43 por cento) surge na área do tratamento de água e de esgotos. A reciclagem de resíduos ocupa 29 por cento. Existem entre 20 mil e 30 mil empresas verdes na UE, proporcionando um milhão de empregos. Numa visão lata das profissões ecológicas, os números disponíveis apontam para

um volume de 3,5 milhões de trabalhadores. Calcula-se que os diversos negócios do sector do ambiente representem 18 mil milhões de contos a nível europeu, o que equivale ao PIB português. Todas estas estimativas são do Eurostat, tendo por base dados de 1994. As estatísticas nacionais publicadas pelo INE não referem o número de empresas ou volume de negócios. No entanto, o sector possui pequena escala em Portugal, considerando a dimensão do emprego, 83 mil, numa avaliação lata.

Luís Neves In DN

O atraso português nos números do emprego ambiental

O Sector Privado Nacional Ocupa Menos de 0,2 Por Cento da Mão-de-Obra Europeia das Empresas Especializadas

O sector do ambiente emprega em Portugal apenas 83 mil pessoas, incluindo 43 mil bombeiros.
O Instituto Nacional de Estatística publicou esta semana as suas estimativas sobre o emprego verde em Portugal — os números são referentes a 1996 — e concluiu que apenas 8 por cento da mão-de-obra está no sector privado.

Os números mostram que o grande empregador é o Estado e que os salários típicos são baixos. Numa análise mais fina, torna-se evidente que o peso do sector do ambiente no emprego é pequeno comparado com o resto da UE. O organismo estatístico soma aos bombeiros as pessoas envolvidas em associações de defesa do ambiente,

onde detecta mais de cinco mil indivíduos. Mas destes apenas 328 são remunerados. A seguir aos bombeiros, o maior contingente surge nas autarquias, cerca de um terço do emprego ambiental. São 27 500 trabalhadores que, na sua maioria, se ocupam de resíduos. Estes resultados mostram que é bastante reduzido o número de funcionários municipais nas tarefas de recolha de lixo, abastecimento de água e saneamento básico. A média por autarquia é inferior a cem pessoas. Além disso, menos de dois mil destes empregados são quadros técnicos superiores ou dirigentes. Os operários são quase 20 mil. Os dados do INE não incluem a administração central. No ambiente, o sector privado representa apenas 3316 postos de trabalho e a gestão de resíduos ocupa dois terços do grupo. A indústria em geral tem menos de 700 pessoas a trabalhar nesta

BREVES

actividade, mas a metodologia do INE inclui pessoas com funções ocasionais na área ambiental, pelo que uma parte deste emprego poderia existir mesmo sem a função ambiente. Uma interpretação possível para este resultado pode ser o facto de as empresas nacionais terem dificuldade em incorporar o conceito de ecoeficiência, que permite poupar matérias-primas e energia através da introdução de tecnologias e métodos de trabalho menos poluentes.

As ecoempresas — um conceito que o INE define como companhias com actividade principal no ambiente — somam apenas 2623 empregos. Trata-se de um microssector que se dedica maioritariamente (cerca de mil pessoas) à higiene pública e saneamento. A reciclagem ou o comércio de desperdícios ocupam outro milhar de indivíduos.

In DN

Trinta cidades francesas sem automóveis

Mais de trinta cidades francesas participaram na iniciativa "um dia sem carros", um programa inédito do Ministério do Ambiente que pretende sensibilizar a população para as questões da poluição do ar e da utilização de transportes públicos. Segundo a ministra Dominique Voynet, foram cerca de cinco milhões os franceses afectados pela operação "Na cidade, sem o meu carro?", já que, entre as 7h00 e as 21h00, do dia 22 de Setembro, e numa área pré-definida, as ruas das cidades participantes foram reservadas à circulação exclusiva de peões, bicicletas, transportes públicos e veículos não poluentes (eléctricos ou a gás). Tudo menos carros. A iniciativa contou com a participação das duas maiores cidades francesas: Paris e Marselha. O presidente da Câmara Municipal da capital, Jean Tiberi, garantiu que a cidade, que se considera muitas vezes sacrificada ao automóvel, entrará no jogo "sem reservas". Todos os quarteirões foram envolvidos, num total de 180 mil bairros e 62 quilómetros de vias.

Em Saint-Germain-en-Laye, esta jornada foi antecipada e alargada a todo o fim-de-semana, e, em Bordéus, o presidente da Câmara Municipal, Alain Juppé, antigo primeiro-ministro, já afirmou que pretende repetir a experiência uma vez por semana,

no caso de ser bem sucedida. Grenoble, uma das cidades mais poluídas, também participou, interditando a circulação de viaturas em todo o centro. Para além da componente pedagógica, esta operação pretendeu funcionar como um teste a grande escala das novas formas de deslocação nas cidades e, simultaneamente, permitiu aos ambientalistas realizar um conjunto de medições relativas à qualidade do ar e aos níveis sonoros.

As autoridades francesas pretendem que esta iniciativa se repita nos próximos anos, mas sobretudo que se generalize, tornando-se num acontecimento nacional e mesmo, lá para o ano 2000, numa ocorrência europeia.

Números recentemente revelados pelo Centro de pesquisa para o estudo e observação das condições de vida indicam que três em quatro franceses consideram que a poluição "representa um risco importante para a saúde", e que quase trinta por cento já se ressentiu de problemas relacionados com a poluição do ar. E se não é por falta de consciencialização ou boa vontade — 79 por cento dos automobilistas dizem-se dispostos a renunciar à utilização do carro em dias de elevada poluição atmosférica —, o facto é que apenas 14 por cento dos franceses abdicam regularmente do automóvel em benefício dos transportes públicos.



O FUTURO FRÁGIL: Os Desafios da Crise Global do Ambiente

Neste livro o leitor encontrará uma interpretação da crise do ambiente como crise de civilização. Ao longo dos seis ensaios constitutivos que podem ser lidos independentemente, mas que foram pensados e (re)escritos em combinada articulação — o leitor será confrontado com uma grande diversidade de temas e teses, que vão da política pública à ética, da economia à teoria dos movimentos sociais, da filosofia à teoria das relações internacionais. A bibliografia final, com mais de duas centenas de títulos, permite ao leitor identificar todas as citações que vão sendo feitas ao longo dos seis ensaios e, para quem o quiser, continuar a aprofundar os caminhos de interesse e interrogação que esta obra possa ter aberto.

Ficha Técnica

Título: O Futuro Frágil: os desafios da crise global

do ambiente

Autor: Viriato Soromenho-Marques Editora: Publicações Europa-América

À venda na Livrarias



DICIONÁRIO DAS QUESTÕES SOCIAIS

As questões sociais são, no limiar do terceiro milénio, um capítulo irrenunciável da história dos factos humanos.

Que protecção social poderemos ainda salvaguardar, face à crise económica e à evolução demográfica? Que sistemas privilegiar e adoptar e qual a respectiva forma de financiamento?

Eis algumas das questões que este dicionário analisa em profundidade, oferecendo uma vasta informação, propícia ao aprofundamento de uma verdadeira cidadania no contexto da Segurança Social portuguesa e na área mais vasta dessa ainda mítica Europa Social.

Ficha Técnica

Título: Dicionário das Questões Sociais

Autor: Nadine Richez-Battesti **Editora:** Plátano Edições Técnicas

À venda na Livrarias

LIVROS A LER



A ARTE DE ENSINAR

O livro *A Arte de Ensinar* pretende colocar à disposição dos estudantes dos cursos de Formação de Professores, dos docentes dos ensinos básico e secundário e dos docentes em geral, informação relevante sobre os autores que marcaram a evolução das ideias pedagógicas.

Cada autor apresenta, numa sequência que inclui a introdução à sua vida e obra, um desenvolvimento da teoria e crítica, tendo havido a preocupação de separar a introdução da opinião e os factos da crítica. Os seis autores e os dez modelos pedagógicos que compõem este livro são considerados referências básicas na cultura pedagógica de qualquer professor, tal o impacte que provocaram nos papéis do professor, na organização da escola e na estruturação do processo de ensino e aprendizagem.

No final do livro, apresenta-se um glossário de termos pedagógicos.

Ficha Técnica

Título: A Arte de Ensinar Autor: Ramiro Marques

Editora: Plátano Edições Técnicas

Colecção: Aula Prática

À venda na Livrarias



O LIVRO DAS EQUIPAS DE TRABALHO

Esta é uma obra essencial para a organização e desenvolvimento das equipas de trabalho, fundamentais para uma boa gestão empresarial. A interacção deste livro é a de fornecer ao praticante uma ampla lista de experiências testadas para desenvolver grupos, fazê-los erguer e avançar rapidamente e com êxito, ou fornecer um empurrão inicial àqueles que se perderem pelo caminho.

O Livro das Equipas de Trabalho destina-se a todos aqueles que pretendem ter à mão uma fonte de técnicas facilmente referenciadas, de modo a poderem melhorar continuamente o trabalho de grupo, aumentar o número de participantes no grupo, aumentar a sua satisfação e obter melhores resultados comerciais.

Ficha Técnica

Título: O Livro das Equipas de Trabalho

Autor: Anthony R. Montbello Editora: Edições CETOP Colecção: Pensar a Gestão

À venda na Livrarias

Jovens Repórteres Para o Ambiente

UM PROJECTO QUE PROMOVE A CONSTRUÇÃO EUROPEIA

Jovens repórteres para o ambiente (JRA) é um projecto educativo da Fundação para a Educação

Ambiental na Europa (FEEE) que envolve uma rede de escolas secundárias em nove países europeus: Chipre, Dinamarca, França, Grécia, Irlanda, Itália, Portugal, Turquia e Reino Unido.

De uma forma inovadora, os estudantes investigam problemas ambientais ao nível local considerando aspectos científicos, tecnológicos, económicos, políticos, históricos e geográficos. Desenvolvem competências no domínio das línguas estrangeiras, em particular do inglês, da escrita jornalística e da telemática em prol da melhoria do ambiente. Os professores da equipa pedagógica multidisciplinar trabalham os vários temas inscridos nos conteúdos programáticos das disciplinas que leccionam, tornando-as mais atraentes, de molde a motivarem os alunos a adquirirem e a utilizarem comportamentos ambientais adequados. Os estudantes no papel de "jornalistas" publicam os resultados da sua investigação quer nos jornais escolares, quer na imprensa regional ou diária, e trocam

opiniões, através da Internet, com os seus colegas europeus que investigam problemas idênticos. Os artigos seleccionados ao nível europeu são publicados na homepage do projecto e em jornais elaborados periodicamente para o efeito. Anualmente são organizadas "Missões" internacionais com uma duração de cerca de 10 dias, durante os quais os estudantes de diferentes países participam como "enviados especiais" na investigação de um caso de ambiente e elaboram despachos noticiosos. Os despachos são publicados na Internet, permitindo às escolas da rede participar de forma virtual na Missão, acompanhando e questionando os enviados especiais. As Missões proporcionam aos estudantes a dimensão global dos problemas ambientais investigados ao nível local. Em Portugal o Projecto JRA é coordenado pela Associação Bandeira Azul da Europa - FEEE Portugal, assessorada por uma Comissão Nacional e tem o apoio do Instituto de Promoção Ambiental.

HOME PAGE EUROPEIA DO PROJECTO JRA:

http://www.ac-grenoble.fr/yre/

A Importância da Produção de Conhecimento

O futuro depende de nós, mas mesmo que assim não seja, assim devemos pensar.

Autor desconhecido

Conhecimento = entendimento prático ou teórico de um determinado assunto e/ou língua, etc.

A finalidade do conhecimento é melhorar a acção. A ciência é o processo de substituir ideias por outras mais credíveis. Já o conhecimento tem como propósito mudar as actuações para outras mais eficazes.

Felizmente, quer queiramos ou não, todos nós produzimos conhecimento. Produzir conhecimentos não significa somente (na realidade, quase nunca) criar conhecimentos científicos originais. Conhecer significa apenas entender melhor um determinado fenómeno, qualquer que ele seja. Entendimento esse que poderá e deverá ser utilizado para melhorar uma qualquer acção. Um melhor conhecimento de uma língua estrangeira, obviamente, contribui para uma melhor comunicação com os seus falantes.

Sempre necessitámos de um processo contínuo de melhoria da nossa actuação a nível individual, empresarial ou outro. É uma exigência da concorrência que se tende a agudizar com a mundialização. Sofremos crescentemente a concorrência de entidades distantes. Os nichos protegidos tendem a desaparecer.

Trabalhar mais pode ser uma opção. Porém, é uma opção que isolada se esgota. Outros, com um nível de conhecimento superior, acabam por produzir mais com menos, ou mesmo, por produzirem algo fora do alcance de entidades com um nível inferior de conhecimentos. As vantagens da produção do conhecimento não se resumem em fazer mais com menos, e/ou fazer algo até então irrealizável com os meios disponíveis. O conhecimento, ao contrário de outros recursos, é ilimitado. Pelo facto de o transmitirmos a outrem, ele não "desaparece" das nossas mãos, o que é uma característica única.

A nível empresarial, ter um nível superior de conhecimentos pode significar produzir um carro que polua menos, ou simplesmente estar melhor preparado para uma negociação com fornecedores. No primeiro caso, pode significar o aumento da quota de mercado e/ou aumento dos lucros. Isto enquanto no segundo caso pode significar preços menores, prazos de pagamento mais dilatados e/ou melhores condições de qualidade. No caso da produção de carros menos poluentes, os meios e tempo dispendido são necessariamente elevados. Já no segundo caso, poderá não ser essa a situação. Uma simples prospecção de outros fornecedores poderá fornecer um melhor conhecimento da situação. Um melhor conhecimento da situação negocial, leva a vantagens que se poderão traduzir na obtenção de melhores condições.

A produção de conhecimento ocupa, cada vez mais, um papel central na vida dos indivíduos, empresas e nações. Sem a sua produção, ficamos para trás. O futuro nunca esperou por ninguém, mas agora chega mais depressa.

IVO DIAS DE SOUSA

Mestre em Estatística e Gestão de Informação

DIRIGIR



separata



NOTA

(1)Todas as actividades do Serviço de Apoio serão apresentadas nas páginas Internet da EPAL (criação de uma rubrica especial para a comunicação escolar).

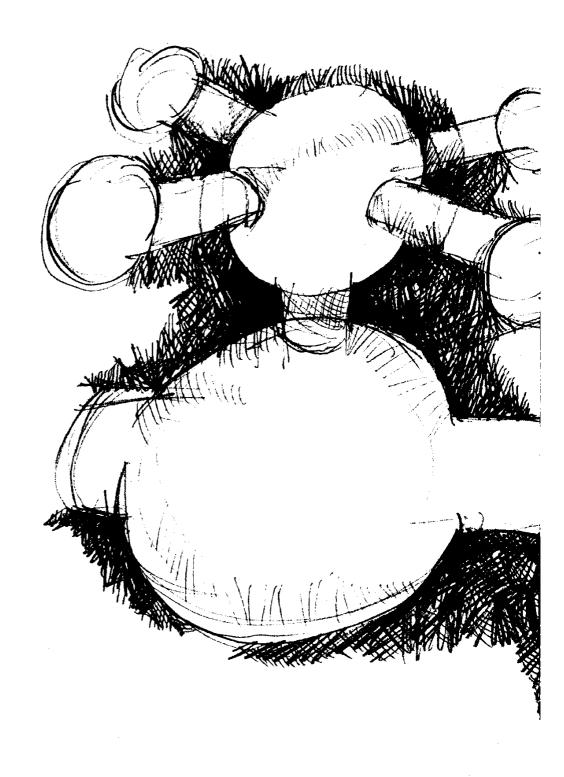
BIBLIOGRAFIA

- RUAS DOS SANTOS, M., Marketing Político, Mem Martins, Edições CETOP, 1996.
- IAMESON, F., The Political Unconcious, Ithaca. Nova Jorque. Ed. Cornell University Press, 1981.
- REVEL, J. F., O Conhecimento Inútil, Lisboa. Ed. Publicações Europa-América, 1989.
- ALVAREZ, J. T., História y modelos de la comunicación. Editorial Ariel. Barcelona, 1986.
- LIPLVETSKY, G., A Era do Vazio, Lisbon, Relógio d'Água, 1988.
- WEBER, M., L'Éthique protestante et l'esprit du capitalisme, Études de Sociologie de la Religion, tomo I. 1º parte, Paris, Librairie Plon, 1964.
- MACEDO, B., Escritos.

MARGARIDA RUAS DOS SANTOS

Licenciaturas em Filologia Germânica
e Estudos Anglo-Americanos, Pós-Graduação
em Estudos Europeux, Diploma de Ciências da Informação
e Comunicação, Master em Gestão de Imagem,
Directora do Gabinete de Imagem e Comunicação da EPAL
— Empresa Portuguesa das Águas Livres, Lisboa, Portugal



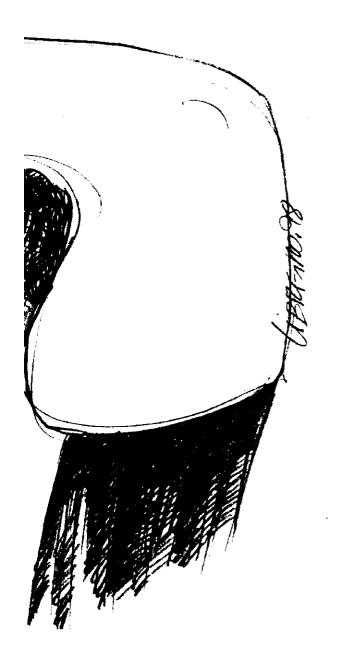




EDIÇÃO DO INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL SUPLEMENTO DA REVISTA DIRIGIR N.º 57 NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE

A Agua Como Um Bem

As Novas Ciências da Comunicação



A simbologia da Água e a sua conceptualização levam-nos a questionar no âmbito das novas ciências da comunicação e informação sobre estratégias e metodologias que concorrem para a alteração de velhos registos de pensamento e de mentalidades. Palavras-chave: Cultura da Água, Projecção de Futuro, Equilíbrios Instáveis, Comunicação Ambiental, Comunicação Escolar.

(1) A ÁGUA COMO UM BEM

1.1. A trajectória do passado até ao momento actual

- 1.1.1. A herança do passado: um bem fornecido pela Natureza e que se encontra na Natureza
- 1.1.2. Uma transição para o presente
- 1 1.3. Um discurso actual no qual a água aparece como um serviço a desfrutar

1.2. A projecção do futuro

- 1.2.1. Uma dinâmica de poupança/consumo
- 1.2.2. Uma lógica de perda/reutilização
- 1.2.3. Um debate entre a disponibilidade actual e a procura de novas fontes de captação de recursos

2 COMUNICAÇÃO AMBIENTAL

Os Imperativos do Ambiente: Uma Nova Tarefa Para as Novas Ciências da Comunicação e Informação

- 2.1. O mundo contemporâneo
- 2.2. Imagem e comunicação
- 2.3. A gestão da complexidade
- 2.4. O desenvolvimento e aplicação de um plano estratégico
- 2.5. Persuasão

3 COMUNICAÇÃO ESCOLAR

- 3.1. Contexto
- 3.2. Objectivos
- 3.3. O universo da acção
- 3.4. O nascimento do Serviço de Apoio a Professores
- 3.5. O concurso Águas Livres
- 3.6. A brochura Águas Livres
- 3.7. Segunda Fase do Projecto
- 3.8. Eixos estratégicos
- 3.9. Plano de acção
 - 3.9.1. Fidelizar as escolas já contactadas através da qualidade da relação com os professores
 - 3.9.2. Abrir a acção a todos os concelhos abastecidos pela EPAL e abranger uma faixa etária mais larga em termos de alunos

(1) A ÁGUA COMO UM BEM De Que Modo o Ser Humano "Sente" a água?

1.1. A TRAJECTÓRIA DO PASSADO ATÉ AO MOMENTO ACTUAL

O conceito da água como bem necessário e imprescindível é permanente, mas o seu valor simbólico sofreu uma certa evolução ao longo dos tempos.

1.1.1. A HERANÇA DO PASSADO: um bem fornecido pela Natureza e que se encontra na Natureza

Trata-se de um discurso primário, sem relação com posições ecológicas, que subsiste em alguns estratos e sectores da sociedade. Caracteriza-se pelo conceito da água como um bem universal, necessário e imprescindível, que a Natureza coloca à disposição do Homem. Como elementos identificadores deste discurso aparecem:

— A água é um bem que cai do céu e o único problema associado à sua disponibilidade é a dependência da sazonalidade.

Como tal, a água aparece conotada como:

- Um bem imperecível.
- Um elemento **gratuito a respeitar**: não se pode desperdiçar nem gastar de forma inconsciente.
- Um elemento que pode escassear em determinadas alturas devido à sua dependência relativamente às condições climatéricas. Surge a preocupação em períodos de seca prolongada e desaparece quando esta acaba.
- A escassez da cobertura da rede pública mantinha uma maior dependência de fontes naturais ou poços (especialmente em meios rurais ou semiurbanos) e havia a convicção de que a água "podia ser bebida" sem necessidade de ser tratada.

Um menor grau de contaminação ambiental, e a ignorância dos efeitos provocados pelos desperdícios agrícolas e pecuários, tornavam a água num bem disponível e consumível onde aparecia.

Esta percepção da água explica o facto de em alguns discursos aparecerem ainda referências a questionar o pagamento da água.

- A mentalidade de que "a água está disponível onde e como a Natureza a oferece" conduz a comportamentos "perigosos" e a problemas com as autoridades face ao encerramento de fontes por motivos sanitários.
- 1.1.2. UMA TRANSIÇÃO PARA O PRESENTE na qual a água se converteu num bem disponível para usar (a rede pública) mas que implica um custo

Trata-se de um discurso dominado pela urgência económica de poupança que afecta todo o consumo: imersos num sistema económico de carência, o consumo de água implica um gasto que é necessário controlar. Como elementos identificadores deste discurso aparecem:

- A água chega ao consumidor (disponibilidade/ aproximação) através da intervenção do Homem, o que implica um custo/preço associado ao seu consumo do qual se deduz;
 - Trata-se de um gasto que deve situar-se nos limites das possibilidades económicas de cada consumidor.
 - Deve haver um consumo entendido como uso restritivo eficiente do bem.
 A utilização da água, no caso da higiene, por exemplo, apresenta conotações negativas de desperdício.
- A sua consideração como um bem que pode ser usado, mas do qual não se deve abusar.
 Em consequência, impõe-se a poupança de água, como resposta a um consumo descontrolado.

O nível sociocultural do consumidor é um factor determinante do posicionamento sobre o consumo de água. Em qualquer caso:

- O discurso da poupança não aparece em função de uma consciência ambiental, de escassez de recursos, mas sim como resultado de uma preocupação económica de gasto.
- Algumas utilizações (piscinas, regas de jardins...) da água são mais um luxo do que uma necessidade, e como tal:

- Implicam um excesso de consumo.
- Carecem de controlo adequado.
- Deveriam utilizar água diferente da que é utilizada para consumo humano.
- Deveria estabelecer-se um preço diferente para esses usos.
- A partir deste discurso tende a atribuir-se às pessoas mais jovens da família um comportamento despreocupado e gastador.

A falta de responsabilidade quanto ao pagamento das facturas (dependência económica da família) aparece como explicação para o descontrolo no consumo. Supõe-se que a emancipação relativamente à família conduza a uma alteração no comportamento.

- Gastam sem controlo.
- Não se preocupam em fechar bem as torneiras.
- Em contrapartida, os adultos manteriam práticas de uso derivadas do predomínio de hábitos adquiridos na infância sobre a necessidade de poupança e de uma experiência positiva, a nível económico, no controlo do gasto:
- Aproveitamento de água já utilizada para outros usos.
- Preocupação em fechar bem as torneiras e em mantê-las abertas apenas o estritamente necessário.

1.1.3. UM DISCURSO ACTUAL no qual a água aparece como um serviço a desfrutar

Predomina o conceito de qualidade de vida já alcançado ou o desejo de equiparação com o de outros países num contexto socioeconómico e político europeu, onde a água é mais um elemento de consumo do qual se quer desfrutar. Supõe uma mudança no discurso: o usufruto frente à poupança.

Não se vive já a angústia permanente da poupança e, por conseguinte, a necessidade de economizar no gasto da água.

— A água aparece como um bem especialmente significativo para a higiene e outros usos referidos anteriormente: regas, piscinas...

No discurso, no qual a **utilização surge face à restrição**, prevalece uma outra categoria de valores:

- Não se privar de um bem útil e agradável.
- Necessito da água: uso a água.
- Gozar de uma higiene prolongada e relaxante.
- O controlo do consumo supõe um esforço que não compensa.
- Maiores possibilidades económicas decorrentes de um maior desenvolvimento e melhor qualidade de vida conduzem a uma certa despreocupação no gasto e, consequentemente, a uma maior liberdade de consumo em todos os âmbitos:
 - A pessoa que pode pagar tem tendência para não se preocupar mais com o consumo.
 - Incrementa-se o consumo através da introdução de novos elementos no lar (electrodomésticos, etc.) ou através da proliferação de jardins, piscinas, etc.
 - O desenvolvimento industrial implica uma maior procura de água no mundo empresarial. A factura a pagar não constitui um dado suficiente para melhorar os sistemas de aproveitamento e reutilização da água, que implicam investimentos muito elevados.
- Cresce a consciência de que o desperdição produz-se noutros âmbitos que não o do lar. Consome-se o que se necessita sem restrições, mas sem descontrolo. Esta situação é concretizada em:
 - O usufruto da água não implica desperdício.
 - Consciência de uma certa despreocupação "justificada" porque o gasto não é alarmante.
 - O desperdício dá-se fundamentalmente no uso público da água e nas grandes empresas.
 - Surge uma nova consciência: trata-se de um bem perecível, tanto pela sua qualidade como pela sua disponibilidade.

As agressões em relação à Natureza aparecem como o principal elemento perturbador.

No discurso insiste-se em mensagens como:

- Não desperdiçar a água. Racionalizar o seu consumo.
- Existe uma maior sensibilidade relativamente ao meio ambiente, como discurso global, no qual a água é mais um elemento.

De qualquer modo:

 Faz parte de uma corrente de opinião com um forte contexto de "moda". A sua duração é imprevisível, mas é uma situação oportuna a aproveitar.

- Esta sensibilização não consegue modificar determinados padrões de consumo.
- A informação de o que acontece noutros países comove, mas não é suficiente (distância no espaço e em relação à situação que origina o problema) para alterar os comportamentos.
- A consciência da escassez de recursos projecta--se a muito longo prazo. Ainda se trata de um bem abundante, ainda que corra a perigo de escassear. As atitudes oscilam entre o alarmismo e a despreocupação.

1.2. A Projecção do Futuro

Um futuro imaginado de modo diferente segundo a tipologia do consumidor e no qual se inscrevem três equilíbrios instáveis a atingir:

1.2.1. Uma dinâmica de poupança/consumo

A incerteza do que pode acontecer aos recursos, acentuada pela confusão perante o alarmismo de algumas mensagens ecológicas, mantém uma tensão entre a necessidade de poupar e consumir própria do consumidor normal e de muitas empresas.

A resolução desta tensão deve ser tomada o mais rapidamente possível.

Neste contexto, insiste-se na necessidade de diferenciar dois tipos de água, em função da sua qualidade/utilização: a destinada ao consumo humano e para outros usos (regas, lavagens, piscinas, etc.)

1,2.2. Uma lógica de perda/reutilização

As empresas consultadas estão conscientes do desperdício de água que causam.

Em geral, trata-se de água não reutilizável para o funcionamento habitual por falta de meios técnicos adequados. Neste sentido, coloca-se a necessidade de realizar investimentos a médio prazo para facilitar um melhor aproveitamento/poupança no consumo e um tratamento de águas residuais que possibilite a sua reciclagem para outros usos.

Trata-se de uma consciência distante de uma sensibilidade ecologista, que:

— Considera o desperdício sistemático como "algo inevitável" no funcionamento normal e que pode ser assumido no volume de gastos da empresa. Põe em foco objectivos económicos e de rentabilidade imediata.

A possibilidade de poupança no gasto condu-los a proporem-se:

- Modificar, com investimento próprio, parte da sua infra-estrutura (sistemas de lavagem, torneiras, canalizações, etc.) para economizar nos gastos. Esta abordagem é possível quando a relação custo de investimento/poupança no consumo resulta numa equação imediata.
- Reclamar financiamento para a solução de problemas mais sérios que ultrapassem as suas possibilidades económicas. Neste sentido, as entidades a quem recorrer serão a EPAL e instituições públicas.
- A água que se perde não é considerada directamente um desperdício, mas sim não utilizável para o funcionamento quotidiano.
- Como medida preventiva, contam com sistemas de armazenamento próprio e colocam a possibilidade de reutilização de parte das águas que desperdiçam.
- 1.2.3. Um debate entre a disponibilidade actual e a procura de novas fontes de captação de recursos

Aparece, sobretudo, no discurso das Câmaras Municipais e dos Serviços Municipalizados com uma necessidade a médio/longo prazo.

Para alguns dos nossos consumidores o problema não se centra na quantidade de água disponível, que consideram ainda suficiente, se colocarem seriamente a hipótese de sistemas de reutilização, mas sim na sua qualidade. O problema está numa gestão adequada dos recursos disponíveis.

As carências e dificuldades no fornecimento abrem o horizonte para a necessidade de:

- Localizar novas fontes de captação de água, recursos hídricos sem exploração, seja para consumo humano ou para outros usos.
 Neste sentido, aponta-se a necessidade de realizar planos cartográficos com a descrição de lençóis freáticos disponíveis para exploração.
- Estudar os investimentos necessários para a dessalinização da água do mar e a sua possível utilização.
- Realizar investimentos que permitam reutilizar todas as águas residuais que carecem de utilização directa e aproveitar as que são utilizáveis que se perdem por falta de uma infra-estrutura adequada para canalizá-las.

Releve desta conclusão que para reequilibrar a dimensão estática e dinâmica do conceito de água como um bem deveremos conceber no âmbito das novas Ciências da Comunicação e Informação um planeamento estratégico que enforme uma Comunicação Ambiental e uma Comunicação Escolar.

(2

COMUNICAÇÃO AMBIENTAL

Os Imperativos do Ambiente: Uma Nova Tarefa Para as Novas Ciências da Comunicação e Informação

2.1. O Mundo Contemporâneo

O conceito de contemporâneo conduz-nos à selecção do essencial e do acidental na circunstancialidade que rodeia o Homem, que observamos ou conhecemos. A mentalidade do século xvII assentava no conceito de progresso baseado na epistemologia: as condições externas condicionam as internas. Tal significa que o Homem seria tão perfeito quanto a sociedade em que estava inserido.

A crise de 1929 determina o aparecimento do mundo empresarial e capitalista: o aumento da produção. A investigação económica e científica verificou que o problema fundamental da economia era o de não tomar em consideração as exigências de mercado — a noção de mercado.

Assim, o homem não se transforma do exterior para o interior. O homem é influenciado pelo meio onde vive e por sua vez exerce influência nesse mesmo meio (génese do conceito *boucle recursive* de Edgar Morin que distingue a sociedade moderna na sua complexidade).

O vocábulo sociedade foi redefinido nos nossos dias de tal modo que o que antes indicava requinte moral, intelectual e gosto artístico engloba hoje os códigos de conduta de um grupo ou de um povo. O conceito de contemporâneo é indissociável do conceito de cultura. Conhecemos os problemas e as matérias contemporâneas quando não estão ainda descriminadas, é um fenómeno da circunstancialidade.

Devemos apurar o sentido crítico para captar a não circunstancialidade (que rodeia o homem contemporâneo) a que assistimos ou conhecemos. A cultura é o modo pelo qual saímos dessa circunstancialidade, interpretando-a a fim de adquirir um significado interpretativo superior.

É o adestramento para a circunstancialidade que nos permite a selecção do acidental e do essencial da informação que recebemos. A informação e cada vez mais sofisticada e de melhor qualidade, e necessário inteligência e espírito crítico para não corrermos o risco de nos enganarmos na circunstancialidade desprezando o decisivo e o essencial.

A falsidade das percepções, o esquecimento da experiência e a dissimulação como principal talento político tem consequências devastadoras na nossa civilização. O que outrora era ignorância, hoje é a mentira. É no homem que devemos procurar as soluções. A partir de 1975 entrámos num novo ciclo: o da dignificação do homem. Ciclo que nasce com o aparecimento da ecologia. O movimento ecológico é um movimento fundamental da ética contemporânea: a acção do homem sobre o meio atinge o próprio homem. O meio é parte integrante do ser humano e este é responsável pela sua manutenção.

Max Weber fala da ética da responsabilidade e ela assume-se como uma dinâmica fundamental do contemporâneo. As condições externas são as mais facilmente sanáveis. O homem espiritual está doente, mas é nele que devemos procurar as soluções, na sua dignificação.

O papel fundamental dos movimentos ecológicos consiste em advertir para a acção do homem sobre o ambiente. O ambiente faz parte do ser humano e é da sua responsabilidade mantê-lo como o elemento principal da dinâmica contemporânea.

2.2. IMAGEM E COMUNICAÇÃO

Face às novas ciências da comunicação e informação considerando os imperativos do ambiente leva-nos a questionar se devemos elaborar um programa com o objectivo de vender a ideia como um produto ou persuadir para um determinado comportamento?

2.3. A GESTÃO DA COMPLEXIDADE

O homem realiza e domina objectivos tecnológicos extremamente complicados (robots, TGV, telecomunicações, sistemas espaciais); todavia, é ao mesmo tempo impotente perante fenómenos aparentemente simples (coesão social, regulação económica, ecologia), cuja complexidade escapa ao seu entendimento e controlo. O problema essencial que hoje se coloca aos políticos, decisores, responsáveis de empresas e responsáveis sociais é o de fazer face a esta complexidade crescente de todas as organizações humanas. Perante o choque das mutações culturais e acelerações tecnológicas, as nossas cidades, as nossas empresas, as nossas instituições sociais, as nossas economias escapam aos métodos tradicionais de governação.

A complexidade põe novos problemas que não podem ser resolvidos com a metodologia do pensamento antigo, mas que exigem uma alteração radical do registo de pensamento, uma verdadeira mutação conceptual. A única forma de gerir a complexidade é aceitá-la em primeiro lugar na nossa maneira de pensar o mundo e procurar gerir com a complexidade em vez de procurar dominá-la.

O ambiente é um vector fundamental da sobrevivência do universo e indissociável da complexidade dos nossos dias. Para evitar comportamentos inadequados, redutores e mutiladores relativamente a situações complexas e ricas de potencialidades, é necessário criar um sistema de representação capaz de desenvolver uma inteligibilidade construtiva desta complexidade.

Como se pode conciliar com o dia-a-dia, a qualidade de vida e o ambiente? Qual o papel e a importância das novas tecnologias da informação e comunicação?

A complexidade é ao mesmo tempo um problema e uma solução — é necessário compreender e pensar a complexidade para agir, entrosar os valores culturais e morais com o desenvolvimento universal e individual.

2.4. O Desenvolvimento e Aplicação de Um Plano Estratégico

A estratégia deve assentar no apelo ao conceito de "bom cidadão", suporte indispensável à boa imagem de instituições, empresas, organismos públicos que devem ser vistos pela opinião pública como protagonistas do desenvolvimento, preocupando-se e intervindo.

O conceito de bom cidadão como característica institucional ou individual assumindo-se como um dos mais importantes objectivos do planeamento estratégico âmbiental.

Devemos elaborar um programa de comunicação com o objectivo de transmitir a ideia relacionada com o produto água e persuadir para um determinado comportamento

A definição de um plano estratégico para o ambiente assenta na aplicação das técnicas de comunicação designadamente a organização das relações entre os actores, mobilização e empenhamentos.

As indústrias poluentes como poderão transmitir a imagem de bom cidadão, considerando o seu significado na perspectiva de alguém que participa nas funções e actividades sociais da sua área ou comunidade? Uma empresa não é uma ilha — opera num contexto comum com instituições similares, pelo que, o que afecta uma determinada indústria, afecta individualmente a empresa que dela faz parte.

2.5. Persuasão

As relações públicas estão ligadas a persuasão: persuadir eticamente um público ou públicos específicos para reflectir sobre determinada matéria e agir de forma coerente. O especialista em relações públicas elabora um plano estratégico a fim de implementar um conjunto de políticas que cumpram a referida coerência, assumindo-se como um animador/formador na comunicação que deverá alcançar os objectivos propostos *i.e.* como um *faciliteur* da comunicação.

Os recursos naturais do planeta são uma dádiva da Humanidade. O homem deve preservá-los como preserva a sua própria vida.

O papel das relações públicas para o ambiente é o de procurar factos e conceber um programa de comunicação que persuada as pessoas, instituições, entidades públicas ou privadas a fazerem o que deve ser feito sem quaisquer dúvidas ou desculpas.

A intuição e a emoção são premissas fundamentais para um novo comportamento face ao ambiente, substituindo o racionalismo frio que não soluciona os problemas decorrentes da complexidade, característica das sociedades modernas, considerando a reciprocidade das relações humanas e as correlações fenomenológicas.

Longe das lamentações habituais sobre a complicação do mundo que não deixa de ser o que sempre foi, a nova leitura proposta pela complexidade é um apelo à vida. Nova gestão que passará da lógica da previsão à lógica da invenção, em que os modelos fixos, ditos ideais, são substituídos por um processo de elaboração e de evolução permanentes.

O Planeamento Estratégico para o Ambiente deverá envolver todas as áreas já referidas: diagnóstico da situação, planeamento estratégico, relações públicas e marketing, acompanhamento do processo, análise de resultados e conclusões. Os públicos-alvo: a comunidade (todos os públicos), os decisores políticos, fazedores de opinião, juventude, indústria, associações, etc. ou ainda segmentos de público (públicos específicos) como por exemplo determinada comunidade ou determinada indústria.

Um programa com estas características, não só facilita a aplicação de novas políticas como envolve todos os intervenientes numa perspectiva de persuasão lúcida que conduz à aceitação e à interactividade dos públicos-alvo face às novas medidas.

A arte de comunicar consubstancia, neste caso, a função pedagógica, que revela o respeito pela maturidade das populações formando-a em simultâneo. As medidas são aceites se forem entendidas, tal como é possível criar novas mentalidades e comportamentos se forem consideradas como fundamentais para o desenvolvimento individual e nacional, para uma melhor qualidade de vida e para a humanização das relações.

(3) COMUNICAÇÃO ESCOLAR

3.1. Contexto

A EPAL sempre apostou numa comunicação baseada no respeito pelo ambiente e implementou uma comunicação junto do público jovem e das famílias, que valorizou esta preocupação.

O tema do ambiente, fortemente apreciado pelos jovens, desenvolverá uma imagem muito positiva relativamente à EPAL, e garantirá o impacte da comunicação:

- mostrando a preocupação ambiental da EPAL em geral e a sua vontade de participar, como membro da comunidade, na educação dos jovens e na protecção do meio ambiente;
- salientando o esforço desenvolvido pela EPAL para a qualidade da água;
- reforçando as preocupações ecológicas dos jovens.

3.2. OBJECTIVOS

A EPAL, empresa com mais de um século, detentora de um vasto património histórico e monumental, e que continua a investir na qualidade dos seus serviços de abastecimento de água à população de 21 municípios, iniciou em 1997 uma comunicação estruturada com as escolas com os seguintes objectivos:

- transmitir a imagem de um serviço público de qualidade;
- destacar o património da EPAL como um bem de todos;
- sistematizar os contactos com as escolas;
- apresentar a empresa e seu património a professores e alunos;
- alertar os jovens para a importância da água;
- desenvolver junto dos jovens laços afectivos com a água.

Para atingir estes objectivos foi desenvolvida uma estratégia assente nos seguintes pontos:

- desenvolvimento de uma relação de prestígio com os professores, mostrando-lhes que podem contar com a EPAL:
- utilização da cumplicidade criada com os professores para apresentar a EPAL aos alunos;
- destacar junto desses alunos a importância da água.

3.3. O UNIVERSO DA ACÇÃO

Nesta primeira fase foram abrangidas todas as escolas com 2.º ciclo de 9 municípios da região da Grande Lisboa: Amadora, Azambuja, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira.

Ao todo foram atingidas 167 escolas, mais de 3000 professores e 60 000 alunos.

3.4. O Nascimento do Serviço de Apoio aos Professores

Para sistematizar, contextualizar e formalizar a comunicação da EPAL com as escolas, foi criado um Serviço de Apoio aos Professores. Chamou-se a esse serviço Águas Livres e a sua criação foi o ponto de partida e o enquadramento do resto das iniciativas desenvolvidas. Para este serviço foi criado um logotipo, atribuído um número de telefone de contacto e um apartado.

No âmbito deste serviço foi, nomeadamente, distribuída documentação sobre a EPAL, produzida uma brochura sobre a água, marcadas visitas de estudo, realizado um concurso e será realizada uma exposição.

3.5. O Concurso Águas Livres

A primeira grande iniciativa deste serviço consiste na realização de um concurso para as escolas, a que se chamou Águas Livres, para marcar o nascimento do Serviço de Apoio aos Professores que tem o mesmo nome e para destacar a liberdade criativa que se pretendia fomentar.

Foram convidados a participar mais activamente os professores de três disciplinas: Ciências da Natureza, Educação Visual e Tecnológica e História e Geografia. A escolha destas disciplinas tem a ver com o enquadramento curricular do tema da água e com o aspecto lúdico e artístico que lhe queremos atribuir para cativar as crianças.

Neste concurso as escolas são convidadas a apresentar monumentos à água doce.

3.6. A Brochura Águas Livres

Foi criado um documento especialmente destinado aos alunos do 5.º e 6.º ano de escolaridade em que se abordam diversos factores: a água como elemento essencial

à vida humana e do Planeta, a água como recurso escasso, as propriedades da água, o processo que a EPAL desenvolve para o abastecimento de água e ainda a água como fonte de inspiração e matéria-prima da arte.

Neste documento está também incluído o regulamento do concurso Águas Livres.

3.7. SEGUNDA FASE DO PROJECTO

Actualmente só pode ser avaliado o impacte da acção junto dos professores e das escolas e é de notar a formidável adesão deste público, normalmente difícil de seduzir porque muito sobrecarregado pelo trabalho e desmotivado pelas condições materiais em que se encontram as escolas.

No caso da acção da EPAL, não só a apresentação foi um sucesso porque os professores se deslocaram para assistir, como foi boa a adesão das escolas interessadas pelo projecto (mais de 90 por cento de retorno).

3.8. Eixos Estratégicos

- Apresentar o Serviço de Apoio como um verdadeiro parceiro dos professores.
 Será importante acompanhar os professores durante todo
 - o ano lectivo e criar várias oportunidades de contacto.
- Fidelizar os professores.
 Serão os alvos privilegiados da comunicação, os embaixadores da EPAL junto dos alunos e da comunidade educativa.
- Abrir a acção a todos os municípios abastecidos pela EPAL e apresentá-la às escolas do Ensino Básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos).
- Apostar mais especificamente nos alunos do 1.º ciclo, que são transmissores de informação muito eficazes junto das suas famílias. Assim a acção da EPAL será conhecida pelos pais.

3.9. Plano de Acção

- **3.9.1.** Fidelizar as escolas já contactadas através da qualidade da relação com os professores
- Envolver os professores na evolução do projecto.
 Ainda este ano lectivo, achamos que é importante aproveitar a qualidade da relação estabelecida e contactar mais uma vez as escolas.

Assim poderão receber uma carta que anunciará os vencedores do concurso e dará informações sobre a possibilidade de visitar a exposição. A carta será dirigida aos Conselhos Directivos e a todos os professores delegados que nos deram o seu contacto.

Aproveitaremos esta ocasião para juntar um questionário sobre as expectativas dos professores em relação ao Serviço de Apoio. Este inquérito mostrará mais uma vez a vontade da EPAL em realizar um trabalho sério e valorizará os professores que serão assim envolvidos na evolução do Serviço de Apoio.

Apresentar o Serviço de Apoio aos Professores como um verdadeiro parceiro.

No próximo ano lectivo, a EPAL propõe distribuir um guia da água que acompanhará os professores durante todo o ano lectivo graças a uma série de informações sobre a água, os serviços da EPAL, o Museu da Água, a qualidade da água, as grandes datas ligadas à água e ao ambiente, etc., e ainda sugestão de actividades que podem desenvolver com os seus alunos.

Este guia conterá igualmente todas as informações sobre o Serviço de Apoio.

Será pedido aos professores que informem o serviço dos seus projectos e actividades ligados ao tema. **Propomos criar uma "bolsa" que permita a vários professores realizarem um projecto com os seus alunos**⁽¹⁾.

- **3.9.2.** Abrir a acção a todos os concelhos abastecidos pela EPAL e abranger uma faixa etária mais larga em termos de alunos
- A repetição da acção Águas Livres de 1997, com um monumento à água.

No próximo ano lectivo, serão contactadas todas as escolas com o 2.º ciclo dos concelhos que ainda não foram contactados. Será apresentado, aos responsáveis das escolas e aos professores, o Serviço de Apoio, o guia criado especificamente para este serviço da EPAL, e o concurso "Águas Livres".

• A apresentação do Serviço às escolas primárias.

Todas as escolas primárias receberão uma carta de apresentação do Serviço de Apoio aos Professores e um exemplar do guia (mais exemplares de outros documentos da EPAL).

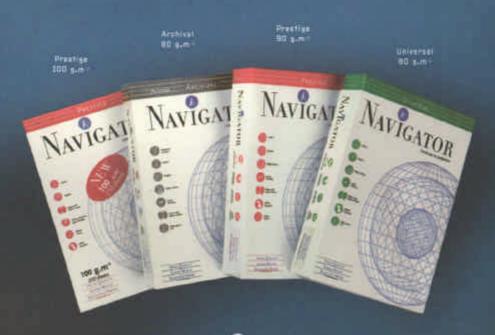
No caso do 1.º ciclo, será dado um documento para os alunos que poderá ser utilizado pelo professor dentro da sala e como trabalho de casa, o que permitirá atingir os pais e informá-los da iniciativa da EPAL.



Se acha que todos os papáis são iguals, este deve ser o equipamento mais moderno do seu escritário.

Num mundo em permanente evolução nenhuma empresa pode parar no tempo. Até o que antes era uma simples folha de papel em branco, hoja a um sofisticado material multifuncional de escritorio. Actualiza-se, escolha Navigator.

Papel multifuncional para exceitorio.









Sr. Empresário

Conheça as vantagens da sua adesão ao Programa Estágios Profissionais

Dirija-se ao Centro de Emprego da sua área



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE



